



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

MESAS ESPECIAIS

MESA EM HOMENAGEM À PROF^a DR^a ISNARA PEREIRA IVO

Uma mulher de caminho: diálogos historiográficos com Isnara Pereira Ivo

Coordenador: Eduardo França Paiva

**Comunicadores: David Barbuda Guimarães de Meneses Ferreira,
Eduardo Corona Pérez, Ricardo Alexandre Santos de Sousa, Roberto Guedes Ferreira**

Mesa redonda em homenagem à saudosa colega historiadora Isnara Pereira Ivo, falecida em 2025, a partir de comunicações que expõem o forte diálogo travado entre ela e os colegas participantes, em torno da investigação de temas comuns e das experiências intelectuais, acadêmicas e pedagógicas.

“Homens de caminho” e as redes setecentistas de comércio entre o locus e o orbis

Eduardo França Paiva

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Estudo sobre a composição das redes que conectavam o “sertão” ao mundo por meio do comércio intercontinental, envolvendo homens e mulheres de distintas “qualidades” e “condições”, incluindo livres, forros e escravos, cristãos, cristãos novos e “gentios” e abarcando outras dimensões como caminhos, trânsito, mobilidade socioeconômica, alforrias e dinâmicas de mestiçagens. Foco especial é dado às conexões entre a Bahia e as Minas Gerais no século XVIII, tema relevante na obra de Isnara Pereira Ivo.

Pelos caminhos dos sertões: diálogos sobre trânsitos culturais, rotas comerciais e dinâmicas de mestiçagens entre Minas e Bahia.

**David Barbuda Guimarães de Meneses Ferreira
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**

Análise do processo de conquista e ocupação dos sertões que interligaram as capitanias de Minas Gerais e da Bahia no século XVIII. Exame da complexa interação estabelecida com os diversos povos indígenas, marcada por alianças, conflitos e pela abertura de novas rotas, tendo como eixo os caminhos, descaminhos e as expedições de conquista. Estudo dos intensos trânsitos culturais, das redes comerciais e das dinâmicas de mestiçagens, compreendidos a partir das trajetórias de múltiplos agentes sociais — indígenas, sertanistas e colonos — que construíram e deram sentido a este vasto e plural território fronteiriço.

Famílias, escravidão e mestiçagens em perspectiva comparada-conectada: um esforço historiográfico global

**Eduardo Corona Pérez
Universidad de Sevilla**



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Uma das linhas mais recentes na historiografia da escravidão e das mestiçagens nos mundos ibéricos dos séculos XV-XVIII é a que se vincula com as histórias comparadas e conectadas. Com as especificidades próprias de cada lugar, os estudos têm revelado continuidades nos processos de constituição e formação de famílias mestiçadas em sociedades escravistas ibéricas, bem como nas dinâmicas de acesso à liberdade. Esses resultados se baseiam na análise de fundos documentais em diversos espaços. No entanto, os diálogos e debates historiográficos travados por meio do intercâmbio de professores ou da realização de reuniões científicas internacionais constituem um elemento basilar para o desenvolvimento dessas histórias. Nesse sentido, a professora Isnara Pereira Ivo desempenhou um papel fundamental na articulação de redes e equipes de pesquisa nacionais e internacionais. Esta intervenção, portanto, tem por objetivo destacar esta faceta.

Isnara Ivo: caminhos de histórias e afetos no Sertão da Ressaca

Ricardo Alexandre Santos de Sousa
Universidade Estadual do Sudeste da Bahia (UESB)

Isnara Pereira Ivo (1964-2025) nasceu e viveu na cidade de Vitória da Conquista, interior do Estado da Bahia. Filha de família de poucas posses, viveu sua infância e adolescência na periferia da cidade em um contexto que facilmente limitaria os seus movimentos e as fronteiras da sua existência. Entretanto, essa mulher negra, nordestina e interiorana soube alargar suas fronteiras por meio de sua formação acadêmica como historiadora, seu carisma, inteligência e capacidade de produzir afetos. Pretendemos, render-lhe homenagem mapeando de forma breve algumas das conexões de Isnara Ivo como historiadora e como personalidade marcante ao desbravar seus caminhos da Vitória da Conquista para o mundo.

As elites do sertão baiano oitocentista eram mestiças

Roberto Guedes Ferreira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A historiografia voltada ao estudo do Brasil escravista vem demonstrando há anos que os senhores do Brasil escravista estavam longe de ser exclusivamente brancos, conforme padrões de época, a exemplo das abordagens sobre forras senhoras de escravos. Isnara Ivo ultrapassou essa constatação e demonstrou que no sertão baiano as elites eram mestiças e egressas do cativeiro.

MESA EM HOMENAGEM À PROF^a DR^a MARIA HILDA BAQUEIRO PARAÍSO

**A História Indígena entre o passado colonial e as lutas contemporâneas: Maria Hilda Baqueiro
Paraíso, uma trajetória de vida e pesquisas dedicadas as causas indígenas**

Moderadora: Jamille Macedo Oliveira Santos
Comunicadores: Francisco Eduardo Torres Cancela,
Rafael Xucuru-Kariri, Renata Ferreira de Oliveira



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

A mesa a seguir reúne pesquisadores da História Indígena da Bahia com o propósito de prestar uma justa e merecida homenagem a professora doutora Maria Hilda Baqueiro Paraíso, grande especialista da temática na Bahia e no Brasil, uma das pioneiras do desenvolvimento da História Indígena como campo do conhecimento. Sua trajetória de pesquisa e luta junto as causas indígenas será pensada tendo como fio condutor as suas inúmeras contribuições tanto no campo acadêmico da pesquisa histórica e antropológica, quanto no meio político e social, sobretudo nos processos de retomada e demarcação de terras indígenas e nas políticas públicas de acesso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior. Escrevendo, pesquisando, ensinando, produzindo laudos antropológicos e orientando trabalhos de pesquisa, Maria Hilda Paraíso construiu um importante legado que marcou e inspirou gerações, com pesquisas e contribuições que partem da História colonial, mas não apenas desse período histórico, e pensam suas relação com a contemporaneidade, imprimindo uma maneira profícua e politicamente engajada de produzir conhecimento histórico e antropológico unindo-se e aliando-se as vozes e lutas indígenas. Suas pesquisas e atuação são um marco fundamental — no qual narrativas históricas são usadas para ressignificar a História, não apenas no passado ou tão somente no campo epistemológico, mas no presente, nos processos de retomada e no reconhecimento dos direitos indígenas e de suas perspectivas ancestrais — sua brilhante e potente trajetória até aqui nos inspira a nos movermos a continuar escrevendo e reescrevendo novas Histórias.

Carta para Maria Hilda

Rafael Xucuru-Kariri
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)

Rafael Xucuru-Kariri, por meio de uma carta endereçada a Maria Hilda, reflete sobre a relação entre biografia e política a partir do conceito de retomada. Entendida para além da recuperação territorial, a retomada afirma a autoria indígena sobre a história, as artes e os projetos de futuro. A partir do encontro com a pesquisadora e professora Maria Hilda, o texto evidencia como o movimento indígena contemporâneo se constitui por meio de alianças entre indígenas e não indígenas, fundamentais para a consolidação de políticas de ação afirmativa no ensino superior e para a luta pela demarcação de territórios. No compartilhamento de histórias de vida, a retomada é descrita como uma prática coletiva por meio da qual diferentes povos reescrevem suas trajetórias e projetam um futuro comum.

O Diretório dos Índios na Bahia: um balanço da produção orientada por Maria Hilda Paraíso

Francisco Eduardo Torres Cancela
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

A exposição tem como objetivo realizar um balanço crítico da produção acadêmica orientada pela profa. Maria Hilda Paraíso (UFBA) sobre o Diretório dos Índios na Bahia, destacando sua contribuição decisiva para o fortalecimento dos estudos indígenas no âmbito da história colonial. A palestra parte de um levantamento sistemático de teses e dissertações por ela orientadas que abordaram as experiências de implantação do Diretório dos Índios nas diversas comarcas da extensa capitania da Bahia, na segunda metade do século XVIII. A partir desse mapeamento, propõe-se uma análise dos principais aspectos históricos e historiográficos dessas obras, evidenciando temas, fontes, recortes espaciais e abordagens metodológicas. Em seguida, serão identificados os diálogos entre os trabalhos



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

dos orientandos e questões anteriormente formuladas na própria produção intelectual de Maria Hilda Paraíso, ressaltando continuidades, inovações e deslocamentos interpretativos. Ao destacar pesquisas de autores como Francisco Cancela, Teresinha Marcis e Luciano Brunet, a exposição busca não apenas evidenciar os campos de investigação já consolidados, mas também apontar perspectivas futuras para o estudo do Diretório dos Índios na Bahia, reafirmando o legado acadêmico e formador da homenageada.

Por Uma Antropologia e História Necessárias: O Legado de Maria Hilda Baqueiro na Luta Indígena

Nome: Renata Ferreira de Oliveira

Instituição: Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

É com um profundo senso de gratidão e responsabilidade que falo aqui sobre a trajetória e o legado da professora Maria Hilda Baqueiro. Para mim, ela foi mais que uma orientadora acadêmica, é um farol intelectual e de ética, uma indigenista fundamental cujo trabalho reverbera na história recente do Brasil, especialmente na Bahia e em Minas Gerais, onde sua atuação foi crucial nos processos de demarcação de terras indígenas. Maria Hilda dedicou sua vida a desvendar, compreender e, sobretudo, a garantir o direito à diferença. Ela não estudou os povos de longe; mergulhou em seus universos, traduziu suas vozes e lutas para a linguagem da lei e da academia, transformando conhecimento antropológico em instrumento concreto de justiça. Sua luta foi pelo reconhecimento da existência, da memória e do futuro desses povos. Hoje, ao seguir a trilha que ela abriu, vejo que seu principal legado não se encerra nos documentos, mas ganha vida e continuidade em nosso compromisso. Esse legado nos impele, por uma força ética, à prática e relevância dos nossos estudos: a elaboração de laudos com os povos indígenas. Por isso, mais do que ter aprendido com ela, me considero herdeira dessa história. Ou melhor, herdeira de um compromisso que é, antes de tudo, político e afetivo. É essa herança que hoje me coloca na luta com os povos indígenas. Juntos, atuamos em frentes diversas: no processo de retomada de territórios e memórias, na elaboração de laudos que dão sustentação jurídica a seus direitos, e na educação para a territorialidade, reforçando autonomia e saberes ancestrais. Assim, seguir o exemplo de Maria Hilda é compreender a antropologia e a história como um instrumento vivo, aliado na longa caminhada dos povos originários. É reconhecer o caminho que ela, com tanta coragem e sabedoria, abriu para todos nós.

A História Indígena colonial e as contribuições de Maria Hilda Paraíso: novos olhares e horizontes possíveis para a Historiografia

Jamille Macedo Oliveira Santos

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

As contribuições de Maria Hilda Paraíso no âmbito da História Indígena Colonial, partem de trabalhos desenvolvidos por ela em sua trajetória que se tornaram referências e marcos importantes para compreendermos o papel dos povos indígenas e suas experiências históricas desde o século XVI, e das pesquisas desenvolvidas sob sua orientação. A partir da sua produção e dos seus orientados, mapearemos as Histórias que foram tecidas nos últimos anos e trouxeram significativas mudanças para o campo historiográfico. Suas contribuições são fundamentais no campo antropológico e



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

historiográficos, mas não apenas no campo reflexivo do pensamento, pois fazem a diferença no meio político e social. Muitas vezes a contribuição dada pela história mexe e questiona mecanismos de estabelecimento de poder, desconstrói verdades estabelecidas e corrobora para processos de transformação e a trajetória e atuação de Maria Hilda Paraíso são marcadas por sua posição. Escrever, pesquisar e ensinar Histórias Indígenas, parte de uma busca coletiva que se alia às vozes indígenas e caminhas juntos com suas demandas, traçando novos horizontes e possibilidades, não só para a pesquisa histórica, mas para luta e para a existência. Nosso propósito é somar com as vozes de resistência que historicamente foram silenciadas e fazer ecoar uma História de muita força, luta, ancestralidade e encantamento.

MESAS-REDONDAS

MESA-REDONDA 1 - Poder Local: Elites, Trajetórias e Instituições no Império Português

Coordenador: Eduardo José Borges (Universidade do Estado da Bahia - Brasil)

Esta Mesa-Redonda tem por objetivo discutir as múltiplas configurações do poder local no interior do Império Português, enfatizando temas como elites, trajetórias sociais, instituições políticas e aspectos teóricos. A proposta visa debater as especificidades de diferentes territórios do reino e do ultramar português, em consonância com as formas de reprodução social e legitimação de poder das elites locais. Ao articular perspectivas da história política, social, institucional e conceitual, a mesa busca compreender como os agentes locais negociaram com o centro metropolitano, construindo instâncias próprias de autoridade e influência. Desse modo, pretende-se refletir sobre os mecanismos de continuidade e transformação das formas de dominação e sobre a capacidade de adaptação das instituições imperiais frente às dinâmicas locais, contribuindo para o debate historiográfico acerca da natureza relacional e negociada do poder no interior do Império português.

A ausência de concentração oligárquica na Câmara de Salvador no século XVIII: pluralidade política e dinâmicas locais de poder

Eduardo José Santos Borges
Universidade do Estado da Bahia – Brasil

Não por acaso Charles Boxer identificou as Câmaras de Vereadores juntamente com as Misericórdias, como os dois pilares gêmeos que sustentavam a sociedade colonial nos diversos espaços formadores do Império português. Tratava-se de duas instituições com funções importantes de continuidade e estabilidade em meio à transitoriedade que caracterizava a administração portuguesa em território colonial. Esta comunicação analisa a composição da Câmara de Salvador no século XVIII destacando a ausência de uma concentração oligárquica estável em seus quadros. O objetivo é demonstrar que o pertencimento ao Senado da Câmara, pelos membros das elites baianas, era compartilhado por uma pluralidade de espaços de poder cuja melhor demonstração foi a rotatividade entre seus oficiais. Na Salvador do século XVIII, o exercício do poder em âmbito local, se dava com base em uma dinâmica mais fluida e negociada de poder em que a Câmara compartilhava com instituições como as Ordenanças



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

e a Misericórdia a condição de referência de ascensão e distinção social local. Ao problematizar a noção de “oligarquização” das câmaras coloniais, este estudo contribui para uma compreensão mais complexa das formas de representação e de articulação do poder na América portuguesa.

O léxico sócio-político do poder local no mundo português: categorias, estatutos e dinâmicas sociais (séculos XVI-XVIII)

José Manuel Damião Soares Rodrigues
Universidade de Lisboa – Portugal

O exercício de cargos reservados à governança e a participação destacada nas cerimónias públicas do poder constituíam factores de identidade dos grupos do poder local, que se afirmavam ou procuravam afirmar como poderes intermédios e interpostos entre os níveis superiores do poder e a sociedade, em geral. Mas a gente nobre da governança não era um verdadeiro grupo social, conforme foi já observado. Com efeito, sob uma moldura institucional comum a todas as câmaras do reino e do império, e para além de mecanismos de coesão e de reprodução social relativamente generalizados, ao nível da composição social das elites locais havia a registar semelhanças, mas também assinaláveis diferenças de região para região e de município para município. A aplicação de metodologias de tipo microanalítico tem permitido a recolha do máximo de elementos possíveis relativamente a cada actor social e o despiste de homonomias, visando obter assim, a partir do cruzamento de fontes, uma “imagem real” de cada indivíduo e de cada grupo, que, articulando individual e colectivo e ultrapassando as categorias gerais e as práticas identitárias comuns, revele as dissemelhanças que existiam entre as várias elites locais, os níveis diferenciados de status, honra, poder e riqueza. Apesar da existência de um “mundo comum”, uma cultura política holista e um modelo societal estruturante, as lógicas sociais locais impunham-se ao referente geral. Conforme foi observado, “la logique hiérarchique est locale par essence”. Nesta exposição, pretendemos elencar algumas das categorias usadas pela historiografia na análise dos grupos do poder local e apresentar alguns casos que nos revelam quer o léxico sócio-político presente nas fontes, quer os recursos mobilizados pelos actores, o usos social das categorias, em busca de status e reconhecimento.

O conceito de nobreza da terra e suas múltiplas possibilidades nos trópicos

Maria Fernanda Baptista Bicalho
Universidade Federal Fluminense – Brasil

A conquista ultramarina abriu novo campo de possibilidades de prestação de serviços à monarquia portuguesa e de remuneração dos mesmos pela Coroa. Se entre os critérios para a escolha daqueles aptos a prestar serviços mais relevantes no ultramar pesava consideravelmente a qualidade de nascimento, a conquista do Novo Mundo foi realizada por indivíduos em grande parte destituídos das mesmas qualidades. Muito já se escreveu sobre o conceito de nobreza da terra e este é um tema polémico para a historiografia brasileira que estuda o período colonial. Para discutir essa categoria nos trópicos é impossível não mencionar os estudos de Evaldo Cabral de Mello. Há, no entanto, historiadores que afirmam que a designação qualificada de nobreza da terra só pode ser usada ao nos referirmos à açucarocracia pernambucana. Alguns argumentam que, de toda a América portuguesa, só em Pernambuco o termo nobreza da terra aparece na documentação. Daí ser ilegítima sua utilização no



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

que concerne às demais capitanias da América portuguesa. O termo, no entanto, aparece em diferentes fontes de época. No entanto, o que se pretende aqui não é discutir se a designação de nobreza da terra encontra-se ou não na documentação, e sim a construção e legitimidade de utilização do conceito a partir de certos atributos das elites coloniais de diferentes capitanias.

Pernambuco e o comércio colonial na segunda metade do século XVIII: uma abordagem a partir das trajetórias de comerciantes da praça do Recife

George Felix Cabral de Souza
Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Desde os primórdios da colonização portuguesa na América do Sul, o porto do Recife desempenhou papel central como entreposto comercial. A ocupação holandesa (1630-1654) conferiu-lhe características urbanas próprias e, ao mesmo tempo, enfraqueceu a antiga sede da capitania, Olinda. A partir de então, tanto a vida política quanto a atividade mercantil passaram a se concentrar no Recife, onde se consolidou uma comunidade de negociantes que buscava não apenas ampliar seus negócios, mas também intervir nas decisões administrativas locais. Esse grupo, fortalecido após a Restauração Pernambucana, obteve do rei a criação da vila do Recife em 1709. Contudo, algumas décadas mais tarde, não conseguiu resistir à iniciativa pombalina de fundar a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759), sociedade por ações destinada a tentar reforçar o monopólio sobre o comércio da região. A chegada da Companhia acentuou divisões internas. Apenas uma parcela dos comerciantes tinha recursos para adquirir as dez ações necessárias à participação eleitoral na Direção do Recife. O envolvimento no tráfico de africanos escravizados foi decisivo nesse processo, pois ampliava o poder econômico de determinados negociantes. A Direção tornou-se, para esse grupo restrito, espaço de experimentação de estratégias de enriquecimento que incluíam práticas ilícitas. Entre os que se destacaram nesse cenário figuram José Vaz Salgado, Manuel Correia de Araújo e Luís Pereira Viana, cujas trajetórias individuais e familiares revelam tanto as oportunidades de ascensão quanto os conflitos que atravessavam a comunidade mercantil. Essas fraturas internas tiveram repercussões duradouras, alimentando tensões que, no início do século XIX, influenciariam na eclosão dos movimentos libertários pernambucanos. O estudo das experiências desses homens de negócio permite compreender aspectos sociais e políticos de uma das mais relevantes praças comerciais do Atlântico português, justamente quando surgiam os primeiros sinais de ruptura com a metrópole.

MESAS-REDONDA 2 - Reforma religiosa, espiritualidade e poderes diocesanos no século XVIII: a Jacobeia e seus impactos no Império português

Coordenador: Bruno Kawai Souto Maior de Melo (Universidade Federal de Pernambuco - Brasil)

Nas últimas duas décadas, a historiografia luso-brasileira tem repensado de forma significativa o papel da Igreja no reino e no império português na época moderna. Ao questionar interpretações consolidadas no século anterior, essa produção acadêmica evidenciou uma instituição plural, marcada por grande diversidade e múltiplas cisões internas, tanto políticas quanto religiosas. A Jacobeia, movimento de reforma religiosa que exerceu grande influência na Igreja portuguesa, foi um dos temas que ganhou destaque nesta renovação historiográfica. Diversos estudos buscaram responder quem eram os jacobinos, quais as características do movimento, o que pregavam e quais os impactos de suas ideias.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Obteve-se importantes avanços investigativos, especialmente no entendimento do episcopado jacobeu e sua notável presença nas dioceses ultramarinas e peninsulares, mas ainda persistem lacunas que exigem análises mais amplas e estruturais. Esta mesa propõe uma reflexão sobre o lugar do movimento jacobeu na política de reforma religiosa empreendida no mundo português do século XVIII. Pretende-se tratar a Jacobeia como problema historiográfico, discutindo os principais avanços para o seu conhecimento e apresentando um panorama amplo acerca do debate atual sobre o movimento e seus adeptos durante os reinados de D. João V e D. José I. Tenciona-se discutir questões relativas às características espirituais do método jacobeu, bem como ao alcance das reformas promovidas pelos bispos jacobeus nas dioceses que administraram e sua relevante influência sociopolítica. Desse modo, estima-se contribuir para o conhecimento da Jacobeia, de sua importância para a história religiosa luso-brasileira, e sugerir caminhos para futuras pesquisas.

A Jacobeia: conceitos, aplicações e abordagens

Bruno Kawai Souto Maior de Melo
Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Essa comunicação propõe um balanço historiográfico sobre a Jacobeia, movimento religioso que surgiu nas primeiras décadas do século XVIII, com o objetivo de promover uma reforma da espiritualidade e incentivar uma vivência devocional, espiritual e sacramental rigorosa. Embora o interesse pela história da Jacobeia tenha surgido já na segunda metade do século XIX, foi apenas na virada do século XX que os estudos sobre os jacobeus se expandiram significativamente, impulsionados principalmente pelos trabalhos de José Pedro Paiva e Evergton Sales Souza. Para aprofundar o debate, esta comunicação se estrutura em três eixos principais: analisar a Jacobeia como um conceito histórico dinâmico, que resistiu a definições rígidas e sofreu variações de significado entre os séculos XVIII e XIX; examinar as diferentes narrativas construídas sobre os jacobeus, seus usos, efeitos e interesses, destacando como essas interpretações influenciaram o entendimento do movimento ao longo do tempo; inventariar as principais abordagens recentes e os avanços interpretativos alcançados, evidenciando as contribuições da historiografia contemporânea para o estudo da Jacobeia e destacando a importância da Jacobeia como problema historiográfico.

Entre projeto de reforma e a práxis: o exercício episcopal dos jacobeus no Brasil (1725-1773)

Ediana Ferreira Mendes
Universidade Federal do Oeste da Bahia – Brasil

A política de provimento dos bispos e arcebispos adotada por D. João V (1720-1750), sobretudo, desde a década de 1720, favoreceu diversos indivíduos com ligações com uma corrente de espiritualidade religiosa conhecida por jacobeia. O governo joanino manteve outros critérios de escolha dos bispos, entretanto, a interferência de sujeitos como frei Gaspar da Encarnação, conselheiro do rei, contribuiu para que muitos destes sujeitos alcançassem às mitras tanto no reino quanto no ultramar. No Brasil, pode-se enquadrar como bispos com estritas ligações à jacobeia, D. Frei José Fialho, bispo de Olinda (1725-1738) e arcebispo da Bahia (1738-1741), D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1757); os bispos do Rio de Janeiro, D. Frei Antônio de Guadalupe (1725-1740), D. Frei João da Cruz (1740-1745) e D. Frei Antônio do Desterro (1740-1773) e o arcebispo da Bahia D. Luís Álvares de Figueiredo (1725-1773). A partir do exposto, esta comunicação pretende analisar aspectos da ação episcopal destes sujeitos, atentando-se para o projeto de reforma dos costumes e da espiritualidade inspirado na jacobeia, a efetiva aplicação e as resistências surgidas a este projeto reformador.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Itinerários da jacobea: do Mondego ao Fanado

Evergton Sales Souza
Universidade Federal da Bahia – Brasil

Movimento religioso reformador surgido em Portugal no final do século XVII, a jacobea conheceu um forte desenvolvimento no decurso do século XVIII. Esta comunicação propõe analisar a história da jacobea. Para tanto, toma como ponto de partida a trajetória de seu fundador e a formação das redes de adeptos que permitiram sua expansão. Após apresentar as características gerais do movimento e de suas ações reformadoras, a comunicação se centrará na descrição e análise do caso de uma mulher laica que teria aderido às ideias da jacobea no Brasil profundo, numa paróquia na fronteira diocesana entre Bahia e Mariana. Chamava-se Isabel Maria e era filha de João da Silva Guimarães, um homem que passou a maior parte da vida em andanças pelo interior do país, em busca de minérios. À revelia da autoridade diocesana, ela teria criado um recolhimento no Vale das Lágrimas, região entre os rios Fanado e Araçuaí. A investigação ordenada pelo arcebispo da Bahia, D. José Botelho de Matos, produziu os documentos que permitem o conhecimento deste caso em que se verá como o discurso jacobeu pode ter mobilizado a adesão de uma mulher em região tão remota. O objetivo consiste em explicar como a jacobea pode ter ecoado em diversos cantos e grupos sociais no reino e império português setecentista, sugerindo, por esta via, novas possibilidades de pesquisa.

MESA-REDONDA 3 - Entre Mundos e Narrativas: experiências, escritos e circulações no tempo da presença Holandesa no Atlântico Sul (1624-1668)

Coordenador: Kleber Clementino (Universidade Federal Rural de Pernambuco – Brasil)

A mesa propõe um diálogo integrado sobre as múltiplas dimensões da presença holandesa no Atlântico Sul entre as décadas de 1620 e 1660, articulando experiências sociais, práticas historiográficas, dinâmicas indígenas e fluxos de informação. Trabalhando com fontes impressas e manuscritas, partir de perspectivas complementares, os pesquisadores examinarão como diferentes grupos vivenciaram, interpretaram e comunicaram os conflitos envolvendo a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e as forças luso-castelhanas em conflito. Irene Vicente-Martín discutirá as reações dos habitantes de Salvador diante das invasões holandesas, tanto na ocupação de 1624-1625 quanto no contexto mais amplo de 1630-1654, evidenciando tensões, adaptações e estratégias de sobrevivência. Kleber Clementino analisará as características da escrita da história no período, destacando os modos como cronistas e agentes letrados construíram explicações sobre eventos contemporâneos. Sylvia Brito explorará as dinâmicas indígenas sob o domínio e a influência holandesa, problematizando alianças, conflitos e reconfigurações políticas. Marília Machel, finalmente, investigará a circulação de notícias manuscritas e impressas na Europa, mostrando como as ações da WIC foram narradas, disputadas e apropriadas em diferentes centros de produção de informação. Em conjunto, a mesa problematizará a tessitura de experiências locais e representações globais que moldaram a compreensão da presença holandesa no Brasil, durante a incorporação de Portugal à Monarquia Hispânica e após a Restauração de 1640.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Estratégias locais: A Agência dos Moradores de Salvador à presença Neerlandesa no Brasil 1624-1654)

Irene Vicente Martín
Universidad de Salamanca – Espanha

Essa fala examinará a agência dos moradores – não se limitando à elite, mas incluindo diferentes grupos sociais – de Salvador de Bahia perante as ameaças neerlandesas no Brasil, dividindo as duas fases principais do conflito: a ocupação breve de 1624-1625 e o contexto da ocupação de Pernambuco, durante o qual Bahia ficou fronteira ao assim chamado "Brasil holandês" (1630-1654). Primeiramente, o estudo evidenciará como a população desenvolveu mecanismos de adaptação, resistência e, por vezes, negociação ou colaboração, que moldaram a experiência local do conflito contra os neerlandeses. Em seguida, se abordarão as crônicas e relatos sobre este período produzidos em Salvador por habitantes e soldados que participaram ativamente no conflito, entre 1624 e 1654, num esforço para explicar por que a agência local baiana tem permanecido historiograficamente esquecida/negligenciada.

Anunciando a Guerra Global: a divulgação da notícia da Conquista de Salvador pelos neerlandeses em 1624 na imprensa europeia

Marília Machel
Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Essa apresentação tratará da difusão da notícia da conquista de Salvador pelos neerlandeses em 1624 na imprensa europeia da época. A ação militar, apesar de não garantir um domínio duradouro dos neerlandeses no Brasil, marcou uma virada na percepção dos conflitos atlânticos ao ser noticiada em jornais e panfletos que emergiam durante a Guerra dos Trinta Anos e a fase final da Guerra dos Oitenta Anos. A inclusão dos conflitos nos territórios americanos na publicística bélica nos parece apontar para o fato de que nesse momento os ataques contra os territórios não-europeus sob o controle da Monarquia Hispânica começavam a ser entendidos como uma ramificação das guerras travadas em solo europeu, marcando uma virada definitiva em direção à mundialização da Guerra dos Oitenta Anos. Um processo que ocorrerá simultaneamente à própria europeização dos conflitos contra os Habsburgos, que a partir de 1624, envolveriam cada vez mais países numa guerra onde será cada vez mais difícil distinguir os conflitos nos territórios do Império e a guerra neerlandesa contra a coroa da Espanha.

Alianças estratégicas em tempos de conquista: o acordo entre Potiguara e neerlandeses na Paraíba, 1625

Sylvia Brito
Projeto Resgate Espanha – Espanha

No contexto das conquistas coloniais da primeira metade do século XVII, a região da Paraíba tornou-se palco de intensas disputas entre potências europeias e povos indígenas. Entre esses grupos, os Potiguara exerceram um papel central, muitas vezes minimizado nas narrativas tradicionais. Em 1625, após a retirada da armada da Companhia das Índias Ocidentais de Salvador, uma mudança de rota levou a esquadra neerlandesa a fundear na Baía da Traição, na Paraíba. Esse desvio aparentemente circunstancial desencadeou um momento importante: o encontro político entre os Potiguara e os neerlandeses, formalizado em um pacto estratégico. Esse acordo político evidenciava a experiência



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

acumulada pelos Potiguara em décadas de relações com os franceses, incluindo intercâmbios comerciais, alianças militares e práticas de negociação que lhes conferiram autonomia tática e política para vencer as forças luso-castelhanas. Ao enfatizar a capacidade de articulação dos Potiguara, essa apresentação busca evidenciar como os povos originários atuaram de maneira decisiva na configuração do território, influenciando alianças, confrontos e a dinâmica da própria ocupação colonial.

A escrita de narrativas da Guerra Holandesa no contexto da Monarquia Hispânica e os perigos da inconformidade (1626-1654)

Kleber Clementino
Universidade Federal Rural de Pernambuco – Brasil

Esta apresentação procurará estudar os casos de dois letrados portugueses que, no contexto do Portugal incorporado à Monarquia Hispânica (1580-1640), produziram narrativas da Guerra Holandesa (1624-1654), porém enfrentaram obstáculos para publicá-las: D. Manoel de Meneses e Duarte de Albuquerque Coelho. As razões para essas dificuldades foram tanto discursivas quanto políticas, dadas as exigências do centro de poder madrileno sobre a produção de relatos históricos do que, naqueles anos, acontecia no Brasil. A reflexão, então, pensará a instrumentalização da cultura escrita e do prestígio do discurso histórico produzido no mundo ibérico, bem como os riscos envolvidos nos “desvios de rota”, em face dos modelos estabelecidos.

MESA-REDONDA 4 - Políticas da diferença, práticas normativas e dinâmicas econômicas: o Estado do Brasil no Império Português (séculos XVII–XVIII)

Coordenadora: Héliida Santos Conceição (Universidade do Estado da Bahia – Brasil)

A presente mesa propõe um conjunto de reflexões sobre o Estado do Brasil, que se articulam ao redor de diferentes escalas de análise e níveis de interseção entre as práticas governativas, os regimes de normatividade, as dinâmicas econômicas e as formas de diferenciação social que atravessam os seus expedientes administrativos, bem como suas relações com a coroa portuguesa entre os séculos XVII e XVIII. Para tanto, reúne quatro comunicações articuladas em torno da construção de políticas da diferença, de dispositivos normativos, de políticas fiscais e de dinâmicas creditícias que conformaram este território entre os séculos XVII e XVIII. As comunicações aqui reunidas são o resultado de pesquisas recentes, realizadas por jovens historiadores, que tem se dedicado a analisar como a arquitetura político-administrativa da monarquia portuguesa interagiu com a sociedade colonial, operando dispositivos de longa duração e soluções contingentes para governar territórios ultramarinos marcados pela heterogeneidade social, pelo pluralismo jurisdicional e pela intensa circulação de pessoas, riquezas e informações. Em conjunto, as quatro intervenções contribuem para uma compreensão mais ampla do Estado do Brasil na época moderna, sublinhando múltiplas escalas das dinâmicas político-administrativas e de como a sua governabilidade dependia da articulação entre práticas normativas situadas, regimes econômicos diferenciados e assimetrias sociais constitutivas. A mesa busca, assim, problematizar os processos de produção normativa, desigualdades e negociações que sustentaram o funcionamento do Estado do Brasil como parte da arquitetura político jurídica do Império Português.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

A construção de políticas da diferença no Estado do Brasil através dos Bandos dos Governadores e Vice-Reis (séculos XVII e XVIII)

Arthur Almeida Santos de Carvalho Curvelo

Universidade Federal do Vale do São Francisco / Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Alagoas – Brasil

Para Jane Burbank e Frederick Cooper, as bases de sustentação dos extensos impérios transoceânicos se assentavam em repertórios políticos voltados a regular, de um lado, as práticas de integração e de negociação entre a Coroa e as elites imperiais, e, de outro, em estabelecer “políticas da diferença”, para grupos socialmente subalternizados, com base em critérios de cor, etnia, gênero e condição jurídica. Compartilhando desta premissa geral, a comunicação pretende analisar uma das principais disposições normativas utilizadas pelos governadores e vice-reis para institucionalizar repertórios políticos de diferenciação: os Bandos. Suscintamente, um Bando pode ser descrito como a disposição originada dentro meio militar, através da qual uma ordem é proclamada perante uma comunidade ao som de caixas, quase sempre acompanhada da estipulação de um conjunto de penas aos seus transgressores. Porém, através da exploração de dados estatísticos e de estudos de casos recolhidos em diferentes capitanias, a comunicação pretende demonstrar que, no Estado do Brasil, os governadores e vice-reis valeram-se dos bandos para tratar de uma pluralidade mais ampla de temas, que abarcam desde a organização do espaço urbano ou das relações comerciais e econômicas, até às questões morais e religiosas das populações coloniais. Diante disso, pretende-se analisar como os governadores, por meio dos bandos, produziram regulações específicas para o conjunto das populações subalternizadas, e de como consolidaram estas políticas de diferenciação através da imposição de penas diferenciadas para a população preta, indígena e mestiça, quer do sexo masculino, quer do sexo feminino, de condição escravizada, forra ou livre.

A primeira modernidade do Estado do Brasil: o ouro, uma força econômica centrípeta, ca. 1699-1750

Hyllo Nader de Araújo Salles

Secretaria da Educação do Estado da Bahia – Brasil

A colonização portuguesa do Estado do Brasil alicerçou-se no amplo estabelecimento de tributos, fonte de renda necessária ao fortalecimento do Estado burocrático e mercantilista. Em finais dos Seiscentos, a descoberta e a crescente produção aurífera no sertão do Estado do Brasil atuaram como força econômica centrípeta. O ouro, mercadoria-moeda, isto é, com liquidez imediata, impactou de forma rápida a circulação de fazendas. Serviu como catalisador para a recuperação econômica portuguesa da crise geral do século XVII, tendo mesmo efeitos sobre a economia mundial no Setecentos. Entretanto, o aumento da riqueza metálica não se traduziu, de imediato, em benefícios fiscais para a Coroa. A apropriação dos efeitos positivos do ouro exigiu a montagem e o aperfeiçoamento do aparato administrativo e fiscal do Estado do Brasil, desse movimento resultou a configuração da sua primeira modernidade fiscal: uma série de reformas administrativas-fiscais. Os tributos nos quais o ouro, mercadoria-moeda, fez sentir a sua força, por óbvio, são aqueles que incidiam sobre a circulação de mercadorias: a dízima da alfândega reestabelecida no Rio de Janeiro em 1699, em Pernambuco em 1711 e na Bahia em 1714 [1711]; o direito de 3\$500 réis sobre os escravos trazidos da Costa da Mina de 1699; o direito da saída dos escravos para as minas de 1714 [1711]; o direito de entrada nas minas para a consecução dos quintos d'ouro de 1714; e os direitos de senhoriagem e de brassagem das oficinas monetárias - Rio de Janeiro em 1702, Bahia em 1714 [1711], e Minas Gerais em 1724. Portanto, a



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

partir do estudo da administração fazendária e da fiscalidade, pretende-se elucidar a que "sistema de poder" pertenciam.

Governo e produção normativa no Estado do Brasil: a administração do vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes (1720-1735)

Hélida Santos Conceição
Universidade do Estado da Bahia – Brasil

Nas últimas décadas a historiografia brasileira sobre o império português tem revisitado diversos temas e abordagens históricas sobre os modos de governo e administração da América portuguesa. A ausência de um estatuto uniforme de atuação para os mais altos postos do oficialato régio, leia-se, governadores e vice-reis, gerava uma multiplicidade de atos decisórios e soluções tomadas de modo contextual e contingente. Assim, a governabilidade nos territórios do ultramar não seguia uma regra uniforme de ordenamento político e jurídico, ao contrário disto, o emaranhado de soluções e decisões compunha com as ordenações do Reino, mas também com as recorrentes emissões de cartas régias, alvarás, editais, enfim uma soma considerável de atos normativos que evidenciava a constelação de poderes concorrentes que possibilitou à monarquia portuguesa um governo à distância. Esta comunicação discute o governo e a administração de Vasco Fernandes César de Menezes vice-rei no Estado da Índia (1712-1717), 4º Vice-rei do Estado do Brasil (1720-1735) e laureado como o 1º Conde de Sabugosa (1727), analisando a produção dos dispositivos normativos presentes na comunicação política produzida durante sua gestão. A partir da ferramenta analítica dos “regimes históricos de normatividade”, pretende-se formular um quadro interpretativo que identifique os principais assuntos, agentes, circuitos de comunicação e expedientes decisórios que estruturaram o governo do vice-rei. A proposta é apresentar uma primeira classificação dos assuntos e temas presentes nos códigos da secretaria de estado do vice-rei, através dos quais será possível refletir sobre os conflitos, os atores, as interações em perspectiva local, para compreender as interações e os expedientes decisórios da sua administração. Portanto, esta comunicação pretende ampliar o entendimento sobre o estatuto político dos vice-reis na América portuguesa, tendo em consideração a análise das múltiplas conexões entre a Coroa portuguesa e os oficiais régios nas conquistas, as práticas governativas e a disseminação e traduções das culturas jurídicas ibéricas nos espaços coloniais.

É fiado ou em dinheiro de contado? Crédito e moeda na Bahia na conjuntura de retomada da economia de exportação (1777-1808)

Augusto Fagundes
Pesquisador de Pós-Doutorado da Universidade Federal de São Carlos / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Brasil

Durante muitas décadas, a historiografia colonial, apoiada principalmente nas fontes oficiais e nos relatos de cronistas e viajantes, sustentou a tese de que a escassez monetária no Brasil colônia era de ordem estrutural. Essa exiguidade era quase sempre o único argumento para explicar a forte demanda por crédito. Tal perspectiva tradicional impediu a historiografia de visualizar a atividade creditícia dissociada da escassez monetária, levando-a a tratar equivocadamente a exiguidade monetária como um problema estrutural da colônia. A partir de estudo empírico com 5.580 escrituras, chegamos a conclusão de que na Bahia no contexto de recrudescimento da economia de exportação não havia falta de liquidez, o que comprova que a falta de meio sonante não foi estrutural no Estado do Brasil, ou seja,



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

o crédito e a moeda circularam de formas distintas entre os diferentes grupos sociais e espaços do Estado do Brasil. Assim, lugares com dinâmica econômica mais efetiva, diretamente vinculados ao setor exportador, demandaram mais moeda e crédito, a exemplo da cidade da Bahia e a do Rio de Janeiro no final do século XVIII. De modo diverso, regiões que se desenvolveram através de uma economia de subsistência, demandaram menor volume de crédito e de componente monetário. Portanto, o que houve na Bahia do final do período colonial não foi falta de liquidez, mas uma crescente manipulação artificial da escassez monetária por parte dos grandes credores, em sua maioria formada por homens de negócio. O desdobramento desta política bem-sucedida empreendida pelos grandes credores foi a concentração da moeda sob seu controle, dando a sensação para os contemporâneos de época da falta de metal. A moeda existia, ela apenas não estava à disposição da maioria da sociedade, estava concentrada sob a posse de poucos indivíduos. Controlando a moeda, os negociantes da Bahia controlavam também o crédito, obtendo taxas de juros cada vez maiores, muito acima das taxas oficiais geralmente cobradas pelas instituições religiosas.

MESA-REDONDA 5 - Jesuítas nos sertões dos Impérios Ultramarinos

Coordenadora: Ane Luíse Mecnas Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil)

Para Raphael Bluteau (1712, volume VII), sertão consiste em uma região “apartada do mar, e, por todas as partes, metida entre terras”. Ao nos determos na documentação produzida durante o período colonial, nos deparamos com definições de sertão enquanto um espaço não habitado ou território ainda não conquistado, o que possibilita pensarmos o sertão enquanto espaço da alteridade. As falas reunidas discorrem acerca da reflexão sobre as implicações dos processos de conquista, das delimitações espaciais e das características físicas e etnográficas dos territórios para o estabelecimento de missões e, especialmente, para a adoção de certas estratégias de evangelização. Além disso, propõe-se lançar um outro olhar sobre as dinâmicas internas da Companhia de Jesus, como as alianças estabelecidas e as disputas com setores da sociedade colonial, a partir do acionamento e da análise de um diversificado corpus documental. Dentre as fontes que compõem este conjunto, destacamos as cartas, os tratados de história natural, moral e civil, os livros de botânica médica, astronomia e cartografia e, ainda, os tratados jurídicos, que demonstram que a ordem apresentava também interesses em relação a outros campos do conhecimento. Esta produção intelectual foi, sem dúvida, resultado da percepção de mundo destes missionários, para a qual contribuíram seus anos de formação. Não podemos, no entanto, minimizar a importância das mais variadas experiências que estes religiosos vivenciaram nos territórios ultramarinos portugueses e espanhóis, tanto junto aos nativos, quanto junto à sociedade colonial. Assim, esta mesa busca, por meio de uma chave interpretativa sobre os sertões, pensar perspectivas teórico-metodológicas adotadas nos estudos voltados à temática das práticas de escrita jesuítica dos séculos XVI até o XVIII, enfocando tanto a homogeneidade heterogênea que a caracterizou quanto as alterações nela observáveis ao longo dos séculos.

Jesuítas no espaço: uma análise inicial da estruturação espacial da província jesuítica do Brasil a partir de seus catálogos (décadas de 1580 a 1620)

Camila Corrêa e Silva de Freitas
Universidade de Pernambuco – Brasil



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Este texto tem como objeto de investigação a estruturação espacial da missão jesuítica no Brasil através de seus estabelecimentos entre as décadas de 1550 e 1620. A partir de bibliografia específica e da análise quantitativa e qualitativa dos dados apresentados pelos “Catálogos de Padres e irmãos da província do Brasil” produzidos entre as décadas de 1580 e 1620, busca-se apresentar uma análise histórica panorâmica do processo de estabelecimento espacial da Companhia de Jesus no Estado do Brasil no período considerado, com foco nos tipos de estabelecimento, localização geográfica e número de sujeitos. A análise dos dados, feita em perspectiva seriada e comparada, aponta para diferenças no processo de estruturação espacial missionária desenvolvido a partir de três núcleos, centrados na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco.

“Muito desejoso andamos todos de ir pelo sertão” – a representação do espaço colonial nos primeiros escritos jesuíticos (1549-1559)

Fabricio Lyrio Santos

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Brasil

O texto se debruça sobre a construção da ideia de “sertão” e as representações em torno do espaço sertanejo na documentação produzida pelos jesuítas na década inicial de implantação da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1559). Ênfase maior é dada às narrativas das expedições do padre Leonardo Nunes ao sertão paulista (1551) e do padre João de Azpilcueta Navarro ao sertão baiano (1553-1554) e à polêmica envolvendo o desejo frustrado do padre Manoel da Nóbrega de interiorizar a missão jesuítica no sertão são-vicentino (1552-1555). Escrita no singular, sertão era uma categoria plural que abarcava uma variedade de sentidos e significados que se modificavam no tempo e no espaço. Na documentação analisada, o sertão aparece como território temido e desejado pelos jesuítas, fiéis servidores do rei e da igreja, na constante busca pelas almas indígenas.

Secularização nos sertões da Amazônia: a Missão de Trocano tornando-se a Vila de Borba, a nova (1756)

Karl Heinz Arenz

Universidade Federal do Pará – Brasil

Uma das metas da política pombalina no Estado do Grão-Pará e Maranhão era a secularização das missões e sua transformação em vilas. A missão de Trocano situada no baixo rio Madeira, então um caminho fluvial estratégico que deu acesso tanto às possessões espanholas quanto às minas de Cuiabá, foi um dos primeiros aldeamentos a ser levantado à categoria de vila sob o nome de Borba, a nova. Os embates que, neste processo, opuseram o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, e o jesuíta alemão Anselmo Eckart, mostram o quanto este lugar nos remotos sertões amazônicos, serviu de “laboratório” para a implementação das reformas jurídico administrativas e socioeconômicas no norte da América portuguesa.

A escrita jesuítica durante a "Guerra dos Bárbaros": a produção e circulação de impressos nos sertões dos Impérios Ultramarinos

Ane Luíse Mecnas Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

A expansão para os sertões, ao longo da segunda metade do século XVII, foi marcada pela edificação de aldeamentos e constituição de alianças, com o intuito de garantir segurança no acesso comercial às rotas dos criadores de gado que seguiam da Bahia ao Piauí. Ordens religiosas foram incumbidas da tarefa de administrar as aldeias, da conversão de almas, fornecer mão de obra nas entradas para o sertão e no envio de indígenas que lutam ao lado das tropas durante a "Guerra dos Bárbaros". Coube aos padres da Companhia de Jesus a administração dos Kiriri e, no intuito de atender as solicitações, foram realizados estudos linguísticos, para sistematizar e normatizar as línguas locais e, assim, tornar possível a comunicação entre as tropas durante os conflitos e também na conversão. A presente apresentação busca analisar a produção e circulação de obras dos padres da Companhia de Jesus, durante o contexto da guerra. Elaboradas nas aldeias de Mirandela, Saco dos Morcegos, Natuba e Geru, na segunda metade do século XVII.

MESA-REDONDA 6 - Guerra global no Atlântico Sul: Contingentes indígenas, tropas africanas e frotas castelhanas na reconquista do Brasil, 1624-1654

Coordenador: Pablo Antonio Iglesias Magalhães (Universidade Federal do Oeste da Bahia)

Na primeira metade do século XVII, desenvolveram-se vários conflitos bélicos de origem europeia e com ramificações em quase todos os mares do mundo. O principal desses confrontos foi o da Monarquia Católica da Espanha contra os considerados rebeldes neerlandeses. Antes e depois da chamada Trégua dos Doze Anos (1609-1621), houve confrontos em terra e no mar, e a partir de 1621, com a criação da Companhia das Índias Ocidentais, a contenda assumiu um claro caráter de guerra comercial e naval. Parte deste confronto global desenrolou-se no Atlântico Sul, nas margens oriental (Angola e Mina) e ocidental (Brasil). A guerra não era apenas uma questão de exércitos europeus. Nas numerosas batalhas navais e, sobretudo, nas terrestres, os exércitos de ambos os lados eram compostos por forças díspares e, tanto na África como na América, utilizaram de forma forçada, ou mediante a realização de alianças, contingentes indígenas e tropas de africanos, escravizados ou não. Isto foi claramente visível na invasão neerlandesa de Salvador da Bahia em 1624-1625, na de Pernambuco de 1630 a 1654 ou na de Luanda de 1641-1648. Nesta mesa, pretende-se debater de forma global e coordenada toda esta variedade de confrontos bélicos, que até agora só foi analisada a partir de uma perspectiva eurocêntrica. Será analisada a participação indígena e africana nos exércitos e estudar-se-á tanto a participação da Monarquia Hispânica e seus exércitos no confronto no Brasil e em Angola, como o impacto que a organização destas frotas e contingentes armados teve na política, na economia e na sociedade de uma Espanha que, a partir de 1625, começava a mostrar sinais evidentes de decadência militar e econômica. Será a primeira vez que todos estes fatos serão debatidos em conjunto, e não de maneira parcial e setorial.

Frotas castelhanas ao resgate do Brasil, 1625-1639

José Manuel Santos
Universidad de Salamanca – España

Entre 1625 e 1639 foram mobilizadas quatro grandes frotas para o resgate do Brasil conquistado pelos holandeses: duas armadas e dois socorros. Em número de barcos e homens foi o maior esforço naval realizado pela Monarquia desde a Armada contra Inglaterra de 1588. Depois do sucesso de 1625, com a “frota restauradora” de D. Fadrique de Toledo, o ataque holandês a Pernambuco em 1630 devia ser resolvido da mesma maneira, enviando uma grande frota que acabasse rapidamente com a presença



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

dos “rebeldes herejes”. Mas à medida que passava o tempo, iam aparecendo mais e mais dificuldades para poder juntar essa frota, que também devia ser “combinada”, com navios espanhóis e portugueses (e provavelmente napolitanos). Os diversos Conselhos da Monarquia e a “Junta de Pernambuco” discutiram sobre a melhor maneira de organizar essa “armada restauradora” ou nova “Jornada do Brasil”, mas as dificuldades eram imensas. Não ajudou o início da guerra contra a França em 1635. Somente a partir de 1637 foi possível enviar uma Armada comandada pelo conde da Torre. Com esta pesquisa queremos aprofundar nossos conhecimentos sobre como foram organizadas estas frotas, as dificuldades políticas, econômicas e técnicas e o impacto que tiveram para a situação da Monarquia da Espanha no contexto europeu e global.

Los “ejércitos de esclavos” en África Central Occidental. Guerra en el Atlántico

José Luis Ruíz-Peinado
Universidad de Barcelona – España

Las cambiantes relaciones de los portugueses con los diferentes reinos y pueblos africanos generaron toda una serie de conflictos que desembocaron en guerras por el control del territorio y especialmente por los mercados de esclavos. Desde las feitorias en la costa (El Mina) hasta la ocupación efectiva del territorio (Angola), pasando por los tratados con el Reino del Congo. La salvaguarda de sus posesiones se basa en la defensa de sus intereses, para ello no sólo contaron con los centenares de soldados enviados desde la metrópoli, sino con las milicias de los enclaves coloniales y especialmente de los llamados “Guerra preta”. La mayoría de estos esclavos fueron reclutados entre la población africana local, de este modo se adopta el “ejército de esclavos” a través de tratados con diferentes sobas que eran obligados a entregar cierto número de esclavos a las autoridades y también a través de los mercaderes europeos que financiaban incursiones armadas para la captura de estos guerra preta, organizados por soldados locales liderados por pombeiros y tangomãos, a cambio del pillaje de las poblaciones del interior. La participación de estos ejércitos africanos fue decisiva para derrotar al poderoso reino del Congo y el mantenimiento del poder portugués en Angola. Unos ejércitos muy efectivos para las autoridades coloniales pero olvidados por la historia colonial.

Muros do Recôncavo: os aldeamentos indígenas e a guerra defensiva na capitania da Bahia (1624-1654)

Pablo Antonio Iglesias Magalhães
Universidade Federal do Oeste da Bahia – Brasil

A participação indígena nas guerras neerlandesas, no Recôncavo baiano, entre 1624 e 1654, foi decisiva e revela a complexidade das alianças políticas em um contexto de sucessivas incursões militares da Companhia das Índias e Províncias Unidas. A aliança com os aldeamentos jesuítas garantiu força militar crucial em combates de guerrilha, reconhecimento do território, rapidez de deslocamento e técnicas de fazer a guerra – elementos essenciais para conter a ocupação de Salvador em 1624 e, posteriormente, para resistir às investidas holandesas no litoral da capitania da Bahia em 1628, 1638 e 1647. A atuação indígena, portanto, não deve ser vista como mero apoio auxiliar, mas como um componente estratégico que influenciou diretamente o curso da guerra. A agência indígena demonstrou a capacidade dos povos originários de agir, decidir e influenciar os rumos da guerra, destacando como os tupinambá resistem e negociam, reinterpretando episódios históricos. O conceito de agência coloca indígenas não são figuras passivas na história, mas protagonistas ativos de suas lutas e dinâmicas de



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

aliança, conflito, revelando como os tupinambás influenciaram o resultado da disputa atlântica que definiu o Brasil no século XVII.

Aliados Essenciais: Agência Indígena e conflitos Luso-Hispano-Neerlandeses na Guerra de Pernambuco (1630-1654)

Bruno Romero Ferreira Miranda
Universidade Federal Rural de Pernambuco – Brasil

A presente pesquisa investiga as relações e alianças estabelecidas entre povos indígenas, portugueses, espanhóis e neerlandeses, com foco nas disputas pelas zonas produtoras de açúcar na chamada Guerra de Pernambuco (1630-1654). Embora a historiografia clássica reconheça a necessidade europeia da colaboração indígena para a conquista e manutenção territorial colonial, este estudo enfatiza que os indígenas, notadamente grupos Tupi (Potiguara e Tabajara) e Tapuia (Janduí/Tarairiu), atuaram como agentes históricos ativos. Eles forjaram alianças com base em dinâmicas sociopolíticas preexistentes, rivalidades internas e interesses estratégicos próprios, utilizando os conflitos europeus para atingir objetivos locais. O objetivo geral consiste em analisar a natureza dessas coalizões e tensões interétnicas nas guerras luso-hispano-neerlandesas. Especificamente, busca-se através do cruzamento de fontes luso-espanholas e neerlandesas elaborar um histórico das relações diplomáticas e militares, averiguar os principais entraves às alianças e reavaliar o papel militar indígena, demonstrando como sua participação foi determinante para a manutenção ou perda de territórios e como isso reconfigura o conhecimento sobre o Brasil colonial e, de forma mais ampla, da história da Monarquia Hispânica.

MESA-REDONDA 7 - O Santo Ofício e a repressão aos padres desviantes no Brasil Colonial

Coordenadora: Lane Lage da Gama Lima (Universidade Federal Fluminense – Brasil)

Uma das questões mais delicadas da História da Igreja no Brasil diz respeito à imoralidade do clero colonial. Autores como Gilberto Freyre, Charles Boxer e Riolando Azzi, entre outros, chamaram a atenção para a baixa qualidade do clero na colônia, apontando diferentes fatores para essa situação. No contexto da Reforma Católica, a Inquisição atuou como importante instrumento de vigilância e punição dos padres desviantes do modelo clerical estabelecido pelas determinações tridentinas, com destaque para os delitos de natureza sexual, como a sodomia e a solicitação, mas punindo também homens que se ordenavam sendo casados ou padres que se casavam. A documentação deixada pela ação do Santo Ofício nas terras brasileiras registra ainda outros desvios clericais que não pertenciam ao foro inquisitorial, mas que eram relatados pela população em suas denúncias em confissões, apresentando assim um vasto panorama das relações tensas entre clérigos e leigos na sociedade colonial.

Padres casados nas garras da Inquisição

Lane Lage da Gama Lima
Universidade Federal Fluminense – Brasil



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Além do conhecimento doutrinário, a condição de padre esteve, desde sua origem, vinculada a um estilo de vida próprio. E, entre as qualidades requeridas ao exercício da função sacerdotal, uma delas teria, no futuro, papel fundamental na caracterização do clero enquanto grupo destacado da comunidade laica: a abstinência sexual. O Santo Ofício de Inquisição, instalado em Portugal na primeira metade do XVI, constituiu um importante instrumento de vigilância sobre o clero e de punição dos desviantes do modelo tridentino estabelecido para o seu comportamento. Se cabia à Justiça Eclesiástica punir os padres amancebados, caberá ao Santo Ofício a punição dos que se casavam e também dos homens casados que se ordenavam, na medida em comprometiam dois sacramentos da Igreja, o Matrimônio e a Ordem. Em meados do século XVIII, dois padres oriundos do Brasil foram processados no Tribunal de Lisboa por haverem se ordenado sendo casados, o primeiro morador em Olinda e o segundo no Recife, na Capitania de Pernambuco. Seus processos esclarecem, além da ação do tribunal nesses casos, a trama social que levou esses homens a tomarem essa decisão, enfrentando uma possível punição do Santo Ofício.

Do Altar à Alcova: Padres incorrigíveis no “vício dos clérigos” no Brasil Inquisitorial

Luiz Mott

Universidade Federal da Bahia – Brasil

Dos 1076 prisioneiros do Brasil encarcerados no Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, 55 foram identificados como pertencentes à Igreja (7%). O clero representa 25% do total dos sodomitas processados pelo Tribunal do Santo Ofício Português, totalizando 90 réus numa amostra de 394 processos de sodomia por nós analisados, com datas entre 1549-1768. Aproximadamente 1/3 desses homoeróticos eram membros da Igreja, sendo 39 clérigos seculares, 35 frades, 10 membros do alto clero, 3 ermitões e 2 sacristãos. Em todo Império português, como ocorria na Europa Medieval, a sodomia estava visceralmente associada às igrejas e conventos, com justeza merecendo o cognome de “vício dos clérigos”: 9 dos 30 sodomitas queimados pela Inquisição pertenciam à Santa Madre Igreja. Nesta comunicação *Do Altar à Alcova: Padres incorrigíveis no “vício dos clérigos” no Brasil Inquisitorial*, resgatamos as práticas homoeróticas e o cotidiano periclitante de uma dezena de membros do clero e seus “cúmplices” acusados de praticar o abominável e nefando pecado de sodomia. Propomos uma tipologia desses sodomitas que abarca um continuum que vai do praticante “encoberto e sigiloso” ao “escandaloso e incorrigível”.

Pastores de alma, raposas do rebanho: padres acusados de comportamentos desonestos na América portuguesa

Angelo Adriano Faria de Assis

Universidade Federal de Viçosa – Brasil

No dia 29 de julho de 1591, o padre Frutuoso Álvares, vigário de Nossa Senhora da Piedade de Matoim, no Recôncavo, seria o primeiro a confessar suas culpas perante a Mesa da primeira visita inquisitorial ao Brasil. Em sua confissão, informaria ter chegado à Bahia cerca de 15 anos antes, e que durante esse tempo, ao modo do que já ocorria no reino, praticou tocamientos desonestos com cerca de quarenta homens, abraçando, beijando, tocando as suas naturas, tendo cometimentos pelo vaso traseiro, “dormindo por detrás como um homem dorme por diante com uma mulher pelo vaso natural”. Além do padre Frutuoso, outros religiosos confessariam manter relações amorosas e comportamentos sexuais variados com mulheres e homens na colônia, não raro aproveitando suas posições de prestígio para efetuar os atos, como nos casos de solicitação, ou mesmo com o consentimento dos parceiros e parceiras. A documentação do Santo Ofício referente à América portuguesa está cheia de casos. Nesta



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

comunicação, pretendemos apresentar padres acusados de comportamentos sexuais presentes na documentação referente à Primeira e à Segunda visitação inquisitoriais ocorridas no Brasil – foco especial para os casos da Bahia, relatados entre 1591-93 e 1618-20.

Padres e Missionários desviantes na Amazônia setecentista

Yllan de Mattos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil

Na Amazônia portuguesa do século XVIII, a presença de padres seculares e missionários esteve no centro de um delicado processo de implantação da disciplina tridentina em um espaço marcado pela missão sobre os indígenas, pela precariedade institucional e pela distância dos centros metropolitanos de justiça eclesiástica. Nesse contexto, comportamentos considerados desviantes por parte do clero — especialmente de natureza sexual — tornaram-se objeto recorrente de denúncias, investigações e comunicações dirigidas ao Santo Ofício da Inquisição portuguesa. Diferentemente dos grandes escândalos metropolitanos ou das confissões ocorridas no contexto das primeiras visitas inquisitoriais ao Brasil, os casos amazônicos revelam um regime ordinário e prolongado de vigilância, no qual práticas como concubinato, solicitação, abusos de autoridade espiritual e outros delitos contra a moral sexual clerical eram negociados, denunciados e enquadrados a partir das condições locais da vida missionária.

Esta comunicação analisa um conjunto de denúncias e procedimentos inquisitoriais envolvendo padres e missionários atuantes na Amazônia setecentista, com especial atenção aos mecanismos de produção da acusação, aos perfis sociais dos denunciantes e denunciados e às formas pelas quais o Santo Ofício interveio — direta ou indiretamente — na regulação do comportamento clerical na região. Ao fazê-lo, busca-se compreender como a Inquisição portuguesa funcionou, na periferia amazônica do império, menos como um tribunal de punição exemplar e mais como um instrumento de disciplina, controle e normalização do clero, articulado às dinâmicas da missão, da cura das almas e do governo colonial.

MESA-REDONDA 8 - Justiça, poder e território no mundo atlântico português: novas leituras históricas (séculos XVI-XVIII)

Coordenadora: Yamê Galdino de Paiva (Universidade Nova de Lisboa – Portugal)

Ao longo das últimas duas décadas, a história da justiça tem se consolidado como um profícuo campo de análise historiográfica no Brasil e em Portugal. Contribuíram para isso diferentes métodos de análise, abordagens metodológicas e novos olhares sobre as fontes disponíveis. Além disso, um estreito e intenso diálogo com a história do direito e com a história do poder e da administração possibilitam compreender de uma maneira mais densa e complexa o funcionamento do aparelho judicial, as formas de administração da justiça no império português e também os movimentos de formulações políticas da coroa (inclusive em dinâmicas bottom-up) decorrentes do caráter pluralista do ordenamento jurídico. Apesar dos visíveis avanços, é possível verificar a existência de assimetrias na historiografia sobre o tema, havendo alguns espaços mais privilegiados em detrimento de outros. A partir dessa breve consideração, esta mesa tem como objetivo (re)pensar antigos e novos caminhos da investigação sobre a história da justiça nos territórios de presença e de colonização portuguesa. As comunicações aqui reunidas incidem sobre espaços diversos do Atlântico português e buscam compreender as estratégias



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

jurídicas para garantir a posse e o domínio sobre a terra; os mecanismos de resistência às justiças; os processos de estruturação da justiça na Amazônia portuguesa; e a relação entre justiça formal, justiça informal e poderes locais em microcontextos atlânticos, como o do arquipélago dos Açores.

Resistir às justiças na América portuguesa: legislação, tipologias e práticas de resistência

Yamê Galdino de Paiva
Universidade Nova de Lisboa – Portugal

A resistência é um fenômeno que ocorre numa multiplicidade de situações, sendo exercida por uma variedade de atores sociais. Ela pode assumir tanto expressões violentas, que representam sua forma mais visível, até formas mais sutis ou dissimuladas, além de apresentar naturezas diversas (política, fiscal, cultural, religiosa, etc). No caso da resistência à justiça, sua ação esteve tipificada como um delito na legislação portuguesa desde as Ordenações Manuelinas, no século XVI, sendo direcionada aos magistrados e oficiais de justiça em todos os níveis judiciais (tribunais, comarcas, ouvidorias, câmaras municipais e inframunicipalidade). A legislação a definiu prioritariamente a partir das ações mais ostensivas que envolviam agressões ou ferimentos. Entretanto, a resistência às justiças ocorria também de modos não violentos, como através de injúrias ou desobediências. A qualidade do delito de resistência enquanto crime grave justificava-se por ser entendida como uma forma de ofensa à própria pessoa do rei, a quem os juízes e oficiais de justiça representavam. Essa comunicação tem como objetivo analisar um conjunto de casos de resistência à justiça encontrados em fundos documentais variados e ocorridos em diferentes territórios da América portuguesa durante o período moderno. Objetiva-se evidenciar a construção normativa em torno do crime de resistência à justiça, analisar as tipologias através das quais se materializaram e os mecanismos institucionais de resposta às mesmas.

A organização da Justiça no Estado do Pará e Maranhão (1750-1800)

Marcia Eliane Alves de Souza e Mello
Universidade Federal do Amazonas – Brasil

Os estudos sobre as estruturas e funcionamento do poder judiciário no Estado do Brasil avançaram bastante nos últimos anos, contribuindo para uma historiografia renovada no campo do direito e da justiça no período colonial. Contudo, as pesquisas sobre o aparelho judicial no Estado do Pará e Maranhão continuam esparsas e incipientes, mantendo ainda um desconhecimento sobre o perfil dos seus agentes e a configuração adotada pela administração da justiça nesta região, que mantinha ligação direta com as estruturas metropolitanas, em particular com os tribunais régios, diferente do que ocorria com as demais capitanias do Brasil. Tendo por base a reconfiguração do espaço ocorrida no Estado do Pará e Maranhão, na segunda metade do século XVIII, com a criação de novas comarcas, como um elemento essencial para compreendermos a dinâmica da criação de novos cargos e ofícios relativos à Justiça. Por este viés, não só podemos entender a admissão de novos agentes coloniais, bem como, compreender a natureza dos conflitos criados a partir das superposições de jurisdições ou controle de determinados ofícios. Partindo deste princípio, pretendemos apresentar a constituição de novos cargos e funcionamento de novos organismos de aplicação da justiça como a Junta da Justiça e a Junta da Liberdade, buscando perceber como se formava esta nova realidade jurídica nas capitanias do Pará, Rio Negro, Piauí e Maranhão, a partir das transformações introduzidas pelo poder metropolitano na região, em contraste com as dinâmicas locais.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Arquipélagos atlânticos e ultramar português: justiça, território e governação

Nuno Camarinhas

**Universidade dos Açores / Centro de Humanidades /
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Portugal**

A historiografia recente sobre a administração e a justiça no mundo colonial português tem destacado o carácter policêntrico do poder, a pluralidade jurídica e a centralidade das práticas locais na governação ultramarina. Desenvolvidos sobretudo a partir da América portuguesa, esses debates colocam desafios metodológicos mais amplos, como a articulação entre escalas locais e imperiais, a circulação de agentes e modelos administrativos e a análise integrada de estruturas de governo pluricontinentais. Esta comunicação apresenta resultados preliminares de um projeto em desenvolvimento sobre a administração ultramarina portuguesa na Época Moderna, centrado na justiça formal e informal, nos poderes locais e nas redes de governação. O trabalho baseia-se na exploração de documentação local sobre magistrados e ofícios da governança (sécs. XVII–XVIII), privilegiando a circulação de agentes, a configuração territorial das jurisdições e as interações entre normatividade régia e práticas locais. Num estágio intermédio da investigação, a comunicação incide sobre três dimensões interligadas: a implantação e reconfiguração das estruturas judiciais em espaços ultramarinos; as trajetórias e mobilidades dos oficiais régios; e as tensões entre modelos administrativos metropolitanos e formas locais de regulação, analisadas a partir de um arquipélago atlântico, como os Açores. O estudo recorre a ferramentas das humanidades digitais, nomeadamente análise relacional e georreferenciação, para pensar a justiça como fenómeno espacializado e contribuir para uma reflexão comparativa sobre a governação colonial no Atlântico português.

Direitos sobre a terra e práticas sociais: um estudo sobre a variedade de situações envolvendo herança, primogenitura, posse e direito natural

Carmen Alveal

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil

A presente comunicação pretende analisar situações diversas no tocante ao debate sobre os direitos sobre a terra na América portuguesa ao longo do período colonial. Serão apresentadas algumas circunstâncias, ocorridas em diferentes capitânias, no sentido de mostrar como distintas estratégias foram utilizadas por grupos sociais diversificados, ao longo dessas centúrias, no sentido de garantir um quinhão de terra. Para além do instituto das sesmarias, que tinha como obrigatoriedade o cultivo, outros métodos foram utilizados. A instituição de capelas e morgadios foi importante instrumento para manter o património na família por gerações, evitando o seu esfacelamento. A posse anterior ao pedido de sesmaria também foi um subterfúgio perspicaz como alegação para legitimar o pedido, mas também usado como defesa diante de usurpações que aconteciam, e que resultavam em litígios no âmbito da justiça. Também a utilização do argumento do direito natural relativo aos indígenas na virada do século XIX evidencia que, mesmo com a política do Diretório dos Índios, quando se tentava inserir estes grupos dentro de lógicas institucionais colonizadoras, foi relevante para manter determinado grupo em suas terras, evocando os primórdios dos debates do século XVI sobre os direitos dos indígenas sobre suas terras. Portanto, objetiva-se desenvolver estas diversas práticas sociais para melhor compreensão do universo de direitos sobre a terra.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

MESA-REDONDA 9 - Fronteira fluvial em disputa: o rio Guaporé

Coordenador: Gefferson Ramos Rodrigues (Universidade Federal do Oeste do Pará – Brasil)

Durante a segunda metade do século XVIII, enquanto Portugal e Espanha discutiam, assinavam e anulavam tratados buscando traçar fronteiras e demarcar limites entre seus territórios coloniais, os sucessivos dirigentes da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, criada em 1749, empenhavam-se em garantir para o governo lusitano a posse da margem direita do Guaporé e a efetiva navegação desse rio. O Guaporé, de fato, era de importância ímpar para o domínio da região, na qual os súditos de Portugal haviam encontrado ouro e queriam transformar o lugar em baluarte de defesa da fronteira oeste da América Portuguesa. Pelas águas guaporeanas, unidas às dos rios Mamoré, Madeira e Amazonas, circulavam o ouro e as mercadorias e se fazia a comunicação da capitania interiorana com o porto de Belém, e daí com Lisboa. Defender esse rio, porém, não era tarefa fácil. Desde meados do século XVII, os espanhóis vinham ocupando o outro lado do Guaporé, onde jesuítas haviam estabelecido as missões de Chiquitos e Moxos e, ao saberem da presença lusa na região, também tentavam se instalar na outra margem. A farta documentação que se conserva em instituições dos dois lados do Atlântico atesta o grande esforço que os governantes de Mato Grosso empreenderam para reconhecer, ocupar, cartografar, defender e assim dominar águas e terras guaporeanas. A mesa, pois, tem como propósito abordar a importância do rio Guaporé e, de maneira interdisciplinar, analisar alguns significativos aspectos dos esforços empreendidos para domínio desse rio. A proposta justifica-se pela sua múltipla abordagem e por buscar novos ângulos para o estudo desse rio na definição da fronteira oeste.

As estratégias de defesa lusitanas contra os invasores espanhóis em um mapa de 1767

Junia Ferreira Furtado
Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

Com a assinatura do Tratado de El Pardo, em 1761, entre Portugal e Espanha, restou revogada a linha de fronteira da América portuguesa estabelecida, em 1750, pelo Tratado de Madri. Era consequência da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) que voltou a colocar em campos opostos as duas Coroas e tensões entre elas não tardariam a escalar nos seus espaços fronteiriços sul-americanos. No extremo centro oeste, junto ao rio Guaporé, cuja margem leste voltara por este Tratado para o poder dos espanhóis, o governador Rolim de Moura, no entanto, tratou de reforçar, nessa mesma margem, a linha de defesa portuguesa. Num local conhecido como Sítio das Pedras, a montante da confluência com o rio São Simão, o governador instalou um destacamento militar e construiu o forte Nossa Senhora da Conceição, depois denominado Bragança. Por seu turno, imediatamente, a Coroa espanhola enviou emissários para exigir a evacuação do forte e demais postos militares, mas Rolim de Moura resolveu resistir, reforçou a defesa e o patrulhamento da área, especialmente em 1763, com a ameaça dos espanhóis que se preparavam para a invasão. Em abril de 1764, destacamentos espanhóis vindos de Santa Cruz de La Sierra, do Paraguai e do rio da Prata, apoiados por indígenas das reduções de Mojos e Charcas, se concentram na margem oeste do Guaporé. Todo esse aparato militar luso-castelhano aparece ilustrado no Plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes (1767), que será aqui analisado à luz de fotografias atuais desses locais, com o intuito de revelar sua importância para o domínio português da região e como símbolo da presença lusa na fronteira oeste junto ao rio Guaporé, ainda que militarmente não tenha sido usado de fato.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Cartografar para Governar: Luís Pinto de Sousa Coutinho e as estratégias de domínio para o Rio Guaporé (1768-1771)

Carmem Marques Rodrigues
Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional – Brasil

Enquanto governador da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá, Luís Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde de Balsemão, desenvolveu várias estratégias cartográficas e defensivas especiais para o eixo hidrográfico do rio Guaporé. Nomeado em 1767, Luís Pinto assumiu a capitania com a missão explícita de aprofundar o conhecimento geográfico da região e assegurar os limites da fronteira lusa, um desafio colossal em uma capitania longínqua, extensa, pouco povoada e altamente vulnerável. Todavia, suas estratégias começaram a ser implementadas assim que colocou os pés no solo colonial. Durante sua longa viagem fluvial até Vila Bela da Santíssima Trindade, registrou informações astronômicas e geográficas inéditas, confrontando mapas jesuíticos e criticando inconsistências presentes no Tratado de Madri. Seu procedimento, ancorado no uso de instrumentos de navegação e na revisão crítica de dados, resultou na elaboração de observações que buscavam garantir maior acurácia ao mapeamento régio. No rio Guaporé, articulou cartografia, planejamento urbano e estratégias de povoamento ao reorganizar aldeamentos indígenas segundo padrões lusos, renomeando localidades para afirmar o domínio territorial. Além disso, a expedição ao Forte de Bragança (1769-1770), planejada sob sua supervisão, percorreu um longo itinerário terrestre, e seus resultados reforçaram a interoperabilidade entre defesa militar e circulação estratégica. Assim, esta comunicação procura analisar essas ações governativas de Luís Pinto, com foco nas práticas cartográficas, na reorganização espacial e no uso da engenharia militar, como instrumentos para a configuração do rio Guaporé como o eixo estruturante na gestão da fronteira oeste portuguesa.

As escassas representações visuais do Guaporé setecentista

Maria de Fátima Costa
Universidade Federal de Mato Grosso – Brasil

No decorrer da segunda metade do Setecentos houve, por parte dos governantes da capitania de Mato Grosso e Cuiabá, um grande esforço em representar o rio Guaporé e seu entorno em linguagem textual e cartográfica. São algumas dezenas de relatórios, correspondências e mapas que detalham seu corpo fluvial, margens, meandros, ilhas, afloramentos rochosos e demais aspectos da fisionomia aquática. Entretanto, no contraponto, comparativamente são pouquíssimos os registros icnográficos que documentam qualquer nuance da paisagem natural e humana desse rio. Surpreende, por exemplo, que não haja qualquer vista ou prospecto que permita conhecer o perfil visual da capital de capitania, Vila Bela da Santíssima, situada às margens do Guaporé, embora ela tenha sido objeto de um bom número de planos e plantas. De fato, até agora só se pôde levantar menos de uma dezena de registros visuais que tem o rio e região do Guaporé como objeto; são folhas dispersas, quase todas a aquarela e em pequeno formato, tendo como tema recorrente as construções militares erguidas à sua margem. O maior número de imagens deve-se aos desenhistas da Viagem Filosófica, expedição naturalista que trafegou pelas águas guaporeanas em 1789 e 1792. Instiga saber a razão dessa escassez. Por que a sua bela paisagem não mereceu o registro daqueles que a viram? Certo que se poderia atribuir à sempre recorrente questão de sigilo, porém o rico conjunto cartográfico, por si só, negaria essa hipótese. Assim, a comunicação busca analisar os poucos registros visuais que foram dedicados ao Guaporé no século XVIII, procurando refletir sobre o motivo de sua escassez.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

MESA-REDONDA 10 - Do rés-do-chão às bordas do papel

Coordenador: José Newton Coelho Meneses (Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil)

A mesa-redonda proposta, seguindo a tradição de proposições dos investigadores ligados aos grupos de pesquisas GESTO – Elementos Materiais da Cultura e Patrimônio (UFMG-CNPq) e Estudo e caracterização de documentos em suporte de papel (USP-CNPq) objetiva refletir a materialidade documental e de eventos de nosso passado colonial. É nossa nona proposta, desde o Encontro do III EICH, em Belém. A presente proposição objetiva evidenciar os tensionamentos cotidianos no interior da América em que vidas e experiências de mulheres e de homens clareiam relações identitárias específicas no envolvimento com contabilidades das práticas de comércio, notadamente varejos primordiais no dia-a-dia da sociedade. De um negociante português na Vila de Santos a rede de mercadores de papel para as Minas, passando pelas compras de alimentos de uma viúva no Distrito diamantino, as três falas elegem a experiência de construção de manutenções de atividades e vivências familiares e comerciais, no cotidiano de gastos, investimentos e construções de riquezas que moldam uma economia viva, de um mercado interno forte e de relações sociais características em contextos coloniais. Busca-se aquilatar esses mercados em aspectos quantitativos e qualitativos e analisar, em suas materialidades, não apenas as atividades abastecedoras de produtos básicos, mas a documentação específica que as denotam. Papéis e seus usos em manuscritos documentais da realidade cotidiana têm sido analisados de forma especial em nossas comunicações. Assim, não são apenas considerados como evidências de transações comerciais, mas como artefatos de uso comum, manifestos de gestos humanos e de linguagens de amplos significados. Os documentos, em suas materialidades, são lidos por nós como construções aderidas intimamente à ação dos humanos. Alimentos e demais objetos primordiais à vida, incluindo os papéis, nos apresentam demandas, consumos, gostos, formas de viver.

Escrever com a necessidade. Cotidiano, papel e pena em uma lista de compras de uma viúva

José Newton Coelho Meneses
Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

A comunicação propõe refletir sobre a escrita como materialidade e ação expressiva da experiência real de pessoas e de sociabilidades. Apresenta como exemplo uma listagem de despesas feita por uma mulher, no século XVIII e propõe a leitura da peça escrita como evidência de um cotidiano de construção de gostos, consumo e práticas alimentares. Apreender a materialidade da escrita é para um historiador a possibilidade de leitura mais vertical das fontes de sua investigação. No campo da história da alimentação, a sensibilidade para considerar a escrita um artefato e uma forma de linguagem, se complementam e incorporam sentidos ao texto, ao informar, outrossim, sobre o gesto de quem escreve. A necessidade escreve. No Inventário post mortem do marido, para cumprir a justeza da partilha, D. Anna Perpétua Marcelina da Fonseca anexa três listas justificadoras da necessidade do uso dos recursos na administração dos negócios e sustentação da família e dos escravizados domésticos: “Lista dos lucros que tem tido a herança”, “Lista de despesas com o funeral” e a de “Despesas de Mantimentos de julho de 1793 até outubro de 1796”. Este último rol materializa em texto o que podemos narrar sobre o próprio cotidiano alimentar da abastada família do Tejuco, ao final do século XVIII. A comunicação busca evidências de um cotidiano familiar, das relações da família com a sociedade local, da agência de uma mulher da elite e dos usos documentais de sua existência.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Redes de abastecimento de papel nas Minas setecentistas: circuitos de fabricantes, mercadores de grosso trato e comerciantes locais

Márcia Almada

Universidade Federal de Minas Gerais / Escola de Belas Artes – Brasil

O papel é um insumo fundamental na estruturação da vida comercial e administrativa, sem contar seus usos no âmbito privado, como o aprendizado da escrita, a redação de cartas e diários, a elaboração de listas de despesas pessoais, bem como a produção de desenhos e cartas geográficas, entre muitas outras utilidades. Ainda assim, os mecanismos comerciais que envolvem o fornecimento de papel para a América portuguesa durante o período colonial permanecem pouco conhecidos na historiografia brasileira. Com o objetivo de suprir parcialmente essa lacuna, serão apresentados os resultados iniciais de um estudo sobre as redes de abastecimento de papel, envolvendo as relações entre mercadores internacionais e homens de negócio, bem como seus representantes, atuantes em Lisboa, Rio de Janeiro e Minas. Serão analisados dados quantitativos e qualitativos relativos às marcas e às diferentes qualidades de papel comercializadas ao longo do século XVIII. Do ponto de vista material, serão abordados os riscos do transporte marítimo e terrestre, assim como as formas de armazenamento do papel desde os moinhos papeleros até as prateleiras das vendas e lojas, aspectos essenciais para a manutenção da qualidade dos papéis para seus diversos usos e para sua preservação até os dias atuais.

O caderno de assentos de Francisco Xavier da Costa Aguiar: negócios e consumo em fins do período colonial

Maria Aparecida de Menezes Borrego

Universidade de São Paulo / Museu Paulista – Brasil

Francisco Xavier da Costa Aguiar (1752-1821) foi um negociante português, atuante na capitania de São Paulo em fins do século XVIII e inícios do Oitocentos. Em 1784, iniciou a produção do manuscrito por ele nomeado como caderno de assentos particulares p.a m.a lembrança, cobrindo os fatos de sua vida pessoal e de negócios até 1820. Escrito por vários punhos, o documento encontra-se atualmente guardado na biblioteca do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Trata-se de um testemunho elaborado não por obrigações de um profissional da escrita, mas pela necessidade de um sujeito reter no papel anotações para rememoração. O caderno de assentos guarda a formalidade textual e material de um livro de contas da época moderna em que se registravam despesas gerais, empréstimos, prejuízos e assuntos como casamentos, nascimentos, batizados e mortes. Como o livro de contas materializa o que deve ser lembrado, funciona igualmente como um livro de memórias do autor e de sua família, que pode ser revisto ou continuado pelas gerações seguintes. Nesta comunicação pretendo analisar os gastos e investimentos de Costa Aguiar relativos à manutenção de sua casa e família na vila de Santos, com especial atenção às despesas realizadas para a formação dos filhos, fosse na carreira acadêmica, durante os estudos na Universidade de Coimbra, fosse na carreira militar, junto ao serviço de Sua Alteza Real. Desta forma, pretendo jogar luzes não só sobre o consumo cotidiano e conspícuo do negociante em várias dimensões de sua vida, mas também sobre as dinâmicas socioeconômicas do Brasil no final do período colonial, atentando para a circulação de pessoas e artefatos no império português naquele contexto específico.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

MESA-REDONDA 11 - A Construção dos Brasis: conexões, trajetórias e protagonismo da gente negra e seus descendentes no Brasil colonial

Coordenador: Gian Melo (Universidade Federal de Alagoas – Brasil)

A presente mesa tem por objetivo apresentar os diversos Brasis existentes no período colonial, abrangendo as conexões e as trajetórias de grupos e personagens que transitaram em espaços que compreendem a África, a Capitania de Pernambuco e suas anexas, até o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Nosso intento é dialogar através de abordagens históricas e documentos diversos, as dinâmicas estabelecidas na realidade social da época por homens e mulheres de diversos estratos sociais, que estavam construindo, por meio de suas agências, o cotidiano e a sociedade colonial. A diversidade espacial da proposta, abrange não somente as margens atlânticas da época, nós adentramos o território até os sertões, promovendo um diálogo amplo, que tem como lastro documentos cartorários, administrativos, eclesiásticos e jurídicos, ameadados entre Portugal, África e Brasil. Vamos percorrer as trajetórias de personagens como Luiz Cardoso, que conseguiu sair do cativeiro e construiu sua riqueza com o comércio de escravizados em Pernambuco, numa época em que as disputas com os quilombolas de Palmares fervilhava. Já na parte sul da Capitania, a então Alagoas vivia suas dinâmicas sociais, com mães conquistando alforrias para seus filhos e para si, mesmo que elas fossem pagas com seus próprios rebentos. Nos sertões do Rio Grande do Norte, observamos como o trânsito atlântico e pelo interior propiciou a mobilidade desses sujeitos. Na esteira da colonização desencadeada pela criação de gado, a partir do século XVIII, visibilizamos a constituição de genealogias mestiças, como os Dantas, compostas por descendentes de africanos libertos e que, anteriormente, foram ligados à família Dantas Corrêa, cujos descendentes habitam, ainda hoje, a parte centro-sul do atual Rio Grande do Norte. Já no Maranhão, as conexões existentes entre África, Portugal e o Brasil emergem nos escritos de um religioso que legou vários históricos, registros que mostram a sociedade da época através do olhar de um homem de batina e letrado. Nossa mesa, por meio de suas comunicações, integra conhecimentos históricos oriundos de perspectivas e fontes diversas, com pluralidade de abordagens metodológicas para melhor entendermos como espaços distantes estavam marcados pela escravidão e por dinâmicas sociais ditadas pelas necessidades locais, seja no Maranhão, em Pernambuco ou na África de outrora.

Os filhos do vosso ventre: escravidão e maternidade em Alagoas entre o século XVII e XIX

Gian Melo

Universidade Federal de Alagoas – Brasil

Ao pensar os mecanismos de reprodução do cativeiro nos deparamos com o uso do ventre como instrumento de perpetuação da escravidão, o que era amparado pela legislação oficial. Assim, mães eram submetidas a gestações seguidas para aumentar o patrimônio de seus senhores, o que em muitos casos foi aceito devido as falsas promessas de liberdade. Na análise de fontes cartorárias nos deparamos com situações diferentes: mães comprando a alforria de seus filhos e com casos de acordos prévios feitos por escravizadas e seus senhores, que asseguravam a carta de alforria das mães em troca de suas “crias”. Muitas das cartas ainda tinham a alegação de que eram entregues em decorrência de bons serviços prestados por aquelas parturientes aos senhores. Situações distintas, mas que mostram o papel dessas mulheres agindo em prol da liberdade, seja a sua ou a de seus filhos. O período que percorremos dá conta de processos de transformações jurídicas no território de Alagoas, quando ainda no século



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

XVII era parte identificada como ao sul de Pernambuco e permeada pelos embates contra Palmares, passando pelo período de sua elevação à condição de Comarca de Alagoas até a sua emancipação política no início do XIX. Tal temporalidade decorre da existência de fontes inexploradas até o momento, o que revela dinâmicas e experiências novas para localidade e a historiografia social da escravidão.

Outros Dantas, outras histórias: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)

Helder Macedo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil

Na Ribeira do Seridó, na porção centro-sul do atual Estado do Rio Grande do Norte, por muito tempo, os estudos de genealogia privilegiaram a reconstrução de famílias com ascendência branca e/ou luso-brasílica, produzindo, assim, uma versão branqueada da sua história. Investigações mais recentes têm colocado em evidência a formação de genealogias mestiças, que se disseminaram pelos sertões, a partir do século XVIII, em paralelo àquelas provenientes dos colonizadores. Uma dessas famílias tidas como “tradicionais”, de colonizadores, na ribeira, é a Dantas Corrêa, com ascendentes portugueses, indígenas e nascidos no Brasil. A comunicação explora, assim, dois ramos da família Dantas que se situaram, durante os séculos XVIII e XIX, ao longo do rio Acauã e se constituíram a partir do casamento entre pessoas forras, as quais, anteriormente, fizeram parte da mão-de-obra escravizada de fazendas dos Dantas Corrêa: Maurício Dantas, crioulo e Manuela Maria, mulata, que moraram no Bico da Arara, libertos, respectivamente, de Caetano Dantas Corrêa e Maximiana Dantas Corrêa; e Clemente e Luzia, libertos de Caetano Dantas de Medeiros, com descendentes na Cacimba do Meio e São Pedro. O exame dessas genealogias mestiças permite refinar o olhar para que a compreensão sobre o processo formativo do povo sertanejo não exclua as suas origens africanas e afro-brasileiras, tão importantes quanto as demais.

A escravidão nos escritos de um bispo: Angola e o Maranhão sob o olhar de D. Luiz de Brito Homem (sécs. XVIII-XIX)

Pollyanna Muniz

Universidade Federal do Maranhão – Brasil

D. Luiz de Brito Homem nasceu no Fundão em 1748. Formou-se em Direito Canônico na Universidade de Coimbra, em 1768, e ordenou-se padre em 1777. Foi Prior da freguesia de São Bartolomeu, em Coimbra, e adjunto da Mesa Episcopal. Foi nomeado bispo de Angola e Congo em 1791, lá chegando em 1792 e designado para a diocese do Maranhão em 1802, lá chegando em 1804. Apesar de ter uma trajetória semelhante a muitos outros prelados diocesanos, seu caso merece atenção pelo grande volume documental que produziu em África e na América Portuguesa, permitindo investigar diversos temas. O objetivo desta comunicação é analisar seus escritos sobre a escravidão em dois espaços distintos, Angola e o Maranhão na virada dos séculos XVIII para o XIX. Identificar-se-á igualmente como ele percebeu questões relativas a mestiçagens, qualidade e condição de seus paroquianos e o que escreveu sobre esses temas. Numa proposta em História Global e Conectada, esta investigação busca clarificar a atuação desse personagem totalmente negligenciado pela historiografia do Maranhão e de Angola a partir da variação de escalas de observação.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

De Escravo a Homem de Negócio: Luís Cardoso e sua trajetória social e mercantil em Pernambuco (c.1655 - c.1724)

Suely Almeida

Universidade Federal Rural de Pernambuco – Brasil

Com o fim da presença neerlandesa em Pernambuco e a consequente expulsão de uma próspera comunidade judaica de mercadores, as redes comerciais passaram a ser ocupadas por reinóis que migraram principalmente do norte de Portugal para terras da América portuguesa. Era um Recife de cerca de 1.200 fogos e 15.000 almas. O povoado contava com um porto que exercia um poder insuperável de atração, obrigando aos “burocratas” e administradores a permanecerem no entorno deste, cuidando dos despachos da frota da Companhia de Comércio. As novas oportunidades que surgiram, proporcionadas pelo vazio deixado pela fuga dos batavos, provocou uma onda migratória de uma população cristã-velha, mas dos escalões subalternos do reino, que “mascateando”, fizeram uma significativa poupança o que permitiu em um futuro, não muito distante, se tornarem Homens de Negócio, financiadores das safras de açúcar, credores de senhores de engenho e poderosos comerciantes de escravizados, que movimentaram todo o comércio de “grosso trato”, da capitania. Acrescente-se a essas considerações o fato de muitos iniciarem sua jornada em Recife executando atividades manuais envilecedoras, fazendo-os descambar para o chamado “defeito mecânico”, segundo o Antigo Regime. Todavia, na Praça do Recife, podemos ir além, encontrando na galeria dos comerciantes mais abastados um homem forro, mestiço, certamente excluído por suas máculas, ou acidentes de nascimento, de gozar de prestígio e distinção. Ele se chamou, Luís Cardoso. Nasceu, segundo as fontes, em 1655 de um ventre escravo e de cor, mas de pai branco. Comprou sua alforria com recursos de seu trabalho em 1667, ainda muito jovem. Os valores amealhados para a compra da liberdade, vieram de sua atividade de caixeiro junto ao um homem de grande cabedal Cristiano Paulo que era um mercador alemão, com o qual aprendeu as artes de negociar, tornou-se um homem de negócio de grosso trato, senhor de uma casa de penhores, na qual emprestava dinheiro a juros, se houvessem garantias para tal empréstimo em ouro, prata, terras e imóveis. Trataremos nessa comunicação de sua trajetória de comerciante de escravos, um verdadeiro “mercador de sobrado”, bem como, das possibilidades de inserção social na América portuguesa, sociedade que abrandou a rigidez do Antigo Regime, no que tange as máculas de sangue, ou as mecânicas, mudando a qualidade dos sujeitos, desde que os investimentos monetários para tal fossem significativos. Talvez devamos considerar, não apenas os cabedais, nesse período, mas o fato de que esses indivíduos investiram na construção e sustento de irmandades, ordens terceiras e igrejas, fortalecendo o catolicismo logo após a Restauração portuguesa, numa região ocupada por muitos anos por calvinistas neerlandeses. Esse movimento a favor da Igreja Católica portuguesa, certamente engrossou o argumento para a inclusão desse grupo marcado pelas máculas de nascimento.

MESA-REDONDA 12 - Formas e mídias de comunicação do direito na América Portuguesa

Coordenadora: Andrea Slemian (Universidade Federal de São Paulo – Brasil)

Nas últimas décadas, diversos estudos vindos da história social e da história do direito têm destacado que, durante a Época Moderna, a criação do direito possuía um caráter profundamente descentralizado.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Longe de ser um produto exclusivo da Coroa, o direito no contexto do Império Português era produzido, comunicado e apropriado por diversos agentes, instituições e práticas, que atuavam em diferentes níveis da vida social. Diversas mídias e suportes desempenhavam papel fundamental nessa rede normativa, contribuindo para sua criação, manutenção e reprodução. Partindo dessas premissas, esta mesa propõe discutir como o direito era comunicado e materializado por meio de diferentes mídias na América Portuguesa, considerando as formas diversas de comunicação e produção de normatividades no cotidiano colonial.

Ainda que sempre destacamos a ausência de universidades, a escassez de letrados e a distância da metrópole, a produção, transmissão e apropriação de saberes normativos era intensa e se faziam por meio de múltiplos suportes: cartas, escrituras, petições, manuais pragmáticos, e até mesmo práticas devocionais. O direito, ao longo do período moderno, mantinha entrelaçamento essencial com as práticas cotidianas dos diferentes atores sociais, conformadas com normas advindas de várias esferas normativas. O objetivo das comunicações, no conjunto de quatro perspectivas diferentes de comunicação jurídica, é evidenciar essa pluralidade de agentes e canais que moviam, criavam, produziam o direito e sustentavam a administração da justiça, aproximando práticas locais, cultura escrita e relações de poder inscritas nas sociedades coloniais.

Para além dos letrados: aquisição de conhecimento jurídico por advogados provisionados nos espaços coloniais portugueses

Airton Ribeiro
Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Esta comunicação examina como sujeitos coloniais da América Portuguesa adquiriam e mobilizavam saberes jurídicos em contextos marcados pela ausência de educação jurídica formal. Focando nos advogados provisionados — homens locais autorizados a advogar sem passagem pela Universidade de Coimbra — analiso petições enviadas ao rei entre os séculos XVII e XVIII, nas quais tais agentes requerem provisão, justificando sua capacidade e prestígio, bem como demanda local. Esses documentos revelam uma camada numerosa de praticantes leigos que sustentavam o cotidiano da justiça, apesar de permanecerem à margem da historiografia centrada nos letrados metropolitanos. As petições mostram que conventos, colégios e instituições religiosas funcionavam como espaços alternativos de instrução normativa, combinando ensino filosófico, práticas devocionais e aprendizagem prática nos foros locais. Revelam também como a provisão régia oferecia uma via limitada, porém real, de ascensão social a indivíduos excluídos da magistratura por barreiras socioeconômicas, étnicas e religiosas.

Petições como media: comunicação, informação e direitos

Andrea Slemian
Universidade Federal de São Paulo – Brasil

Partindo da ideia de que as petições eram a regra na comunicação entre os súditos e o rei e seus agentes, pretendemos pensar sua materialidade, gramática e linguagem como peças centrais na demanda por direitos no Império português. Consideramos petições toda e qualquer demanda enviadas “desde abaixo” para alguma autoridade reconhecida como legítima, as quais poderiam ter muitos e diferentes nomes a depender de cada contexto. Grosso modo, podemos dividi-las em dois grandes conjuntos, o



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

das queixas (gravaminas) e o das súplicas que implicavam performances distintas de seus agentes, tanto dos peticionários quanto da cadeia daqueles que tomavam decisões a partir delas. Analisaremos que, mesmo tendo em conta seus formatos controlados e definidos, as possibilidades de leituras das ações sociais que elas representavam são amplas, permitindo extrapolar em muito uma concepção de seu caráter como meros instrumentos administrativos.

A relevância da correspondência oficial na produção normativa do Antigo Regime: o caso da Real Extração de Diamantes (1771-1808)

Nathaly Mancilla-Órdenes
University of Helsinki – Finland

Por meio de uma análise do caso da Real Extração de Diamantes, instituída pela Coroa Portuguesa para administrar a demarcação diamantina em Minas Gerais, Brasil (1771–1808), a presente comunicação busca demonstrar a relevância da correspondência oficial na produção normativa do Antigo Regime. Para tanto, serão analisadas as cartas contidas no Livro 4089 do Tribunal de Contas de Portugal, referente à Real Extração, bem como os três livros da Real Extração localizados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A premissa é que a correspondência atuava como um meio para viabilizar o *enforcement* do novo regulamento de administração dos diamantes, bem como do próprio conceito de direito que a Coroa portuguesa buscava implementar. A hipótese principal é que a correspondência entre a Junta da Real Extração em Lisboa e os diversos oficiais da Real Extração no Brasil (principalmente o Intendente e os fiscais) pode ser lida como fonte do direito. Enquanto tal, não apenas tinha a função de garantir o cumprimento da legislação régia no ultramar, como também servia para tecer uma rede de expectativas normativas, articuladas em diferentes situações pelos diversos agentes históricos.

Sociabilidades femininas, comunicação e compartilhamento de saberes normativos: as estratégias de mulheres em casos de esponsais e sevícias na Capitania de São Paulo (séc. XVIII)

Vanessa Massuchetto
Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory – Germany

Esta exposição irá explorar como as mulheres nas sociedades coloniais do sul da América Meridional compartilhavam saberes sobre as normatividades que regiam seus contextos locais. Por meio da análise da documentação processual de casos de esponsais e sevícias das vilas de Curitiba, Paranaguá e São Paulo, o estudo centra-se nas dinâmicas de sociabilidade feminina reveladas sobretudo pelos testemunhos judiciais. O objetivo principal é traçar os mecanismos informais pelos quais as mulheres aprendiam a se articular perante as autoridades judiciais quando envolvidas em conflitos conjugais e violentos. As redes de sociabilidade, que informam as de solidariedade, revelam canais de transmissão oral de informação que permitiam a mulheres parte de diferentes estratos sociais compreender e navegar os múltiplos sistemas normativos vigentes. A apresentação enfatiza, assim, a agência feminina na esfera jurídica colonial, evidenciando como o conhecimento prático do direito era construído e compartilhado coletivamente.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

MESA-REDONDA 13 - A encruzilhada do território: intersecções entre corpo, gênero e raça na América portuguesa

Coordenador: Esdras Arraes (Universidade Federal Rural do Semi-árido – Brasil)

Os estudos sobre a história do território tradicionalmente assumiram uma perspectiva nacionalista, estabelecendo uma linha evolutiva e teleológica da formação do Brasil enquanto espaço-nação. Aos poucos, esse escopo foi perdendo força e a ideia de identidade nacional foi sendo substituída por identidades sociais dos diversos grupos formadores do país. Nesse aspecto, abre-se uma nova seara de pesquisas que vêm investigando como grupos sociais subalternizados se territorializam por meio da intersecção de gênero, raça, classe etc. Tais estudos promovem a reinterpretação de documentos históricos que guardam dados territoriais, como impostos prediais, censos demográficos, inventários, entre outros. No bojo da temática desta edição de 2026 do Encontro Internacional de História Colonial, a mesa propõe discutir a encruzilhada entre gênero, raça e território no período colonial, abrangendo desde núcleos urbanos até a macro escala. A mesa é formada por pesquisadores/as que vêm atuando em diferentes regiões do Brasil, unidos por estudos que espacializam fontes manuscritas em mapas temáticos exemplares. Os pesquisadores compõem os grupos Arqueologia da Paisagem (CNPq) e Sertões-Amôaé (CNPq) dedicados ao estudo das Humanidades Digitais com foco nas práticas sociais e na cultura material, desvendando paisagens plurais e revisando narrativas historiográficas vigentes em outros tempos. O foco incide sobre os grupos que buscam tensionar os estudos territoriais à luz da história social e econômica. O objetivo da mesa é, portanto, reposicionar mulheres, pessoas negras e indígenas como agentes da construção do território, esfera comumente analisada sob a perspectiva dos agentes da Coroa. Ao entrecruzar texto e imagem conseguimos vislumbrar dinâmicas que, por muito tempo, têm permanecido silenciadas. As Humanidades Digitais têm sido uma aliada nesse processo, pois permitem a visualização dos dados históricos textuais em contexto cartográfico.

Entre a mineração e a ruralização: um estudo de gênero na Capitania de Goiás do Oitocentos

Nádia Mendes de Moura
Universidade de Brasília – Brasil

A partir da análise da documentação das primeiras décadas do século XIX, como as Décimas Urbanas e o Imposto do Banco do Brasil, foram identificadas mulheres de diferentes estratos sociais e diversidade racial como proprietárias de casas nas quais residiam ou alugavam, bem como administradoras de suas tavernas em alguns núcleos da Capitania de Goiás, a exemplo de Vila Boa (cidade de Goiás). Ao administrarem seus bens e participarem da vida social e econômica local, essas mulheres desenvolveram estratégias de autonomia em um contexto de transformações estruturais na Capitania, marcado pela transição de uma economia predominantemente mineradora para a agropecuária. Diante disso, esta comunicação busca ampliar as narrativas históricas a partir de uma perspectiva de gênero, por meio de análise desses dados e espacialização das propriedades nos núcleos urbanos, utilizando o SIG histórico para a confecção de mapas temáticos. Com o intuito de descortinar essa realidade, também foram mobilizadas outras fontes manuscritas, como a documentação de titularidade de bens de raiz em Meia Ponte (atual Pirenópolis), a Relação dos Habitantes Situados no termo da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Minas de Meia Ponte; fontes cartográficas; relatos dos viajantes europeus que circularam pela região naquela época e bibliografia sobre história das mulheres.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Família e vizinhança na São Paulo setecentista: racialização, genderização e modos de vida no Atlântico negro

Amália Cristóvão dos Santos

Escola da Cidade / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo – Brasil

A análise da conformação de domicílios na São Paulo colonial revela um número expressivo de moradias organizadas em torno de figuras femininas, pobres, pretas ou “pardas”, frequentemente responsáveis principais pela obtenção de renda a partir da qual são sustentados os demais componentes do núcleo, que incluem filhas e filhos, mães e pessoas agregadas. Além disso, casas com composições semelhantes localizam-se próximas na cidade, configurando regiões razoavelmente homogêneas. Esses elementos – composição e territorialização dos “fogos” – permitem problematizar noções ocidentalizadas de família e entrever a formação de redes de vizinhança, que operam como aspectos centrais das possibilidades de sobrevivência dessas comunidades – práticas existentes no século XVIII e ainda presentes em territórios ruralizados e periferias de cidades médias e grandes. A comunicação proposta apresenta a articulação entre o exame das informações extraídas da Lista Geral de População de 1776 e a sua territorialização, baseada no desenho da Planta da Cidade de São Paulo, de 1810. As fontes censitárias permitem trazer à luz populações frequentemente obliteradas pelas documentações oficiais, tais como livres pobres, escravizados e mulheres. A partir da visada geral sobre os habitantes da cidade no período, a espacialização dos dados do arrolamento em questão possibilita elucidar estratégias sociais e modos de vida dos contingentes subalternizados, com especial atenção às mulheres chefes de domicílio e população negra, dialogando com estudos sobre o período e com bibliografias acerca das matrizes de organização sócio-espacial no Atlântico negro.

Espacializando censos demográficos coloniais: cotidiano e organização do intraurbano colonial

Diogo Fonseca Borsoi

Instituto Federal Baiano – Brasil

Censos demográficos são fontes tradicionais dentro da História do Brasil colonial. Embora haja iniciativas de inventariar as populações desde os primeiros tempos, há um maior incentivo a essa atividade a partir do consulado pombalino com ordens expressas a respeito. Os documentos oriundos dos recenseamentos têm sido largamente utilizados por historiadores dentro de um enquadramento econômico e social, pois registram estruturas familiares, relações de parentesco, cor da pele, idade, gênero, assim como dados sobre a profissão e a produção de cada domicílio. No entanto, são escassos estudos que se voltaram para a espacialidade desses dados. Assim, a presente exposição visa explorar experiências de espacialização dos dados censitários, principalmente, da Capitania de São Paulo e da Bahia, enfatizando os marcadores de raça e gênero registrados. Da amostragem analisada, percebe-se que a confecção dos Maços de população era feita pelas Companhias de Ordenança – organização militar – que possuía uma base territorial, organizando e hierarquizando os elementos que compunham o território. A reconstituição dessa base pode revelar pistas sobre a espacialidade dos dados na grande maioria das vezes organizados em listas. Nesse sentido, o foco da reflexão é propor métodos, técnicas, potencialidades e limites das fontes citadas, bem como apresentar algumas conclusões obtidas a partir da inter-relação entre espaço e tempo como vetores explicativos da história econômica e social.

Cenas de gênero e raça na construção dos territórios de Oeiras do Piauí colonial



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Esdras Arraes

Universidade Federal Rural do Semi-árido – Brasil

A historiografia da construção dos territórios e da urbanização da capitania do Piauí tem se preocupado, sobretudo, com as políticas de colonização e de ordenamento espacial de distribuição dos chãos de terra das povoações levadas a cabo pela Coroa portuguesa e seus agentes. O território é então percebido como produto de operação lusitana, do qual se desconsidera a participação de homens e mulheres negras e indígenas de sua modelagem. Não raro localizarmos em mapas coloniais topônimos como “terrenos vazios”, “sertões incultos” e “terras não descobertas” para se referirem aos lugares de habitação indígena ou os territórios de refúgio quilombola. Por outro lado, a documentação dá a ver, na entrelinha do seu discurso, a complexidade da tessitura social e o significado do agenciamento de pessoas negras e indígenas na cena cartográfica e cotidiana de fazendas, vilas e cidades do Piauí. Nesse aspecto, essa comunicação lança luz na interseção entre gênero e raça na configuração das escalas intraurbana e territorial da cidade de Oeiras, a capital da capitania. O trabalho entrelaça documentação setecentista – o Acento de cazas (1762), a Relação de todos os possuidores de terras desta capitania... (1762), o Registro de batismos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória (1767), entre outras - com a Carta Geographica da capitania do Piauí (do engenheiro Henrique Antônio Galuzzi) e plantas da cidade de Oeiras (c.1772 e 1809), a fim de territorializar, em mapas temáticos exemplares, agentes subalternizados pela história do urbanismo e da urbanização brasileira.

MESA-REDONDA 14 - Novas perspectivas em História Colonial

Coordenadora: Naira Maria Mota Bezerra (Centro de Humanidades / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa – Portugal)

A mesa Novas Perspectivas em História Colonial tem como objetivo apresentar a pesquisadores, professores e estudantes as tendências atuais de pesquisa em História Colonial e da Época Moderna. Entendemos por tendências atuais os novos temas, novas abordagens, lacunas ainda pouco exploradas, perguntas de pesquisa, hipóteses, fontes e fundos documentais, bem como discussões diferentes sobre questões historiográficas antigas. A mesa reunirá resultados e debates de investigação de quatro pesquisadores, sendo dois especialistas no Estado do Brasil e dois especialistas na Amazônia colonial, entre os séculos XVII e XVIII, contemplando assim a diversidade espacial da América portuguesa. Os trabalhos abordam, a partir de diferentes escalas, metodologias e perspectivas, temas centrais como política, diplomacia, tráfico negreiro, economia, governo, território e atuação militar indígena. As comunicações discutirão, respectivamente, as relações entre política e diplomacia no tráfico negreiro da Bahia; o papel dos governos do Brasil e de Angola no reformismo pombalino; os impactos da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão na economia amazônica; e a atuação indígena nos sistemas de defesa e fronteira na Amazônia colonial. O principal interesse da mesa é que a discussão inspire jovens pesquisadores e incentive a produção de novos conhecimentos, novas perguntas e novas leituras sobre a História Colonial, contribuindo para o fortalecimento e a renovação do campo historiográfico.

Política, diplomacia luso-neerlandesa e seus impactos no tráfico negreiro da Bahia (c. 1690 - c. 1760)

Cândido Domingues



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Universidade do Estado da Bahia – Brasil

O retorno dos portugueses ao comércio na Costa da Mina no último quartel do século XVII impôs à Coroa um novo problema nas relações com a República Unida dos Países Baixos. Nas negociações de paz posteriores à Restauração de Pernambuco (1654), o Tratado de 1669 reconhecia a região da Costa da Mina como domínio neerlandês e, portanto, interdito aos portugueses (salvo raras exceções). A presença de traficantes da Bahia naquele litoral no século XVIII foi, portanto, vista pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC), administradora do castelo de São Jorge da Mina, como uma oportunidade de conseguir o ouro do Brasil e o tabaco da Bahia (requisitada mercadoria-moeda nos mercados africanos da região). A WIC instituiu uma taxa sobre o tabaco transportado pelos navios negreiros da Bahia que deveria ser paga no castelo abrindo caminho para que seus funcionários inspecionassem, atacassem e, até mesmo, roubassem os navios portugueses. Esse novo problema diplomático foi tema importante para os representantes lusitanos em Haia durante toda a primeira metade do século XVIII. Diante do exposto, essa comunicação visa analisar o tráfico da Bahia à luz das discussões sobre a diplomacia, as relações portuguesas com o comércio de Amsterdam e a falta de uma marinha de guerra que enfrentasse a companhia.

Defesa e fronteira na Amazônia colonial: a atuação indígena e as adaptações locais

Wania Alexandrino Viana

Universidade Federal do Oeste do Pará – Brasil

Nas últimas décadas do século XVII e primeira metade do século XVIII, a expansão do domínio luso na região amazônica definiu um sistema de defesa composto que incluiu as estratégias de guerra indígena, suas táticas e conhecimentos sobre os ambientes amazônicos. Além disso, verifica-se a construção de fortificações militares que expressaram elementos combinados de engenharia moderna europeia e amazônicas. Essa estratégia de defesa, complexa e lusó-indígena, foram determinantes para a manutenção e defesa das fronteiras amazônicas coloniais. Nesta comunicação objetiva-se analisar a atuação indígena nesse processo a partir das tropas, guerras, vigilância de fronteiras e nas plantas das fortificações construídas no vale amazônico. Parte-se do entendimento que o sistema de defesa móvel e adaptado às realidades locais resultaram da interação dos saberes e dos aprendizados e experiências dos sujeitos indígenas e não indígenas. É desse lugar que podemos compreender a defesa e as fronteiras amazônicas coloniais.

A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e o seu impacto na economia da colônia do norte da América portuguesa: comércio, privilégios e conflitos (1755-1778)

Frederik Luiz Andrade de Matos

Instituto Federal do Pará – Brasil

A instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (CGGPM) em 1755 visava suprir duas demandas na colônia: a introdução de cativos africanos e como consequência fomentar o comércio. Entretanto, uma das grandes preocupações da empresa monopolista se dava com a introdução dos gêneros amazônicos, mais conhecidos como “drogas do sertão”, sendo o cacau o mais famoso deles, nos circuitos mercantis europeus através dos leilões que a referida empresa realizava a partir da chegada desses produtos no Reino. Dessa maneira a Companhia de comércio favorece a inserção desses gêneros que eram arrematados por um grupo mercantil mais extenso de negociantes portugueses e estrangeiros,



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

reexportando tais produtos para os mercados externos a Portugal. Para isso se valiam de suas redes de negócio já constituídas, além de valerem-se dos privilégios de estarem imbuídos na administração da referida empresa para açambarcarem esses gêneros, realizando o comércio de grosso trato. Mas enquanto no Reino tal comércio se realizava, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, a companhia monopolista se valia de uma série de privilégios e exclusivismos, a partir de uma rede intrincada entre política e economia que a fazia ser a fiadora e mantenedora de recursos do governo local para várias obras, entretanto, sofrendo uma série de críticas de moradores quanto a conduta dos administradores da CGGPM. Dessa feita, a presente comunicação abordará os meandros do funcionamento da referida companhia de comércio e seus impactos para a economia do Estado do Grão-Pará e Maranhão e os seus desdobramentos em Lisboa.

Os governos atlânticos e as reformas pombalinas: Salvador, Rio de Janeiro e Angola, 1750-1777

Naira Maria Mota Bezerra

**Centro de Humanidades / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas /
Universidade Nova de Lisboa –Portugal**

Qual o papel dos governos atlânticos no processo reformista ocorrido entre 1750 e 1777? Esta comunicação tem como objetivo discutir a atuação dos governos de Angola, Salvador da Bahia e Rio de Janeiro, três principais centros políticos e econômicos do Atlântico Sul português na segunda metade do século XVIII. A hipótese defendida é que desempenharam papel fundamental no diagnóstico, criação e implementação de reformas administrativas e econômicas. Ela se fundamenta na análise de problemas políticos e econômicos locais, articulados às consequências globais do terremoto de Lisboa (1755) e da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Dessa forma, contrapõe-se à interpretação historiográfica que privilegia unicamente a centralidade do marquês de Pombal ou da Coroa portuguesa no processo reformista. Pretende-se, assim, contribuir para uma nova compreensão do exercício político do ultramar, reconhecendo os governos coloniais como agentes ativos na construção do reformismo português entre 1750 e 1777.

MESA-REDONDA 15 - Feitiçarias, bruxarias e práticas mágico-religiosas no Império português

Coordenador: Marcus Vinicius Reis (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Brasil)

A feitiçaria vem, nas últimas décadas, ganhando cada vez mais terreno como temática de pesquisa no país, seja entre estudantes de graduação, seja entre docentes e pesquisadores especializados – movimento conectado ao crescimento dos estudos de gênero e dos estudos sobre o forçado trânsito atlântico de escravizados e escravizadas. Inspirada no clássico trabalho de Laura de Mello e Souza, *O Diabo e a terra de Santa Cruz – Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*, publicado em 1986, esta Mesa Redonda tem como proposta revisitar o tema da feitiçaria colonial, não apenas nas suas diversas características que marcaram a religiosidade luso-brasileira, mas, também nas suas conexões e tensionamentos. Para isso, discutiremos o caráter da feitiçaria no contexto jurídico do Império português, a circulação de saberes, crenças e práticas pelos mais variados espaços e entre os diversos personagens interessados em contar com o sobrenatural. Pretende-se refletir sobre a bruxaria e a feitiçaria como campos de disputa dentro do Império português, explorando como saberes e práticas



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

mágicas circularam, foram reinterpretados e ressignificados entre Europa, África e América. Ao fazê-lo, o debate pretende enfatizar os modos pelos quais mulheres, indígenas, africanos etc., participaram da reconstrução cotidiana de mundos culturais e sociais em transformação, desafiando fronteiras religiosas e identitárias impostas pela colonização. Como a própria Laura de Mello e Souza salientou na edição de 2009 de obra pioneira, novas abordagens em torno do tema da feitiçaria também têm sido construídas nas últimas décadas. Seguindo essa perspectiva, esta mesa busca refletir sobre os múltiplos circuitos de saberes e práticas que configuraram o universo mágico-religioso no Império português, inserindo-o no horizonte mais amplo dos mundos em reconstrução que definiram a modernidade atlântica.

Saberes em conflito e mundos em reconstrução: mulheres indígenas, feitiçaria e a ação inquisitorial na Amazônia Colonial (1755-1768)

Marcus Vinicius Reis

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Brasil

A pesquisa investiga a atuação do Santo Ofício português na Amazônia do século XVIII, com foco nas trajetórias de mulheres indígenas processadas por feitiçaria. A partir de documentação inquisitorial da Torre do Tombo e do Arquivo Público do Pará, o estudo analisa como essas mulheres articularam práticas mágico-religiosas, cosmologias e saberes subalternos em meio às políticas de cristianização e controle colonial. A partir de documentação do Tribunal do Santo Ofício e de arquivos amazônicos, busca-se compreender como essas mulheres negociaram práticas mágico-religiosas e cosmologias próprias em meio ao projeto civilizador português. A abordagem propõe compreender a feitiçaria como espaço de resistência e reconstrução de identidades, evidenciando as formas pelas quais as populações indígenas reelaboraram seus mundos espirituais diante da imposição da ortodoxia católica.

Práticas religiosas de origem africana no Império Português: uma abordagem quantitativa a partir dos índices dos Cadernos do Promotor da Inquisição

Alexandre Almeida Marcussi

Universidade de São Paulo – Brasil

Entre os séculos XVI e XVIII, práticas religiosas e devocionais de origem africana foram frequentemente tipificadas como crimes de feitiçaria e perseguidas pelos tribunais inquisitoriais portugueses, ainda que os tribunais episcopais também tivessem tido papel ativo em sua repressão. A inquisição portuguesa não priorizou a repressão dos africanos e seus descendentes, movendo um número relativamente pequeno de processos contra eles, mas recebeu grande volume de denúncias que foram arquivadas nos chamados Cadernos do Promotor. Esta comunicação visa oferecer uma abordagem quantitativa dos africanos e afrodescendentes denunciados ao Santo Ofício analisando os índices existentes para os Cadernos do Promotor, referentes aos tribunais distritais de Lisboa e Coimbra. A partir de um universo amostral de 976 denunciados de origem ou ascendência africana identificados nos índices, este trabalho irá analisar variáveis como a distribuição das denúncias no tempo e nos diferentes espaços do império português e o perfil dos denunciados em termos de cor, qualidade, condição jurídica, sexo e origens geográficas (“nações”). Esses dados permitem inferir algumas condições relevantes para a prática e a reprodução de cerimônias religiosas de origem africana nas sociedades do império português. Pretende-se ainda apresentar a base de dados do projeto “Espiritualidades Africanas”, coordenado por Daniela Calainho e pelo proponente desta comunicação,



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

que reúne e disponibiliza publicamente documentação relativa a práticas devocionais de origem africana no Império português.

Africanos mandingueiros no Brasil colonial

Daniela Buono Calainho

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

A presente comunicação tem como objetivo analisar a circulação de crenças e práticas mágico religiosas promovidas pelos africanos e afrodescendentes, fossem escravos ou livres, entre África, Portugal e Brasil, encontradas na documentação produzida pelo Tribunal do Santo Ofício português na Época Moderna. Do conjunto destas crenças e práticas, privilegiamos o uso de amuletos protetores, ou bolsas de mandinga, para demonstrar o alcance desta circulação. Vários africanos escravizados, libertos e seus descendentes, tanto no Brasil como em Portugal, foram incriminados e punidos por delitos do foro do Tribunal Inquisitorial - fundado em Portugal em 1536 -, em especial aqueles considerados pela Igreja como “feitiçarias”, ou seja, práticas mágico-religiosas associadas a pactos com o Diabo, justificando assim seu caráter herético e a ação repressiva inquisitorial. Exemplos destas práticas foram os rituais coletivos denominados calundus, envolvendo cânticos, batuques, oferendas, fervedouros com ervas e supostas incorporações de “espíritos” que curavam; também constam nos registros inquisitoriais adorações e oferendas a ídolos e às almas de mortos; evocações ao Diabo para os mais variados fins; sacrifícios de animais; o uso isolado ou combinado de variados ingredientes, como ervas, excrementos corporais, bebidas, alimentos, que podiam ser ingeridos ou esfregados no corpo, ou postos em lugares como encruzilhadas, rios, igrejas, portas de casas, visando curas de doenças, induzir vontades para o bem, para o amor ou para o mal; e por fim o uso de amuletos protetores junto ao corpo, denominados de bolsas de mandinga.

MESA-REDONDA 16 - Capitalismo e escravidão: novas reflexões em torno de um velho debate

Coordenador: Maximiliano Menz (Universidade Federal de São Paulo – Brasil)

Publicado em 1944, *Capitalism and Slavery* de Eric Williams produziu um enorme impacto na historiografia. Como se sabe, esse livro apontava para a importância do tráfico de seres humanos no processo de formação de capitais na Revolução Industrial inglesa. Na Europa e nos Estados Unidos o desafio interpretativo colocado pelo historiador de Trinidad y Tobago estimulou as reflexões de toda uma geração de pesquisadores do tráfico de escravos. No caso do Brasil, o livro teve uma grande influência nas discussões dos anos 1960-1980 em torno das especificidades do escravismo brasileiro, do caráter das relações coloniais e da formação do Estado nacional. Apesar das várias críticas e revisões que o trabalho original de Williams sofreu, a discussão a respeito da relação entre escravidão e capitalismo ganhou novo fôlego nos últimos anos. No hemisfério norte, a assim chamada “nova história do capitalismo” tem reavivado os debates em torno da importância do trabalho escravo na formação histórica do capitalismo no norte global. No Brasil, a discussão em torno da “segunda escravidão” tem dominado uma boa parte da produção historiográfica em torno da História do Brasil Império. Esse panorama historiográfico em outros contextos geográficos e cronológicos contrasta com as escassas reflexões produzidas em torno do Império Colonial Português, onde ainda persistem visões que



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

singularizam a realidade portuguesa, em relação às transformações produzidas pela “Primeira Globalização”. Nesse sentido, nossa mesa propõe pensar a relação entre capitalismo e escravidão, sugerindo três vias de análise onde esses conceitos podem ser utilizados e problematizados: tráfico de escravos e redes globais; manufatura e indústria; mercadoria e plantation. Com um recorte temporal que vai do século XVII ao XIX e propondo comparações e relações para além do espaço territorial brasileiro, discutiremos continuidades e rupturas que demarcam a história do capitalismo e da escravidão.

Escravidão e indústria em uma região escravista (Bahia, c. 1800-1850)

Silvana Andrade dos Santos

Universidade Estadual de Feira de Santana – Brasil

Alguns dos principais estudos que tentaram entender a sociedade brasileira, a partir dos anos 1940, a despeito de adotarem diferentes perspectivas, convergiram na afirmação de que a escravidão obstruiu ou, pelo menos, atrasou o desenvolvimento da indústria no Brasil. De acordo com essas interpretações, que continuam a encontrar respaldo na historiografia, foram a República e o trabalho livre, especialmente a massiva migração de europeus para o país, a partir do último quarto do século XIX, que possibilitaram o desenvolvimento do setor. Por outro lado, nas últimas décadas, no cenário nacional e internacional, verifica-se um aumento no número de pesquisas preocupadas em analisar as relações entre capitalismo e escravidão, as quais têm evidenciado, por exemplo, as conexões entre escravidão e o tráfico transatlântico de escravizados para Cuba e o desenvolvimento financeiro e industrial da Catalunha; e as conexões entre a escravidão e a produção algodoeira no Sul dos Estados Unidos com o desenvolvimento financeiro e industrial do Norte dos Estados Unidos e da Inglaterra. Este trabalho visa discutir conexões entre escravidão e indústria no Brasil, com ênfase para a Bahia, entre as últimas décadas do período colonial e as primeiras décadas do Império. Buscaremos demonstrar que escravidão, agricultura e indústria estávamos intimamente conectadas, através, por exemplo, de agentes financiadores comuns e de interesses partilhados. A apresentação contribui para a compreensão de como interações entre escravidão e capitalismo se manifestavam dentro de uma região escravista.

A revolução do algodão nas Américas e o lucro das plantações escravistas, 1772-1791

Felipe Souza Melo

The Paul Bairoch Institute of Economic History – Switzerland

A apresentação destacará o papel central das plantações escravistas na oferta de matéria-prima indispensável à expansão da indústria têxtil europeia no final do século XVIII. Antes da consolidação dos Estados Unidos da América como principal produtor, colônias escravistas do Caribe e da América do Sul, como Saint-Domingue e regiões do Brasil, responderam pela maior parte do algodão consumido na Europa. Ela busca demonstrar que a produção e a rentabilidade do algodão variaram significativamente entre as diferentes regiões, sendo condicionadas por fatores ecológicos, políticos e econômicos específicos, analisados a partir de manuais de plantation elaborados no século XVIII. Esses manuais revelam a lógica econômica que orientava a organização das plantations e o uso intensivo da mão de obra escravizada, evidenciando como as qualidades do solo, o clima, o trabalho compulsório e acesso a mercados se combinavam na formação dos custos e dos ganhos. Embora as relações entre capitalismo e escravidão tenham sido corretamente enfatizadas pela historiografia, esta apresentação contribui ao esclarecer de forma mais precisa os mecanismos econômicos por meio dos quais os lucros



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

das plantations algodoeiras foram efetivamente produzidos, reforçando a ideia de que a expansão do capitalismo industrial esteve profundamente enraizada na exploração sistemática da escravidão atlântica, nos fatores ambientais locais e da economia política de diferentes impérios europeus.

Guerra e Capitalismo: financiando violência e abrindo os mercados de escravos (1620-1720)

Maximiliano Menz

Universidade Federal de São Paulo –Brasil

A historiografia africanista costuma enfatizar o controle das autoridades africanas sobre os mercados de seres humanos na costa atlântica e a pequena capacidade dos europeus em influenciar a oferta de escravos. Esses argumentos são comuns mesmo entre os pesquisadores especializados em Angola, onde a presença portuguesa no interior foi mais efetiva. Em minha apresentação pretendo relativizar essa visão, explorando o conceito de capitalismo de guerra de Sven Beckert. De acordo com esse autor, foi a partir da capacidade de projetar poder e capital para além-mar que se constituiu um capitalismo de guerra especificamente ocidental durante a época moderna.

Como pretendo demonstrar, a violência promovida pelo colonizador teve um importante papel no processo de abertura dos mercados de seres humanos nas raias de Luanda e Benguela, destapando os caminhos e impondo o comércio livre às comunidades avassaladas. Assim, pelo envio de tropas e armamentos, pela atuação dos governadores de Angola e pelo financiamento do contrato de Angola conectaram-se as finanças europeias aos processos violentos de escravização no sertão.

Mercadorias e escravidão: o comércio de bens e escravos entre Pernambuco e Angola (1690-1720)

Gustavo Acioli

Universidade Federal Rural de Pernambuco – Brasil

Esta comunicação irá abordar o comércio de escravos e mercadorias entre o final do séc. XVII e as duas primeiras décadas do século seguinte envolvendo Pernambuco e Angola. Tem como base pesquisas feitas em documentos pertinentes a um comerciante de grosso trato do Recife, que recebia e exportava açúcar, assim como comercializava africanos escravizados enviados de Angola, atividades que exerceu por mais de 20 anos. A partir da pesquisa, serão apresentados dados e análises de preços, valores e tipos de mercadorias transacionadas, bem como de escravos comercializados por este mercador. Pretende-se relacionar estes dados com a conjuntura mais ampla da economia-mundo capitalista, de forma a verificar que conexões se revelam entre aquela economia e a economia escravista do Atlântico sul.

MESA-REDONDA 17 - Entre línguas, nomes e nações: a diáspora mina no Atlântico português

Coordenador: Aldair Rodrigues (Universidade Estadual de Campinas –Brasil)



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

O Golfo do Benim, região geográfica outrora denominada Costa da Mina ou Costa dos Escravos, que corresponde ao sul de Gana, Togo, Benim e parte da Nigéria, é habitada por povos de distintos pertencimentos étnicos e que apresentam grande diversidade de formas de organização social e política. De cerca de 2.000.000 de africanos embarcados nos portos daquele litoral, 45% foram escravizados em diferentes partes da América portuguesa. A história do Golfo do Benim é marcada não apenas por reinos mais conhecidos, mas também por várias outras unidades políticas e comunidades, afetadas por processo de migrações, deslocamentos e alianças. Em termos de classificação linguística, é uma área atravessada por múltiplas famílias linguísticas, com relações genéticas mais próximas ou mais distantes. A historiografia brasileira vem avançando particularmente no tratamento de dois desses grupos: os de língua gbe, conhecidos no Brasil como minas ou jejes (dentre outros etnônimos, como couranos, mahis, savalus etc), e os de língua iorubá, conhecidos como nagôs (dentre outros etnônimos), os quais poderiam também ser classificados como minas em certas capitanias ou províncias. Embora incorporando os avanços das estimativas demográficas, os estudos sobre a diáspora vêm se beneficiando de uma maior aproximação com a historiografia sobre a África, apostando na redução da escala para compreender histórias específicas. Um dos enquadramentos analíticos sobre o tema envolve pensar a questão na chave da diáspora mina, formada a partir da vivência desses povos no contexto da sociedade escravista brasileira. Essa diáspora se construiu por meio da participação em irmandades católicas, do estabelecimento de redes de compadrio, da constituição de laços familiares, de redes de dependência, solidariedade e proteção, bem como da inserção no pequeno comércio urbano, do aprendizado das práticas jurídicas relacionadas à alforria, da elaboração de testamentos e da preservação, transformação e ressignificação de práticas e memórias religiosas. Nessas experiências, as trocas linguísticas e a negociação contínua dos pertencimentos étnicos foram decisivas para a reconstrução de identidades no cativeiro.

Considerando esse panorama, a mesa-redonda busca problematizar as relações entre variedade linguística, etnicidade e classificações coloniais das origens africanas, com especial atenção aos deslocamentos para a Bahia e Minas Gerais durante o século XVIII. Parte-se do pressuposto de que os acontecimentos ocorridos no litoral e no interior do Golfo do Benim exerceram impactos diretos e indiretos no mundo atlântico, ao mesmo tempo em que as dinâmicas da escravidão americana retroagiram sobre a África. Compreendida dessa forma, a diáspora africana ultrapassa a dimensão da travessia atlântica forçada e permite analisar como povos escravizados significaram, reorganizaram e teceram suas vidas em condições adversas no Novo Mundo, mobilizando memórias, saberes e referenciais culturais próprios. Tal perspectiva diaspórica revela, ainda, aspectos fundamentais da formação histórica do espaço que se tornou o Brasil, frequentemente invisibilizados por abordagens centradas exclusivamente no arcabouço territorializado do Estado-nação e seu passado colonial. Por meio do recorte exposto nas linhas anteriores, a proposta se engaja numa agenda historiográfica mais ampla, voltada para a superação de uma imagem genérica e racializada do continente africano e de suas conexões com a América portuguesa e o Atlântico lusófono, de modo mais amplo.

A diáspora dos povos gbe: entre a diversidade linguística e o colonialismo

Ivana Stolze Lima
Fundação Casa de Rui Barbosa – Brasil

Do início do século XVIII até cerca de seu último quartel, o tráfico luso-baiano no Golfo do Benim foi marcado por predomínio demográfico de povos de línguas gbe, que correspondiam a populações dos reinos de Aladá, Hueda, Daomé, Hogbonu (Porto Novo), bem como populações Mahi e outros povos



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

da região. O grupo gbe é um complexo de dezenas de línguas, com um relativo grau de intercompreensão e similaridade lexical e gramatical por alguns de seus subgrupos. Tal característica de intercomunicação está na base do conceito colonialista de “língua geral de mina”, através do qual a diversidade linguística dos povos envolvidos pelo tráfico e escravização foi enfrentada. No século XVIII, em muitas regiões da América Portuguesa, particularmente nas capitanias da Bahia e de Minas Gerais, ocorreu assim uma enorme concentração de africanos que compartilhavam categorias culturais e um código linguístico comum, buscando reconstruir seus vínculos comunitários e se expressar na sociedade escravista. Os manuscritos Obra nova de língua mina, traduzida ao nosso idioma português e Obra nova de língua geral de mina, traduzida ao nosso idioma (Antônio da Costa Peixoto, Ouro Preto, respectivamente 1731 e 1741), servem como importante ponto de partida para discutir a experiência dos povos de línguas gbe na situação de diáspora. Incorporando tanto a historiografia especializada como aportes teóricos da linguística africana, a apresentação visa discutir questões como a diversidade linguística, o colonialismo linguístico, bem como apresentar uma visão crítica sobre as relações essencializadas entre línguas e etnicidades.

A diáspora iorubá no século XVIII: novas evidências a partir dos arquivos mineiros

Aldair Rodrigues

Universidade Estadual de Campinas –Brasil

Essa comunicação examina a presença de grupos iorubás em Minas Gerais durante o século XVIII, com enfoque na formação da nomenclatura adotada na capitania para descrever suas origens. Nas primeiras décadas de mineração, o império de Oiô ainda não tinha acesso livre ao Atlântico como veio a acontecer em finais da centúria com o seu controle sobre Porto Novo, Badagri e Lagos. Portanto, estudamos grupos que foram deportados principalmente em regiões sob influência dos reinos gbe falantes, principalmente Ajudá, Aladá e, depois de 1727, Daomé. A historiografia sobre a África ocidental indica que os nagôs escravizados nesse período pertenciam a subgrupos diversos daqueles que formariam a grande onda iorubá na década de 1790 e primeiros anos do século seguinte, quando o reino de Oiô entrou em colapso em razão das guerras civis e da jihad que eclodia no território Haussá, em 1804. Deste modo, o trabalho tem por objetivo trazer contribuições para a compreensão de novos aspectos da diáspora iorubá em um contexto menos conhecido a partir de evidências coletadas nos arquivos de Minas Gerais. Elas revelam aspectos sobre a diversidade de grupos iorubás para lá deportados e a complexidade da nomenclatura empregada na sociedade mineradora para classificá-los, bem como o processo de estabilização do termo nagô. Trabalharemos com documentação preservada no Arquivo Histórico Ultramarino e nos arquivos notariais mineiros.

Quem Eram os Africanos ‘Língua Geral’? Tráfico Negreiro e Etnicidade entre a Bahia e o Golfo do Benim (Séculos XVIII e XIX)

Carlos da Silva Jr.

Universidade Estadual de Feira de Santana – Brasil

Desde as primeiras décadas do século XVIII, a Bahia recebeu grandes contingentes populacionais oriundos da região africana chamada de Costa da Mina (atuais Togo, Benim e sudoeste da Nigéria). Durante a primeira metade desse período, a esmagadora maioria dos cativos deportados dessa região pertenciam aos povos falantes de gbe, ou gbe-falantes. O volume de gbe-falantes cruzando o Atlântico em direção à Bahia coincide com a expansão do reino do Daomé, que a partir da década de 1720 iniciou uma conquista regional que atingiu entidades políticas previamente associadas ao comércio



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

transatlântico de africanos escravizados. E essa expansão territorial daomeana alcançou uma multiplicidade de povos do litoral, primeiramente, e, em seguida, moveu-se em direção ao interior, ampliando as fronteiras de escravização no Golfo do Benim. No Brasil, essas populações foram encapsuladas em nações étnicas como os minas e jejes. A partir da segunda metade do século XVIII, além das denominações de nação, outros termos étnicos emergiram na documentação, inclusive a terminologia língua geral. Esta é uma expressão afro-atlântica, identificada nos documentos coloniais e nos relatórios das autoridades portuguesas em Uidá (Ouidah, atual Benim). Entretanto, os sentidos dessa expressão, identificada em cartas de alforrias, óbitos e inventários, variou entre os séculos XVIII e XIX. A proposta dessa comunicação é apresentar um levantamento dessa forma de identificação, relacionando-a com as zonas de escravização no Golfo do Benim e com os fluxos do tráfico transatlântico de escravizados entre essas duas regiões afro-atlânticas.

Ângela Maria Gomes: sacerdotisa vodum e rainha do Rosário em Minas Gerais (séc. XVIII)

Moacir Maia

Universidade Federal de Viçosa – Brasil

Em meados do século XVIII, a africana liberta Ângela Maria Gomes foi denunciada à Inquisição Portuguesa como a mestra de todas as feiticeiras de um arraial mineiro pertencente a Vila Rica de Ouro Preto. Contudo, ao analisarmos as fontes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de sua nova localidade, essa africana courá emerge também como uma destacada liderança feminina e devota católica, tendo sido coroada rainha do Rosário para mais de um mandato. A descoberta da origem territorial dos chamados courás/couranos, assim nomeados em fontes do Brasil colonial, abriu um portal para compreensão da história e cultura de grupos do litoral do golfo do Benim, da África Ocidental, nesse lado do Atlântico. A partir da trajetória da courá Angela Maria Gomes, o presente trabalho busca evidenciar a presença significativa de diversos povos da área vodum, falantes de línguas do tronco gbe, em Minas Gerais no século XVIII. Em perspectiva conectada, iremos, então, discutir a importância de se compreender as dinâmicas identitárias e as conjunturas de povos africanos em cada lado do Atlântico. E, dessa maneira, contribuir para pensar a construção, transformação e reafirmação de identidades e de culturas africanas no Brasil colonial.

MESA-REDONDA 18 - “Quem a Deus tem, nada lhe falta”: Agenciamento e experiência religiosa feminina no Mundo Ibérico (séculos XVI-XIX)

Coordenadora: Marcella de Sá Brandão (Secretaria de Educação / Espírito Santo – Brasil)

A mesa-redonda tem como objetivo analisar o agenciamento e as experiências das mulheres religiosas no Mundo Ibérico entre os séculos XVI e início do XIX, a partir de diferentes contextos históricos. As comunicações mobilizam estudos de caso na Espanha, na América portuguesa e no Estado da Índia para discutir estratégias femininas de fundação conventual, escrita, disciplina, gestão econômica e negociação de direitos fundiários. O período em foco é fundamental para compreender a consolidação das estruturas eclesiásticas e imperiais, nas quais as instituições de vida claustral feminina atuaram como atores sociais, econômicos e espirituais. Nesse sentido, a mesa busca dialogar as estratégias de negociação empregadas por Madre Teresa de Jesus, com a utilização de institutos jurídicos (foros, aforamentos, laudêmio) pelos conventos de Santa Mônica de Goa e de Santa Teresa do Rio de Janeiro



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

e com as reformas conduzidas pelo arcebispo D. Fr. Antônio Corrêa no Convento do Desterro da Bahia. Serão trabalhadas, dessa maneira, a complexa relação entre a vida espiritual, as dinâmicas materiais e as diretrizes políticas da época.

A proposta da mesa justifica-se pela necessidade de revisitar interpretações historiográficas que associam os conventos femininos exclusivamente à clausura e à passividade, evidenciando-os como espaços de ação, conflito, adaptação e poder. Ao articular história religiosa, história do direito, história social e estudos de gênero, a proposta destaca os conventos como atores ativos na conformação das dinâmicas econômicas, políticas e espirituais do mundo colonial ibérico, contribuindo para ampliar o debate sobre autonomia feminina e institucional e para aprofundar a discussão sobre a diversidade de atores e práticas que caracterizavam o sistema de propriedade e as relações de poder. Ao integrar estudos de caso do Mundo Ibérico, a mesa contribui para uma compreensão mais multifacetada da experiência religiosa feminina no Período Moderno.

“En todo es menester tener discrecion”: madre Teresa de Jesus e as estratégias para a fundação do Mosteiro de San José de Ávila (Espanha, 1560-1562)

Marcella de Sá Brandão
Secretaria de Educação / Espírito Santo – Brasil

Esta comunicação propõe discutir o agenciamento das mulheres freiras no mundo ibérico do século XVI. O recorte escolhido tem foco o período da primeira fundação de madre Teresa de Jesus, o mosteiro de San José de Ávila – na Espanha, compreendido aqui não apenas como um empreendimento espiritual, mas como um processo marcado por tensões, negociações e estratégias. Ao articular o contexto teresiano com os debates historiográficos sobre gênero, relações de poder e vida religiosa feminina, a proposta busca evidenciar os modos de atuação das mulheres no interior das estruturas eclesiásticas. Trabalha-se com a hipótese que madre Teresa mobilizou práticas de prudência, articulação social e escrita como formas de ação possíveis em um contexto que limitava significativamente a atuação feminina. Embora existissem limitações formais, a documentação relativa à vida religiosa feminina, do século XVI ao XIX, aponta para a existência de espaços de ação e decisão que tradicionalmente foram considerados alheios às mulheres. As fontes analisadas são, sobretudo, as cartas e o relato do Livro da Vida de madre Teresa. Esse conjunto documental permite observar como a própria autora construiu uma narrativa que mescla aspectos de obediência e humildade, ao mesmo tempo em que aponta e registra as decisões tomadas, os conflitos e a conjuntura social envolvidas na etapa da primeira fundação. Ao inserir o caso teresiano no debate coletivo da mesa, a comunicação propõe discutir a escrita feminina como prática de agenciamento, por meio da qual mulheres religiosas produziram sentidos, legitimaram escolhas e negociaram sua atuação no interior das estruturas institucionais.

Negociando a terra e a fé: o uso de foros e aforamentos pelo Convento de Santa Mônica de Goa em sua economia espiritual (século XVII)

Rozely Menezes Vigas Oliveira
Universidade Estadual de Campinas – Brasil

Esta comunicação propõe uma análise dos mecanismos de gestão fundiária nas propriedades eclesiásticas de Goa no século XVII, com enfoque no convento feminino de Santa Mônica. A partir da



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

documentação relativa a foros e aforamentos, a pesquisa visa explorar como essas práticas refletiam e moldavam o uso criativo da "propriedade imperfeita" no contexto colonial goês, inserindo-se no debate mais amplo sobre os direitos de propriedade no Império português. Pretende-se investigar como o Convento de Santa Mônica utilizava esses instrumentos jurídicos para garantir sua subsistência econômica. Baseada em fontes, como contratos de aforamento, registros de compra e venda e documentos eclesiásticos, a comunicação irá destacar a agência desta instituição religiosa na negociação e adaptação de direitos fundiários em um contexto colonial. A análise busca demonstrar como essas práticas eram centrais para a dinâmica econômica e social da época, servindo como estratégias eficazes para garantir renda estável e consolidar a presença do convento na estrutura fundiária. A partir da relação entre o convento e os foreiros e trabalhadores rurais, também será possível perceber o papel de Sta. Mônica como ator-chave na gestão da terra e como espaço de autonomia econômica e social. Nesse sentido, a análise contribuirá para a compreensão de como os direitos de propriedade foram apropriados pelas Mônicas, ampliando a discussão sobre a diversidade de atores e práticas que caracterizavam o sistema de propriedade no Império português.

Esposas de Cristo e senhoras de escravos: as reformas no Convento do Desterro conduzidas pelo arcebispo D. Fr. Antônio Correa (Bahia, c. 1781 – c. 1802)

William de Souza Martins
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil

A partir da documentação disponibilizada pelo Projeto Resgate, e de fontes pontuais pertencentes a outros acervos, a comunicação pretende discutir as medidas adotadas pelo arcebispo D. Fr. Antônio Corrêa para o aumento da disciplina interna do Convento do Desterro. As pesquisas pioneiras conduzidas por Anna Amélia Vieira Nascimento e Susan A. Soeiro trouxeram análises importantes para o tema proposto. Não obstante, focalizaram na administração de outros arcebispos, como também não tiveram na devida conta o forte regalismo presente nos reinados de D. José I e de D. Maria I. Tal diretriz política, restritiva à atuação das ordens regulares, permitiu que o arcebispo D. Fr. Antônio Corrêa encontrasse maior apoio na Coroa para efetuar as medidas de reforma, superando resistências internas e pressões locais. Dentre as reformas aplicadas pelo arcebispo, serão particularmente detalhadas as seguintes: medidas para o cumprimento das regras, estatutos e cláusulas da fundação; procedimentos para a diminuição do número de escravas que atuavam no Convento; e controle da diversidade da população conventual.

O impacto econômico dos institutos jurídicos das escrituras de compra e venda de imóveis foreiros ao Convento de Santa Teresa do Rio de Janeiro no início do século XIX

Scheyla Taveira da Silva
Secretaria de Educação / Rio de Janeiro – Brasil

A comunicação trata da heterogeneidade de ativos que envolve a economia do Convento de Santa Teresa do Rio de Janeiro, um espaço de vida claustral feminino, no início do século XIX. Uma economia formada por diversas transações financeiras e imobiliárias, dentre as quais objetiva-se analisar os institutos jurídicos do foro e do laudemio presentes nas escrituras de compra e venda de moradas de casas e sobrados (descritas com características mais definidas e individuadas) e que contribuíam para a sustentação do espaço conventual. Em diálogo com a história do direito, objetiva-se examinar a compreensão reiterada pela historiografia em torno das instituições religiosas de vida feminina serem detentoras de uma “santa riqueza”. Em razão de haver aquisição das rendas, mas



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

também ausência de recebimentos provenientes dos referidos institutos jurídicos. Em termos metodológicos, são analisadas quinze escrituras, a fim de perscrutar os institutos relacionados aos imóveis foreiros ao Convento de Santa Teresa do Rio de Janeiro, partindo da perspectiva da ocupação e crescimento do território que lhe era limítrofe. E para tal utilizaremos os registros disponíveis na Transcrição do rol de escrituras do Segundo Livro do Tombo (21.05.1813 a 15.03.1848) do Convento de Santa Teresa da Lapa do Desterro, do cartório do Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro, realizada por Deoclécio Leite Macedo e arquivada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

MESA-REDONDA 19 - Paleografia e Mundos Coloniais: África, Índico e Modernidades em Construção

Coordenadora: Priscila Maria Weber (Universidade do Estado Rio de Janeiro Brasil)

A mesa propõe refletir sobre o papel dos manuscritos, da paleografia e dos arquivos na escrita da história dos mundos coloniais portugueses, com ênfase em Angola, no Índico e na Ásia portuguesa. Os trabalhos reunidos exploram documentos manuscritos como espaços de disputa, silenciamento e protagonismos, capazes de revelar histórias soterradas nas camadas de palavras não lidas. Partindo da análise da História Geral das Guerras Angolanas, de António de Oliveira de Cadornega, discute-se “Angola” como um conceito histórico atravessado por pluralidades, ambiguidades e estratégias de sobrevivência frente às dinâmicas do poder colonial e da Inquisição. Em diálogo, a mesa amplia o olhar para os circuitos transoceânicos do Índico, abordando arquivos e acervos que conectam África e Ásia no âmbito do Estado da Índia, destacando desafios teórico-metodológicos e novas rotas historiográficas. A paleografia é mobilizada como ferramenta central também para a emergência das vozes femininas na Ásia portuguesa, a partir da leitura de cartas manuscritas das religiosas do Convento de Santa Mônica de Goa, revelando narrativas de conflito, rebeldia e atuação. Por fim, discute-se o apagamento e a preservação documental do Tribunal do Santo Ofício de Goa, evidenciando como a pesquisa arquivística e o mapeamento de fundos dispersos permitem reconstruir a história institucional para além dos processos inquisitoriais. Em conjunto, a mesa reafirma a paleografia não apenas como técnica, mas como prática crítica indispensável à história colonial e às modernidades em construção. Justifica-se a proposta desta mesa pela necessidade de reafirmar o papel dos manuscritos, da paleografia e dos arquivos como ferramentas críticas fundamentais para a escrita da história dos mundos coloniais portugueses. Ao articular Angola, o Índico e a Ásia portuguesa, a mesa propõe deslocar leituras hegemônicas, evidenciando disputas, silenciamentos e formas de atuação histórica inscritas nas camadas da escrita manuscrita. Em um campo marcado por apagamentos documentais e narrativos, a abordagem paleográfica permite não apenas o acesso às fontes, mas a construção de novas problematizações historiográficas, capazes de revelar modernidades plurais e experiências coloniais complexas.

Angola como conceito: manuscritos, paleografia e histórias soterradas em palavras não lidas

Priscila Maria Weber

Universidade do Estado Rio de Janeiro – Brasil

O trabalho propõe discutir o papel dos manuscritos e da paleografia na escrita da história de Angola seiscentista, a partir da análise da obra História Geral das Guerras Angolanas, de António de Oliveira



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

de Cadornega, um português e cristão-novo, que embarca para a colônia de Angola com apenas quinze anos de idade deixando para trás família e estudos. A pesquisa considera a obra entre texto e contexto, problematizando “Angola” como um conceito histórico atravessado por pluralidades, ambiguidades e experiências coloniais diversas. Em um primeiro movimento, examinam-se as experiências de escrita do autor, desde seu embarque em Lisboa até sua inserção em Angola, incluindo seu estabelecimento no mercadejo de escravaria e suas relações com as elites locais. Em seguida, a análise volta-se para as diferentes versões manuscritas da obra, atribuídas a Cadornega e atualmente preservadas em acervos como a Bibliothèque Nationale de France, a British Library, a Academia das Ciências de Lisboa, a Biblioteca Nacional de Portugal e a Biblioteca Pública de Évora. Por fim, a leitura paleográfica do texto permite visibilizar Cadornega como historiador, pois atentamos para as suas pegadas linguísticas como as palavras-chave, repetições, tons e estilos que revelam histórias soterradas nas camadas de palavras não lidas nos manuscritos que consideramos o traslado definitivo da obra, ou escrito a próprio punho por Cadornega. Ao considerar a escrita dedicada a D. Pedro II e as relações do autor com a Casa de Bragança, esse trabalho destaca a produção manuscrita como estratégia de sobrevivência frente à Inquisição e às dinâmicas de poder no mundo moderno, reafirmando a paleografia como ferramenta crítica para a escrita história colonial.

O Índico colonial entre arquivos, acervos e fontes: notas e rotas historiográficas para os estudos em África e Ásia

Jorge Lúzio Matos Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira – Brasil

O Índico como um espaço (Faria, 2024) de interconexões políticas, econômicas e culturais, exige análises e perspectivas que transcendam as fronteiras, delimitações e abordagens hegemônicas. Os territórios coloniais no contorno oceânico da África Austral ao sul da Ásia, tornaram-se indissociáveis nos estudos históricos. Por outro lado, os acervos documentais e os arquivos coloniais, resguardaram junto às fontes e aos fluxos mercantis, agências, silenciamentos, interfaces e resistências, que se desdobraram em novas problematizações, enquanto ampliam-se para as leituras sobre as histórias tecidas nos espaços e nas redes transoceânicas do Índico, configuradas no que se estruturou como o Estado da Índia (Hespanha, 1998). Neste sentido, se os aspectos teórico-metodológicos e a produção historiográfica sobre os contextos do Índico, nos períodos moderno e contemporâneo, ainda revelam-se continuamente desafiadores, todavia articulam-se com a história global (Alpers, 2013). Novos debates e tendências poderão contribuir para diálogos promissores, bem como para as redescobertas sobre a relevância deste campo científico, imprescindível para o mundo colonial e, sobretudo, para a história das interrelações do Sul.

Paleografia, arquivos e vozes femininas na Ásia portuguesa: a pesquisa sobre cartas escritas pelas religiosas do Convento de Santa Mônica de Goa (século XVIII)

Rozely Menezes Vigas Oliveira

Universidade Estadual de Campinas – Brasil

Esta comunicação visa debater os desafios metodológicos da pesquisa sobre mulheres na Ásia portuguesa, durante o período moderno. O trabalho em arquivos dispersos e o uso da paleografia se configuram ferramentas essenciais para o resgate das vozes femininas na documentação. Nesse sentido, tomando o caso das cartas produzidas pelas religiosas do Convento de Santa Mônica de Goa ao longo



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

do conflito com o Arcebispo D. Fr. Inácio de Sta. Teresa e da crise interna subsequente – ocorridos na primeira metade do século XVIII – pretende-se demonstrar como a análise do conteúdo dessas cartas, acessível através da Paleografia, pode revelar a forma como as mulheres construíam suas narrativas de defesa, demonstrando a relevância do estudo para a história das mulheres na Ásia Portuguesa. Será apresentada também a necessidade do mapeamento documental que, na maioria das vezes, exige a consulta de acervos em diferentes instituições de guarda, seja em Portugal ou em Goa e o desafio da pesquisa historiográfica em usar esses registros para reconstruir a agência feminina, e não a submissão e a idealização da moral cristã sobre as mulheres. Sendo assim, a Paleografia pode ser considerada central, sendo utilizada não apenas como uma técnica de leitura, mas como uma ferramenta que torna a história dessas mulheres acessível por capacitar o(a) historiador(a) a superar a barreira da escrita manuscrita. Como caso exemplar, a comunicação explorará a tipologia epistolar das cartas das freiras para demonstrar a complexa rede de comunicação global que ligava Goa a Lisboa, sendo apresentada a rebeldia das freiras agostinhas para ilustrar o processo de transcrição e como a análise do conteúdo das cartas pode revelar suas narrativas.

Uma história de apagamento e de preservação: o corpus documental do Tribunal Inquisitorial de Goa na Índia e no Brasil

Célia Cristina da Silva Tavares
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

A presente comunicação aborda a desafiadora tarefa de estudar o Tribunal do Santo Ofício de Goa – única Inquisição portuguesa a operar fora do Reino, no Estado da Índia. A despeito de ter sido o tribunal mais ativo, com 13.650 processos, a documentação original sofreu um massivo e deliberado apagamento ao longo do tempo, culminando na destruição de grande parte dos autos em 1812. Tal fato impôs um obstáculo significativo aos estudos inquisitoriais, tradicionalmente com enfoque na análise dos processos. Diante deste cenário de escassez, o objetivo central desta comunicação é apresentar um mapeamento geral dos principais corpus documentais remanescentes que podem ser acessados em instituições de guarda em Goa e no Brasil, demonstrando que o estudo da instituição é possível por outras vias documentais. A pesquisa se concentra na análise de fundos documentais específicos, presentes no Directorate of Archaeology and Archives (DAA) em Panaji, Goa, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). O trabalho também considera a documentação dispersa em arquivos e bibliotecas em Portugal. Será discutido como, a partir da pesquisa arquivística, é possível superar o problema do apagamento documental através da identificação e análise de fontes alternativas e fragmentos em fundos gerais. Torna-se viável, assim, a reconstrução da história da instituição a partir de sua burocracia e administração, e não apenas dos processos. O estudo visa, portanto, resgatar a memória da Inquisição de Goa e de seus processados, evidenciando a preservação documental apesar das tentativas de apagamento.

MESA-REDONDA 20 - Pasquins no Brasil, da colônia ao século XIX: as potencialidades políticas dos manuscritos públicos e anônimos

Coordenador: Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (Universidade Federal Fluminense – Brasil)

Estudos de diversas ordens têm reconhecido o manuscrito não apenas como um instrumento de registro de informações, mas como parte ativa e material de um processo colonizador de terras, povos e almas.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

A escrita foi agente e esteve presente em diversas circunstâncias associadas à expansão das monarquias europeias sobre seus territórios. Instrumento fundamental ao governo e administração, a escrita guarda também grande força subversiva, quando, por exemplo, ocupava o espaço público na forma de pasquins. Proibidos pelas Ordenações Filipinas, esses escritos anônimos tomavam o espaço público da comunicação normalmente reservado às instâncias administrativas régias. Circulando de mão em mão, dispostos em lugares de grande circulação, recitados em altas vozes ou apreciados por olhos silentes, os pasquins serviam de mediadores entre a escrita e a oralidade, carregando diversas mensagens. De um lado, os pasquins colocavam em risco o ordenamento colonial (ou imperial) quando carregados de um discurso sedicioso ou revolucionário, crítico do domínio metropolitano, ou da Corte, e de suas políticas fiscais. De outro lado, esses manuscritos anônimos poderiam ser um canal de expressão de conflitos locais, que reafirmavam valores morais e religiosos, na defesa ou na crítica à monarquia. Essa mesa se propõe a dimensionar o papel político de pasquins que circularam nas capitanias de Minas Gerais durante o século XVIII e na província de Pernambuco no contexto da Confederação do Equador. Justifica-se a proposta pela problematização do registro escrito enquanto um instrumento colonizador, o que permite revelar facetas do plural ambiente político colonial.

“Minas do inferno” – um Pai Nosso em forma de pasquim nos sertões de Minas Gerais e Bahia nos motins de 1736

Luciano Raposo de Almeida Figueiredo
Universidade Federal Fluminense – Brasil

Versões da oração do Pai Nosso, em forma de paródia, circularam com várias cópias manuscritas entre a população amotinada que sublevou vilas e arraiais às margens do rio São Francisco em 1736 e 1737. Seu título era revelador das inquietudes que apresentava: “Padre noço [sic.] dos moradores das minas gerais, minas novas dos currais, minas de vários metais, minas do rio das mortes, minas do sabará, fortes minas do serro do frio, minas de prover seu brio, minas de goiases, minas dos topázios, minas do inferno, minas, minas de todo o delírio.”

Suas sentenças eram idênticas à oração original mas entremeadas de quadras com linguagem popular. O tom era de reclamação e protesto contra uma série de injustiças praticadas na região pelas autoridades da capitania de Minas Gerais. Esse Pai nosso abre interessantes janelas para a percepção da cultura popular nesta região de contornos tão característicos. Essa comunicação vai procurar contextualizar esse tipo singular de escrito efêmero, analisar seu papel no processo de rebelião marcado por uma constituição política e social típica do sertão colonial.

“Às armas”: a retórica dos panfletos e seus impactos na cabeça dos pernambucanos do tempo da Confederação do Equador

Flavio José Gomes Cabral
Universidade Católica de Pernambuco – Brasil

Durante muito tempo, um dos meios de se protestar contra a Coroa e seus agentes foi espalhar pelas ruas panfletos demonstrando desconforto com a política do momento. Os “papelinhos”, quando lidos, causavam grande barulho, incomodando as autoridades e provocando risos daqueles que apoiavam o conteúdo neles contidos. Em 1824, por ocasião da Confederação do Equador, muita gente, principalmente a população negra admiradora das propostas federalistas, panfletou pelas ruas, chegando a perder a liberdade. Por ocasião das mobilizações de tropas para combater os exércitos



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

imperiais, os confederados espalharam panfletos e quase sempre apelavam para os brios dos pernambucanos e para a memória afetiva, quando, no distante ano de 1654, seus avoengos, à custa de muito sangue, vidas e fazendas, expulsaram os flamengos da terra. Naquela ocasião, pedia-se que defendessem a província do “déspota” imperial. Grande parte desses papéis, além de xingar D. Pedro I, conclamava os pernambucanos a pegarem em armas em defesa da pátria ultrajada. Alguns desses panfletos, principalmente os manuscritos, eram mais agressivos, chegando a atacar a honra do monarca, acusando-o de ser um tirano por cercear as liberdades. Por outro lado, os áulicos, os apoiadores do monarca, não se fizeram de rogados e espalhavam papéis em que procuravam revidar os ataques, culpando seus opositores de espalharem cizânia, a anarquia e de ameaçarem a integridade do império. De uma forma ou de outra, os panfletos foram importantes instrumentos de persuasão e animaram o debate político antes e após a independência.

O reverso da conjuração mineira: a defesa da monarquia portuguesa no Pasquim de Calambau, Mariana, 1798

Álvaro de Araujo Antunes
Universidade Federal de Ouro Preto – Brasil

No ano de 1798, três pasquins de mesmo conteúdo foram afixados nos pontos de maior circulação no pequeno arraial de Calambau, termo de Mariana. Os pasquins atacavam a honra do Sargento Mor Caetano Lopes de Oliveira, alegando seu envolvimento com a Conjuração Mineira, maquinada em 1788 e debelada em 1789. A presente comunicação pretende analisar um raro exemplar original dos pasquins com o intuito de evidenciar aspectos de uma “cultura política popular” que teria circulado na capitania de Minas Gerais, poucos anos após a repressão do movimento “confidente”. Em tese, a forma como a Conjuração foi caracterizada bem como a imagem que se construiu da Rainha D. Maria I permitem conhecer como populares compreendiam o ordenamento político da época. No pasquim, pinta-se o retrato de uma sociedade católica concebida enquanto corpo, de uma monarquia hereditária, de uma justa e abençoada rainha. Tal retrato contrasta com o juízo negativo da sedição, obra de “confidentes”, de judeus e de “mariolas excomungados”. Pouco conhecido pela historiografia, o Pasquim de Calambau expressaria valores políticos compartilhados por parcela da população mineira. A essa hipótese interpõem-se alguns devidos questionamentos. Seria a condenação da Conjuração mineira expressa no manuscrito apenas uma artinha difamatória? Ou o posicionamento político defendido pelos autores do pasquim teria a revelar a força de um regime monárquico no imaginário da população? Em que medida essa disposição política permitiria uma melhor compreensão da Independência tal como ocorreu no Brasil? Essas e outras questões serão tratadas na apresentação.

Sátiras e pasquins no mundo colonial: os limites da comunicação política

Adriana Romeiro
Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

O objetivo dessa apresentação é examinar o estatuto das sátiras e pasquins no campo da comunicação política da Época Moderna, investigando em que medida conformavam – ou não – um meio legítimo de exposição de queixas e denúncias. Fenômeno fortemente enraizado na cultura política ibérica, a produção e a circulação de escritos satíricos integraram o repertório de ação política das populações da América Portuguesa, manifestando-se, sobretudo, no contexto dos motins e revoltas. De acordo com Fernando Bouza, os pasquins faziam parte de uma vigorosa e complexa cultura do manuscrito que abarcava memoriais, gazetas, folhetos, relações de sucessos, poesias, coplas satíricas, escrituras de



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

anticuario, panfletos, entre outros. Nesses escritos, que frequentemente parodiavam fórmulas consagradas pela tradição, como as orações religiosas, atacavam-se autoridades, maculavam-se a honra alheia, denunciavam-se os abusos e excessos. Interessa aqui indagar o lugar desses “papéis sediciosos” na comunicação política, a partir da tratadística e das Ordenações do Reino: seriam eles reconhecidos como um canal legítimo de expressão da insatisfação dos vassallos, a exemplo dos memoriais, representações e petições, ou, ao contrário, constituíam uma forma de murmuração, comportamento típico do vulgo e, como tal, alheios à esfera política? Para se responder a essas questões, a apresentação estabelecerá um diálogo com a robusta produção satírica colonial, com destaque para as peças produzidas em Vila Rica no ano de 1732, e com os mais recentes estudos sobre a cultura do manuscrito no mundo ibérico da Época Moderna.

MESA-REDONDA 21 - Inquisição e cristãos-novos – resistências possíveis

Coordenadora: Lina Gorenstein (Centro de Referência em Estudos Inquisitoriais Anita Novinsky – Brasil)

O tribunal do Santo Ofício da Inquisição agiu no Brasil durante quase trezentos anos, produzindo um enorme acervo, constituído principalmente pelos processos. Essa documentação é material riquíssimo em informações. Através de sua análise é possível extrair dados sobre diversos aspectos da vida colonial, como o nível de riqueza dos acusados, atividades econômicas, comércio, profissões liberais, dados sobre a posse de escravos, a convivência com os escravos domésticos; relacionamentos familiares entre maridos e esposas, pais e filhos; relacionamentos dentro da comunidade, com outros cristãos novos e com os cristãos velhos; participação na vida religiosa católica, as festas, irmandades e ordens religiosas; aspectos variados da vida cotidiana, os objetos que tinham em suas casas, vestuário; e, evidentemente, informações sobre a heresia da qual eram acusados, o Judaísmo. Nesta mesa abordaremos aspectos da trajetória de alguns cristãos novos – alvo principal do tribunal – em momentos raros em que conseguem, de formas distintas, apresentar algum tipo de enfrentamento aos ritos inquisitoriais. Indo desde a utilização do conhecimento dos procedimentos da Inquisição, como no caso daqueles que confessam algum tipo de prática ou cerimonia, e, especialmente a delação de nomes para enriquecer as fileiras de presos, e assim conseguir livrar-se dos cárceres o mais cedo possível, até a fuga de um grupo de presos no Rio de Janeiro, o estudo de caso da madrastra de Raposo Tavares e a organização dos cristãos novos visando o auxílio para fugas em todo o Império português e a atitude ante a morte como uma forma de resistência.

A conjuração cristã nova (Rio de Janeiro, 1711)

Lina Gorenstein
Centro de Referência em Estudos Inquisitoriais Anita Novinsky – Brasil

Com a invasão francesa no Rio de Janeiro, um grupo de cristãos novos que se encontrava preso pela Inquisição, aguardando a ida aos cárceres de Lisboa, conseguiu fugir. Nos relatos dessa fuga, inscritos nos processos inquisitoriais, é possível ver tanto a resistência diante do Santo Ofício como o comportamento da comunidade face ao perigo iminente que sua condição de cristãos novos representava.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Cristãos-novos e conversos no enfretamento à Inquisição ibérica

Daniela Tonello Levy

Centro de Referência em Estudos Inquisitoriais Anita Novinsky – Brasil

Os cristãos-novos no Brasil e em Portugal não aceitaram passivamente o seu destino, após o estabelecimento da Inquisição na Península Ibérica. Se organizaram em redes de apoio que lutavam para salvar correligionários perseguidos pelo Santo Ofício, organizaram levantes que apesar da aparência estritamente política, tinham por trás a luta pela manutenção de sua identidade ou praticaram secretamente as tradições de seus antepassados. Realizaram empreendimentos inconcebíveis em outro contexto, como por exemplo a sua aliança com os governos da Inglaterra e da Holanda, com o intento de derrotar o poderio espanhol, ao mesmo tempo que lutavam contra seu maior inimigo, a Inquisição. Essa comunicação tem como objetivo discutir essas diferentes formas de lutar contra a instituição que manteve o controle da sociedade portuguesa e suas colônias por 300 anos.

Quase um teatro. A prisão de Maria da Costa

Eneida Beraldi

Centro Paula Souza / Centro de Referência em Estudos Inquisitoriais Anita Novinsky – Brasil

Um pai providenciava víveres para as mulheres, que o aguardavam em um quarto de pensão, quando foi capturado por oficiais da Inquisição. As mulheres, Maria da Costa, a filha e uma irmã arquitetaram formas de se esquivarem do mesmo fim. Mas os ardis foram em vão. Também foram presas nos cárceres de Lisboa em 1629. Maria da Costa, natural de Beja, era casada com Fernão Vieira Tavares, pai do bandeirante Antônio Raposo Tavares. Na ocasião, o marido e o filho estavam no Brasil, onde Fernão conseguira um cargo administrativo e para cujo destino o restante da família seguiria. A dinâmica do processo inquisitorial (11992) não traz mudanças significativas quando o comparamos com os de outros réus, mas as peripécias das mulheres ao perceberem a presença dos oficiais da Inquisição, próximos ao quarto da pensão, nos faz refletir sobre interessantes formas de resistência e sobre o desespero frente o que definiria o futuro da família.

Cristãos-novos da Bahia setecentista ante a fogueira inquisitorial

Suzana Maria de Sousa Santos Severs

Universidade do Estado da Bahia – Brasil

Durante os 285 anos de vigência do Tribunal do Santo Ofício português temos notícias da prisão de 44.817 pessoas dentre homens, mulheres e crianças de ambos os sexos residentes em todo o império luso. Destes, aproximadamente 2.064 pereceram na fogueira, sendo que o tribunal lisboeta, sob o qual estavam submetidas as conquistas d'além mar, levou do Brasil 1076 prisioneiros, dos quais 544 condenados por suspeita de prática secreta da religião judaica. Deste montante conhecemos vinte homens e duas mulheres condenados à morte, e mais sete em efígie, a maioria sentenciada na primeira metade do século XVIII. Neste momento de nossa pesquisa, concentramo-nos nos sete casos de moradores da Capitania da Bahia relaxados ao braço da justiça secular, buscando comparar suas atitudes diante da morte durante os dois ou três dias antecessores do Auto de fé, quando lhes atavam as mãos como uma forma de persuasão a confessarem suas culpas pois, deparando-se com a iminência da morte pelo fogo, estando vivos, resolveriam, não diria confessar, mas admitir a culpa que lhe foram



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

imputadas mesmo dela não sendo culpado e perguntamo-nos se essas “confissões” alimentariam a existência deste Tribunal.

MESA-REDONDA 22 - Entre Insurgências, Reações e Acomodações: crise e transição entre os séculos XVIII e XIX

Coordenador: Sérgio Armando Diniz Guerra Filho (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Brasil)

A mesa congrega pesquisas que tem como foco as últimas décadas do século XVIII e primeiras décadas do XIX. O período em foco configura-se como momento de grandes instabilidades políticas, representadas tanto pelas manifestações populares sobre as realidades locais nas capitanias como pelos debates políticos quanto aos rumos da monarquia portuguesa. Movimentos insurgentes que geraram revoltas, reações do poder instituído e acomodações às novas demandas que surgiam no contexto atlântico fazem desse tempo um contexto de grandes mudanças. As comunicações aqui apresentadas discutem visões sobre aspectos de uma crise política e institucional em tempos e espaços coloniais diversos (Maranhão, Piauí, Sergipe e Bahia), numa transição de século que gestava novas formas de lidar com o poder e as relações sociais.

O Recôncavo Baiano na Conjuração Baiana de 1798

Flávio Márcio Cerqueira do Sacramento
Secretaria de Educação-BA / Secretaria Municipal de Educação de Salvador – Brasil

A Conjuração Baiana de 1798 foi um movimento rebelde explicitado na Cidade da Bahia, em 12 de agosto do ano citado, quando 11 boletins revolucionários espalharam variadas demandas, desde o aumento do soldo de militares até à convocação do Povo Bahinense para a luta contra a tirania do absolutismo católico lusitano, com ideais inspirados na Revolução Francesa, que aqui foram adaptados e reinterpretados como francesias. O conjunto de fontes e análises sobre o movimento rebelde em questão colocou a capital baiana como o palco principal deste evento histórico, porém às vilas de São Francisco do Conde, Santo Amaro da Purificação e Cachoeira revelaram novas fontes, enredos, personagens, planos, ações, devassas, depoimentos e prisões, que possibilitaram uma melhor compreensão da Conjuração Baiana de 1798, com peças que ajudaram na melhor montagem deste quebra cabeças e colocaram o Recôncavo no mapa deste importante evento histórico da rebelde Bahia, nos finais do século XVIII.

Reordenamentos, reformas e agentes sociais: percepções crise do Antigo Regime português (Sergipe, 1808-1820)

Edna Maria Matos Antonio
Universidade Federal de Sergipe – Brasil

No conjunto de ações empreendidas pelo governo joanino em terras americanas, marcadas por medidas administrativas e políticas para aprimorar os mecanismos de controle político e desenvolvimento econômico da colônia, adotou-se política reformista com profunda repercussão para os setores médios



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

e diversos grupos que compunham a elite colonial. Tomando por objeto de análise a comarca de Sergipe, a época na condição de território anexo da capitania da Bahia, verificaremos como tal processo incidiu sobre as manifestações políticas e elaboração de críticas de natureza política e/ou econômicas no início do oitocentos, destacando a percepção destes agentes acerca das questões políticas que envolviam a satisfação de demandas/problemas de seu tempo, vistas como fundamentais para alcançar acalentado desenvolvimento econômico e condições de competição no mercado internacional. Ao evidenciar as bases socioeconômicas das propostas políticas em voga, ligadas às necessidades, condicionantes e perspectivas locais, busca-se propor reflexão que auxilie na compreensão sobre as formas da “crise” que resultou na separação entre o Brasil e Portugal. Baseando-se em fontes documentais diversas e diálogo historiográfico pertinente, espera-se contribuir com discussão para o profícuo debate acerca do repertório ideológico, ideias, noções e ação política adotadas pelas elites regionais, bem como os grupos sociais diversos, em relações de poder próprias, além do delineamento dos projetos políticos em discussão. Priorizaremos a análise das críticas, apontamento das emergências e percepções sobre a natureza e as características do esfacelamento das estruturas do Antigo Regime na América Portuguesa por uma perspectiva regional, contextualizadas em suas especificidades e em diálogo com o geral.

Crise política nos começos do século XIX nas Capitanias/províncias do Piauí e Maranhão

Pedro Vilarinho Castelo Branco
Universidade Federal do Piauí – Brasil

Esta exposição tem como proposta analisar a construção das conexões históricas entre as capitanias/províncias do Maranhão e do Piauí, e ainda como essa realidade esteve presente nos movimentos de emancipação política, no início dos anos 1820. A adesão, das referidas províncias, ao Processo de Independência do Brasil, percebida em espacialidade geográfica e social ampliada, buscando dar visibilidade às conexões entre os grupos políticos e sociais das duas províncias, nos parece caminho adequado para melhor compreender as dinâmicas históricas que movimentaram a trama política. Partimos do entendimento de que a historiografia republicana, ao enfatizar as histórias regionais, focadas nas espacialidades estaduais, lançou para a penumbra e para o silêncio, as conexões políticas, a circularidade das ideias e mesmo as identificações e as relações de poder regionais e locais, que se construíram historicamente. As proximidades e as conexões entre as populações coloniais, criadas a partir da ocupação dos sertões, por meio da expansão da pecuária e da produção do algodão, baseadas na concentração das riquezas nas mãos de poucos potentados rurais, no trabalho escravo e na exclusão social e política dos livres pobres, criou, por todo o sertão norte do Brasil, uma realidade social, uma cultura política, que tinha muito mais identidades e conexões que distanciamentos. Para elaborar a reflexão recorreremos a obras historiográficas que tratam do processo histórico das Capitanias do Piauí e Maranhão, na segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX.

O constitucionalismo na Bahia, os presos de 1817 e os anseios da plebe na crise do Reino Unido

Sérgio Armando Diniz Guerra Filho
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Brasil

No contexto das primeiras décadas do século XIX, a Bahia atravessava um período de grandes incertezas políticas. Já no final do século anterior, o movimento de 1798 havia exposto às autoridades baianas e reinóis que as insatisfações acumuladas pelos mais variados estratos sociais podiam gerar turbulências políticas que ameaçavam a estrutura de poder vigente. Quando as primeiras notícias sobre



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

o movimento constitucional Vintista chegaram à Bahia, encontraram eco numa rede política que incluía lideranças locais e os rebeldes do movimento de 1817 que cumpriam pena no Forte do Mar, mas, também, nos anseios de uma população pobre livre que tensionava as instituições em busca de mais espaço político e econômico. A adesão ao movimento liberal é um episódio que nos informa sobre as tensões e contradições de uma sociedade em transição.

MESA-REDONDA 23 - Formas de educar no mundo colonial luso-brasileiro: espaços, sujeitos e dinâmicas educativas entre os séculos XVI e XIX

Coordenadora: Kelly Lislie Julio (Universidade Federal de São João del-Rei – Brasil)

Esta mesa-redonda compõe-se de pesquisas voltadas à reflexão sobre as múltiplas formas de educação existentes na América portuguesa, entre os séculos XVI e XIX, inscritas em distintos espaços e atravessada por agentes, recursos e práticas diversas. Tem como objetivo problematizar e evidenciar como famílias, recolhimentos e seminários, além de certos agentes, entre eles, crianças e mulheres, participavam ativamente dos processos educativos. Pretende-se demonstrar, igualmente, que a educação no período não se restringia às práticas escolares formais, envolvendo aspectos indissociáveis do trabalho, da religiosidade, da economia e das formas de governança social. Assim, a mesa propõe discutir, a partir de uma perspectiva comparada, as dinâmicas familiares, particularmente, o lugar das mulheres na circulação e na propagação de certos saberes, crenças, valores e habilidades então vigentes. Por meio da análise de possíveis conexões entre alguns recolhimentos femininos da América portuguesa, propõe-se a compreensão dos educandários anexos a estas instituições, dentro de uma perspectiva de escolarização de meninas, com o intuito de educá-las para o matrimônio e a maternidade. Busca ainda dissertar sobre as organizações administrativas, civis e eclesiásticas voltadas para as infâncias. Vistas como seres maleáveis e em formação, as crianças estiveram presentes em distintos contextos no avanço colonizador. Na proposta, a intenção é dissertar sobre as dinâmicas estabelecidas entre as diversas configurações sociais coloniais e a governança da infância, o que contribuiu para deslindar e valorizar grupos até então invisibilizados na colonização. A interlocução dessas investigações se justifica, pois é uma oportunidade de valorização de fontes pouco exploradas na história da educação. Ao mesmo tempo, possibilita dar visibilidade a temáticas que têm buscado evidenciar a educação no período enquanto prática social, muitas vezes, difusa e estratégica na conformação da sociedade.

Família, mulheres e educação na América portuguesa (séculos XVIII e XIX)

Kelly Lislie Julio
Universidade Federal de São João del-Rei – Brasil

A chamada “Modernidade” foi um período histórico e cultural que trouxe grandes mudanças na sociedade. Tal aspecto se fez presente também para as famílias que, progressivamente, foram assumindo uma identidade educativa. Atividades e obrigações foram delegadas, ampliando ou modificando encargos, concepções e os lugares ocupados pelas pessoas no seio familiar. É a partir desse entendimento que esta comunicação busca fazer algumas considerações sobre o lugar das famílias e, mais especificamente, das mulheres no processo educativo. Para isso, a proposta é dissertar sobre o dever delegado aos grupos familiares e as ações femininas para a propagação de certos saberes,



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

crenças, valores e habilidades que circulavam no período. Além disso, estabelecer uma comparação entre grupos familiares segundo a região de moradia e as condições socioeconômicas, evidenciando similaridades e distinções na tarefa de educar. Serão utilizados inventários e testamentos produzidos no final do século XVIII e início do século XIX na chamada América portuguesa, além da documentação presente no Arquivo Histórico Ultramarino. Com o estudo, espera-se mostrar a importância das mulheres na educação familiar e como determinados eventos e estratégias se repetiram ao longo das gerações, evidenciando uma espécie de ensino e apropriação de certas práticas e saberes. Ao mesmo tempo, pretende-se mostrar como todo esse processo permitiu que determinadas famílias ou alguns de seus membros mantivessem ou galgassem lugares mais distintos nas localidades onde estavam inseridas.

Negócio seminarial e reformas educacionais na América portuguesa: práticas escolares, economia e legado jesuítico nos seminários setecentistas do Maranhão e de Mariana

Thiago Gomes Medeiros
Secretaria de Educação do Estado da Paraíba – Brasil

A comunicação analisa os seminários do Maranhão e de Mariana como instituições escolares inseridas no processo de institucionalização da formação clerical na América portuguesa do século XVIII. Examina-se a conformação desses espaços enquanto instâncias educativas formais, com ênfase na incorporação de modelos pedagógicos e organizacionais de matriz jesuítica, perceptíveis nos estatutos, nos métodos de ensino e nas formas de governo interno. A investigação considera, ainda, a estrutura econômica que sustentou tais estabelecimentos, ancorada em rendas ordinárias, doações, espólios e esmolas, compreendida como um “negócio escolar” articulado entre agentes eclesiásticos, Câmaras locais e o poder régio. Observa-se como esse arranjo produziu tensões administrativas, sobretudo quando as exigências financeiras desencadearam disputas em torno da jurisdição e dos direitos de padroado. Analisa-se, igualmente, o impacto das reformas pombalinas, responsáveis por redefinir o modelo inaciano de instrução clerical até então vigente, processo que culminou na expulsão dos jesuítas em 1759. Argumenta-se que a retirada da Companhia de Jesus alterou a cultura escolar implantada nos seminários e impôs a reconfiguração das práticas pedagógicas, das fontes de financiamento e das formas de governo. A comparação entre as praças do Maranhão e de Mariana demonstra que os seminários funcionaram como espaços de mediação entre interesses instrucionais e espirituais, políticos e econômicos, cuja trajetória evidencia dinâmicas próprias da construção institucional no contexto colonial.

A implementação dos educandários nos recolhimentos femininos brasileiros (1798-1810)

Ana Cristina Pereira Lage
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Brasil

Esta apresentação busca apresentar as conexões existentes nas práticas educativas propostas nos educandários anexos a alguns recolhimentos leigos e que foram implementados ou reformulados no período compreendido entre 1798 e 1810. O marco espacial engloba as capitanias de Pernambuco, Pará, Bahia e São Paulo, considerando cinco instituições: o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória (Recife, 1758); o Recolhimento da Conceição de Olinda (século XVI); o Recolhimento baiano de Nossa Senhora dos Humildes de Santo Amaro (1807); o Recolhimento das Educandas do Pará (1804); e o Recolhimento de Santa Clara de Sorocaba (1810). O marco temporal inicial está relacionado com



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

a publicação dos Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, do Recife, considerado como o primeiro documento que instituiu os educandários atrelados aos recolhimentos femininos enquanto espaços preparatórios de mulheres para a vida secular. Este documento conectou outras instituições ao modelo proposto, em que as mulheres leigas recolhidas passaram a educar de forma escolarizada as meninas que ingressavam nos educandários com o intuito de prepará-las para a maternidade e o casamento. A partir da abordagem da História Conectada e do domínio temático da História da Educação, em suas correlações com as questões de gênero e religiosidade, busca-se investigar a história das referidas instituições educativas, utilizando a análise de seus respectivos estatutos. Propõe-se avançar na compreensão de um processo histórico que investigue possíveis permanências e mudanças não apenas nas concepções acerca da educação como também em suas funções sociais, a partir da difusão de ideias iluministas.

Governança da Infância no Império Português: as crianças e sua educação e trabalhos durante a colonização

Juliana de Mello Moraes
Universidade Regional de Blumenau – Brasil

A colonização portuguesa na América envolveu a presença de crianças de diferentes etnias, grupos socioeconômicos e situações familiares. Percebidas como seres em formação e maleáveis, as crianças receberam a atenção de instituições administrativas, civis e eclesiásticas. A partir de documentos produzidos entre os séculos XVI e XVII, bem como da historiografia, pretende-se analisar a presença e as ações das crianças na colonização, buscando refletir sobre as dinâmicas estabelecidas entre as diversas configurações sociais coloniais e a governança da infância. Do deslocamento forçado, ao uso de meninos como intérpretes nas relações com os povos nativos, os envolvidos na administração, nas atividades econômicas e na Igreja atribuíram significados e funções diversas às crianças. A compreensão das crianças como futuros súditos da monarquia suscitou preocupações com a sua educação, e a criação de normas, disposições e legislações referentes à infância no império português. Analisar a educação e as funções laborais desenvolvidas por e para as crianças, articulando-as ao contexto e às configurações sociais, permite vislumbrar os papéis atribuídos à infância e as possibilidades de autodeterminação delas nesses cenários. Assim, esta proposta focaliza a infância e as múltiplas conexões estabelecidas por meninos e meninas no processo de colonização, indo além do âmbito familiar frequentemente privilegiado pela historiografia. A hipótese reside na valorização das crianças no alvorecer da modernidade, em paralelo à expansão territorial das monarquias europeias.

MESA-REDONDA 24 - Limpieza, honradez, méritos e hidalguía: “Limpieza de sangre” durante la modernidad temprana (siglo XVII)

Coordenadores: Ignacio Chuecas Saldías y Macarena Sánchez Pérez (Universidad Finis Terrae - Chile)

La presente mesa busca discutir, bajo nuevas perspectivas, la acentuada obsesión de las sociedades ibéricas por la llamada “limpieza de sangre” y otros factores asociados a ella, como el mérito, la honradez y la hidalguía. Se trata de dispositivos característicos de en estas sociedades durante la modernidad temprana, que alcanzaron gran difusión y formas diversas, cuyo objetivo parece haber sido



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

el crear marcadores identitarios que permitieran la inclusión o la exclusión de individuos, hombres y mujeres, en una amplia gama de funciones sociales. Estas pesquisas, ya sea formales o incluso informales, se desplegaron a partir de ámbitos restringidos (como el acceso a algunos cabildos catedralicios) hacia otros procesos administrativos, como los pases a Indias y el cursus honorum de funcionarios y letrados. Entre los fenómenos más sorprendentes, se encuentra su paulatina inclusión en las informaciones eclesiásticas para acceder a las órdenes sagradas. En el caso americano parecen haber tenido una función importante al interior de las informaciones de méritos y servicios, para acceder a mercedes regias, como encomiendas, tierras u otras. En general, un espacio donde este tipo de indagaciones parecen haber abundado fue la carrera administrativa e itinerarios de los funcionarios al servicio de la Corona, como fue el caso de oidores y fiscales. Por supuesto, representaron un obstáculo mayor para quienes deseaban medrar en el Imperio, pero se encontraban manchados por máculas de sangre. Casos emblemáticos resultan ser los descendientes de “judíos, moros y recién convertidos”. Esta última situación tuvo como consecuencia el florecimiento de variadas estrategias a fin de evadir e invisibilizar un pasado familiar considerado ignominioso, al mismo tiempo que un obstáculo para el éxito social y económico de todo un grupo familiar.

Inventando el pasado: probanzas de limpieza de sangre en las familias conversas portuguesas Coronel y Dinis (siglos XVI-XVII)

Ignacio Chuecas Saldías
Universidad Finis Terrae - Chile

La presente comunicación busca indagar, a modo de estudio de caso, en el análisis de las estrategias que siguieron dos importantes familias judeoconversas de origen portugués que intentaban prosperar en el seno de la monarquía hispánica. Los Coroneles (que se decían descendientes de los Senior de Segovia) y los Dinis (descendientes del último rabino de Barcelos). Ambos grupos familiares, luego de migrar paulatinamente, en la segunda mitad del siglo XVI, desde el norte de Portugal hacia el reino de Galicia, comienzan una ardua tarea de reformulación de su pasado familiar. Una herramienta importante en este proceso serán los largos pleitos de hidalguía que seguirán en la Sala de Hijosdalgo de la Real Chancillería de Valladolid y otros foros, a fin de hacer valer supuestos antecedentes de su notoria calidad. Ambas familias, que con el tiempo se encontrarán vinculadas por importantes lazos de parentesco, debía intentar neutralizar por esta vía, no solo la amenaza constante del tribunal del Santo Oficio de la Inquisición, sino que también el escándalo social irreparable provocado por aquellos parientes que se encontraban judaizando en las comunidades sefardíes de la diáspora occidental.

Encomiendas otorgadas a portugueses en la Gobernación del Tucumán (siglo XVII). Casos, contextos y normativas sobre los requisitos de nacimiento de los encomenderos

Isabel Castro Olañeta
Centro de Investigaciones de la Facultad (CIFYH-UNC) / Universidad Nacional de Córdoba – Argentina

...no puede ser encomendado en las Yndias ningun portugués, que se reputan en ellas por extranjeros...
Gobernador Felipe de Albornoz al Rey, 1634

El almirante Salvador Correa de Saá y Benavidez fue beneficiado por el gobernador Felipe de Albornoz en 1632 con una importante encomienda en el Tucumán. Por reales cédulas se había establecido que,



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

una vez otorgada la merced, el título y la documentación del proceso debían presentarse ante el Consejo de Indias para la confirmación real. Mientras se gestionaba esta confirmación, el mismo gobernador que había otorgado la merced, envió al Consejo una carta dos años después, denunciando el origen portugués de Correa de Saá, lo cual lo inhabilitaba para ser titular de una encomienda. Este es el marco de un expediente en el cual se desarrollan dos causas entrelazadas: la confirmación real de la encomienda y la demostración del origen y nacimiento del beneficiario; la primera atada a la resolución de la segunda. El análisis de este caso y su resolución por parte del Consejo de Indias -entre otros casos conflictivos- nos permitirá presentar el problema de los requisitos de sangre y de nacimiento requeridos para ser escogidos como beneficiarios de mercedes de encomiendas, así como los juegos entre las normativas, las relaciones y las prácticas que operaban en los marcos locales a la hora de otorgar y reotorgar las encomiendas de indios en beneméritos.

“Hombres buenos, de los más honrados, leales, de buena fama, sin codicia, con sabiduría y temor de Dios”: representaciones de los magistrados coloniales en la América Hispánica (siglos XVI y XVII)

Sergio Angeli

CONICET – Programa de Historia de América Latina (PROHAL), Instituto de Historia Argentina y americana “Dr. Emilio Ravignani” Facultad de Filosofía y Letras / Universidad de Buenos Aires – Argentina

La configuración de la magistratura en la corona de Castilla fue un largo proceso que comenzó a cuajar en las Siete Partidas del rey Alfonso X y se estructuró definitivamente bajo los Reyes Católicos. La impartición de justicia fue realizada en dos grandes esferas: una de primera instancia, que correspondía a la “República” y estaba en manos de los “padres de familia” y otra de segunda instancia incardinada en los tribunales Reales como las Audiencias y Chancillerías. Para ambos casos, la tratadística y las Reales Cédulas buscaron modelar un iudex perfectus que conjugara los preceptos de la religión católica y el derecho. Así fue concebido ese juez ideal, que tuvo una función trascendental en la impartición de la justicia tanto en la Península como en los territorios de ultramar. Esta ponencia busca reconstruir cuáles fueron las representaciones que se realizaron sobre los magistrados, tanto desde la tratadística jurídica como de casos concretos oidores y fiscales de las Audiencias de Lima y Charcas para los siglos XVI y XVII. Esperamos contribuir de esta manera a clarificar qué tipo de juez se estableció en los espacios coloniales y cómo se accedía al oficio en un mundo que esperaba de ellos que fueran sacerdotes de la iuris religio.

Ordenarse en regla: Informaciones de limpieza de sangre para el acceso a las órdenes sagradas en Hispanoamérica (siglo XVII): normativas, prácticas y casos

Macarena Sánchez Pérez

Universidad Finis Terrae – Chile

Esta ponencia examina las informaciones de limpieza de sangre vinculadas a los procedimientos de ordenación en Hispanoamérica durante el siglo XVII. La recepción de la reforma tridentina expresó, ante todo, el propósito de encauzar el acceso al Sacramento del Orden mediante un régimen cada vez más regulado —exámenes, control episcopal, discernimiento de idoneidad y formalización de testimonios— orientado a asegurar candidatos “aptos” en doctrina, moral, disciplina, dignidad y reputación. Sin embargo, ese horizonte disciplinario avanzó con énfasis y ritmos muy desiguales en las



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

distintas diócesis, tanto a nível europeu como americano. En la escala local, los principios que establecían los requisitos para la ordenación se volvieron materia de interpretación, negociación y adaptación. En ese marco, la limpieza de sangre -cuando aparecía como requisito-, no funcionaba tanto como un “filtro” genealógico, sino como un campo probatorio donde se articulaban antijudaísmo, vigilancia de la ortodoxia y estrategias de exclusión de ciertos grupos sociales. La definición efectiva de “idoneidad” y “dignidad” se jugó, así, en tradiciones y prácticas alimentadas por una tratadística jurídica diversas (manuales, compendios, sínodos, formularios y edictos) que proporcionaron marcos, preguntas y criterios para ordenar la indagación de los postulantes, que recogían criterios que excedían la normativa. A partir de una lectura microhistórica de expedientes de ordenación y documentación conexas, la ponencia analiza tres dimensiones: la narrativa tridentina del control y sus variaciones diocesanas; los intersticios en la credibilidad (quién testifica, con qué autoridad y mediante qué repertorios de verosimilitud se estabiliza la “verdad”); y los efectos del expediente sobre trayectorias clericales.

MESA-REDONDA 25 - Mulheres indígenas e Mulheres da diáspora africana: escravidão e re-existências no Brasil colonial

Coordenadora: Adriana Dantas Reis (Universidade Estadual de Feira de Santana - Brasil)

Durante muito tempo, a historiografia do Brasil colonial negligenciou as histórias das mulheres indígenas e das mulheres da diáspora africana. O trabalho pioneiro “A mulher na expansão Ultramarina Ibérica (1415-1815)”, Charles R. Boxer (1977), se refere às mulheres no singular, geralmente tendo como referências aquelas envolvidas na diáspora colonizadora portuguesa. Nos anos 1980 e 1990, outras pesquisas abordaram as mulheres nas relações familiares e na sexualidade, através da rica documentação inquisitorial, além dos espaços dos conventos. Nos últimos anos, tem se consolidado o campo de pesquisa da História Social das Mulheres da diáspora africana e das mulheres indígenas, pensando o patriarcado a partir das problemáticas do gênero, interseccionadas com as condições jurídicas e as qualidades de cor. Percebe-se que as mulheres são centrais no processo de colonização portuguesa, seja como trabalhadoras escravizadas, libertas e suas descendentes livres, essas agenciaram diversas formas de resistências e re-existências, além disso, mulheres indígenas e mulheres africanas e suas descendentes, literalmente, pariram o Brasil, e sustentaram as vidas de nossas/os ancestrais. O objetivo da mesa-redonda é discutir nossas pesquisas sobre as mulheres da diáspora africana na Bahia e das mulheres indígenas no Rio de Janeiro, durante o período colonial.

Genealogias ancestrais: Mulheres afroscendentes na Bahia, entre o século XVIII e primeiras décadas do século XIX

Adriana Dantas Reis
Universidade Estadual de Feira de Santana - Brasil

O meu foco nesta apresentação é a importância das mulheres na formação do mundo afrodiaspórico. Este mundo se inicia com o tráfico de cativos de guerra escravizadas/os, percorrendo a conquista da carta de alforria, e a constituição de gerações de afroscendentes livres. Além da condição jurídica de um indivíduo de ascendência africana, que poderia ser escravizada/o, liberta/o e nascido livre, o fator gênero é fundamental para a estrutura do mundo afrodiaspórico, bem como, o que se denominava de



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

qualidade social, vinculada em grande medida a marcadores como: origem, ancestralidade, cor e religião. Ou seja, a ancestralidade africana torna-se uma marca inegável, mesmo em indivíduos nascidos livres ao longo de várias gerações distantes da escravidão. Por isso, considero que quando estamos construindo narrativas do período colonial e ou do que estou chamando, da formação do mundo afrodiáspórico, estamos conectando genealogias ancestrais, o fio condutor das trajetórias é a ancestralidade, neste caso africana, mas poderia ser indígena, afro-indígena, cristã-nova, portuguesa etc. Priorizo a pesquisa de mulheres através da documentação seguinte: cartas de alforrias, testamentos, inventários e registros paroquiais.

Protagonismo materno na conquista da liberdade (Salvador, meados do século XVIII)

Raiza Cristina Canuta da Hora
Universidade de Estado da Bahia – Brasil

A presente proposta objetiva apresentar resultados da minha tese de doutoramento intitulada “Protagonismo materno na conquista da liberdade: Salvador, c. 1750 – c.1770” defendida em novembro de 2024, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. A partir da análise das justificativas apresentadas pelos (as) proprietários (as) escravistas quando da outorga das cartas de liberdade na Cidade da Bahia (Salvador), em meados do século XVIII, evidenciei o protagonismo materno na conquista da liberdade legal dos meninos e meninas escravizados (as). A pesquisa em tela se debruçou sobre os anos de 1751 a 1766 objetivando preencher a lacuna deixada pelos historiadores Stuart Schwartz, que analisou as manumissões no período 1684-1745, e Kátia Mattoso, que investigou as investigou no período 1779-1850. Um dos intuitos foi transcender a abordagem puramente quantitativa das cartas de alforria e fazer uma interpretação social das mulheres escravizadas e libertas, considerando seu perfil, suas lutas pela conquista da liberdade legal e suas experiências enquanto mães de crianças cativas. Para a realização deste trabalho foi desenvolvida uma ampla pesquisa em fontes diversificadas, como as 1026 cartas de liberdade contidas em 14 livros de notas do tabelião de Salvador, testamentos e inventários post mortem,; livros de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Penha de Itapagipe, Conceição da Praia, N. S. do Pilar e freguesia da Sé, além de livros de registro de casamento e de óbito da freguesia da Penha, livros de petições, patentes e alvarás, censos demográficos, escrituras de venda e quitação, dentre outras fontes.

Mulheres indígenas em redes: relações sociais entre mulheres no Brasil colonial

Suelen Siqueira Julio
Colégio Pedro II / Rio de Janeiro – Brasil

A comunicação aborda as relações sociais estabelecidas entre mulheres no Brasil colonial, com especial atenção às interações envolvendo mulheres indígenas. Sendo o gênero feminino atravessado pelas hierarquias de cor, condição e riqueza existentes nos múltiplos espaços colonizados pelos portugueses, as relações entre mulheres constituem uma via privilegiada para o estudo da sociedade colonial. O trabalho dialoga com autoras que propõem ir além de interpretações marcadas pela noção de “rivalidade feminina”, como aquelas legadas por Gilberto Freyre, que difundiu a imagem da senhora branca ardendo em ciúmes e “rancor sexual” contra as mulheres escravizadas. Longe de se restringirem a esse tipo de leitura, as interações entre indígenas e brancas, e destas com as africanas, revelam-se extremamente complexas, envolvendo variados graus de poder, conflito e solidariedade, bem como a troca de saberes sobre o corpo feminino oriundos de diferentes culturas. Transitando entre o século



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

XVI e o início do XIX, o trabalho busca oferecer um panorama que visibilize as experiências históricas das mulheres indígenas, entendidas não como um grupo homogêneo e isolado, mas inseridas em complexas redes de sociabilidade. Do compadrio aos contatos sexuais, passando pela exploração do trabalho, os documentos aqui analisados (assentos paroquiais de casamento, batismo e óbito; habilitações matrimoniais; fontes inquisitoriais, entre outros) permitem inserir essas dinâmicas no quadro mais amplo do patriarcado colonial, evidenciando como o poder masculino estruturava as relações sociais, sem eliminar a agência feminina.

MESA-REDONDA 26 - Iconografia da cultura musical em pesquisas históricas musicais

Coordenador: Pablo Antonio Iglesias Magalhães (Universidade Federal do Oeste da Bahia - Brasil)

Nesta mesa redonda propomos discutir e contextualizar o uso de iconografias relativas à cultura musical (comumente denominadas iconografias musicais) em âmbitos tanto conceituais quanto específicos de pesquisas históricas musicais no/do Brasil. Sendo os proponentes membros do Núcleo de Estudos Musicológicos da UFBA (NEMUS-UFBA), pesquisadores participantes do Projeto nacional de indexação, catalogação, pesquisa e divulgação do patrimônio iconográfico musical no Brasil (mais conhecido como RIdIM-Brasil), cada apresentação contribuirá para uma melhor compreensão dos fundamentos conceituais e hermenêuticos (vide Winternitz, Warburg, Panovsky e Tarasti, dentre outros) que a iconografia musical carrega como possibilidades em torno de práticas culturais musicais históricas (vide Le Febvre, Certeau e Chartier, dentre outros) assim como de contextos de transmissão, circulação e recepção de tradições e ideias que denotam posicionamentos sociopolíticos em momentos-chaves da história do Brasil colônia.

Os cinco sentidos em Minas Gerais no século XVIII: presenças e discursos políticos e religiosos codificados em iconografias musicais

Pablo Sotuyo Blanco
Universidade Federal da Bahia – Brasil

A tradição iconográfica relacionada aos sentidos humanos comuns (tato, visão, audição, olfato e paladar) tem sido amplamente pesquisada por estudiosos, com foco em uma ampla gama de casos. De exemplos isolados a programas visuais completos para a decoração de espaços específicos (fechados ou abertos), produzidos com diferentes significados subjacentes, esses programas foram consistentemente descritos, analisados e discutidos contextualmente. No entanto, são poucos os casos que confrontam diferentes conjuntos desses programas iconográficos em âmbitos ideológicos divergentes, produzidos no mesmo contexto local e durante o mesmo período. Este parece ser o caso das pinturas localizadas na sacristia da Igreja Matriz de Conceição do Mato Dentro (Minas Gerais, Brasil), recentemente restaurada e reaberta à visitação pública e a funções religiosas. Em meio a uma teia de ideias e práticas provenientes de diversos contextos de produção e recepção, elas parecem “dialogar” com um exemplo similar: as pinturas iluministas do teto do século XVIII na residência particular do inconfidente Carlos Corrêa de Toledo e Melo, também localizada em Minas Gerais, na cidade de São José d’el Rey (atual Tiradentes). Contudo, elas não se relacionam para concordar, mas sim para argumentar e se oporem. Um caminho para a contemplação (e iluminação) espiritual em direção oposta ao programa secular iluminista no teto da casa do Padre Toledo. Dois significados, usos



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

e funções diferentes de iconografia musical da mesma temática, representados a menos de 400 km de distância, na mesma capitania de Minas Gerais, mas claramente não no mesmo Brasil colonial ideológico e sociopolítico.

A banda de música nas procissões do baixo São Francisco Alagoano: estudo iconográfico musical histórico da sua origem, circulação e recepção

Nilton da Silva Souza
Universidade Federal de Alagoas – Brasil

As bandas de música do baixo São Francisco Alagoano foram tema do meu doutorado em 2020 pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Desde então a ampliação da pesquisa, bem como a escrita oportuna de trabalhos passou a fazer parte da minha atividade enquanto pesquisador. Compreendemos que as bandas de música estão ligadas às atividades religiosas na região da pesquisa, tanto dentro, quanto fora da igreja. Essa relação tem origem desde a criação das primeiras bandas de música alagoanas no século XIX. Esse papel da música das bandas, do uso do dobrado e da marcha militar na procissão como prática performática tem claras origens em práticas similares oriundas de Portugal. Assim sendo, propomos apresentar e discutir os contextos de origem, circulação e recepção histórica com apoio da iconografia musical correlata, em diálogo com o repertório musical disponível.

Imagens musicais como discurso: patrimônio e reconstrução histórica

Cleisson de Castro Melo
Universidade Federal de Campina Grande – Brasil

A iconografia musical constitui-se como um campo semiótico privilegiado para a investigação historiográfica da música, na medida em que as imagens não apenas representam práticas sonoras, mas constroem sentidos sobre o fazer musical, seus agentes e contextos. Compreendidas como situações corporais de sentido, essas representações visuais articulam gesto, corpo e espaço como mediadores entre o domínio material da performance e valores culturais e simbólicos. Assim, cada imagem musical revela uma forma de inscrição do corpo na história, evidenciando as relações entre o visível e o audível, o social e o estético. Essa abordagem possibilita reconhecer modalidades do ser e do agir musical historicamente determinadas, revelando tanto os dispositivos de distinção e ordenamento social quanto os espaços de negociação e resistência cultural. As imagens musicais tornam-se, portanto, testemunhos de crises e transformações nas formas de ver e de ouvir, ao mesmo tempo em que reconstróem, no plano visual, as dinâmicas da memória e do patrimônio musical. Propõe-se, de alguma forma, ampliar o espectro da pesquisa histórica, reconhecendo a iconografia como fonte ativa e reflexiva, que preserva e recria a experiência musical, compreendendo a história como um amplo campo de tensões entre corpo, afeto e cultura.

MESA-REDONDA 27 - Escritos acadêmicos, poemas, emblemas e controvérsias: os mundos que os letrados criaram

Coordenadora: Íris Kantor (Universidade de São Paulo - Brasil)



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

A mesa tem por objetivo maior evidenciar a importância da Academia Real da História Portuguesa (1720) e de sua congênere, a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724), como instituições centrais na expansão do conhecimento acerca dos domínios portugueses entre si. A mesa enfocará aspectos do conhecimento histórico, literário, teológico e arquitetônico que foram produzidos ou recepcionados por membros dessas academias e que conectam o saber letrado à experiência colonial. Tal experiência, posta a serviço do contato e das trocas comerciais, botânicas e literárias entre aqueles domínios, contribuíram voluntária ou involuntariamente para a reflexão crítica da história de Portugal e de suas colônias. Encontra-se nesse caso, entre outros, o 1º Conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Meneses, vice-rei da Índia (1712-1717) e 4º vice-rei do Brasil (1720-1735), fundador da Academia Brasílica e responsável por estabelecer uma sólida ponte entre as porções atlântica e índica do império português. Para demonstrar essas conexões, a mesa apresentará certas controvérsias econômicas e geográficas; a análise de um discurso anônimo redigido em Salvador para os acadêmicos da cidade sobre controvérsias teológicas dos jesuítas com o arcebispo no Estado da Índia; e um estudo sobre a efetuação social dos emblemas produzidos por acadêmicos metropolitanos e repropostos nas colônias.

Do meio físico ao metafísico nas descrições geográficas dos Acadêmicos Esquecidos

Íris Kantor

Universidade de São Paulo - Brasil

A comunicação discute as modalidades de apreensão e descrição da paisagem natural e do meio físico nas memórias apresentadas na Academia brasílica dos Esquecidos na década de 1720. Como os letrados brasílicos emularam e transfiguraram os modelos clássicos e modernos de representação do espaço geográfico para dar significado à experiência de habitar a capital do vice-reino do Estado do Brasil no contexto de intensificação dos deslocamentos populacionais provocados pelo surto da extração aurífera em Minas Gerais. Procurarei destacar as distintas formas de dar cidadania poética à paisagem americana, seja na busca e na reiteração das similitudes com a metrópole portuguesa; seja no estranhamento e dificuldade de comensurar e nomear as diferenças entre as quatro partes do mundo. As dissertações sobre a história política, eclesiástica, militar e natural da América portuguesa nos oferecem um campo de observação extraordinário para compreender as articulações entre fabulação e devassamento colonizador na perspectiva dos acadêmicos.

Instituições letradas no Estado do Brasil: a Academia Brasílica dos Esquecidos

Adma Muhana

Universidade de São Paulo – Brasil

A segunda metade do século XVII e a primeira do XVIII assistiu a uma alteração substantiva na cena europeia, com as possessões portuguesas do Índico sendo cedidas ou arrebatadas pelas potências do Norte. Dadas as distâncias entre os domínios portugueses, administradores, governantes, soldados e pessoal eclesiástico provenientes da Europa em direção à Ásia e vice-versa, encontraram no Estado do Brasil um centro passível de manter coeso o império. Alguns desses personagens não só desfrutavam de uma vasta experiência colonial, como punham essa experiência a serviço das trocas comerciais, botânicas, literárias e governativas, como foi o caso de Vasco Fernandes César de Meneses (1673-1741), vice-rei da Índia (1712-1717) e 4º vice-rei do Brasil (1720-1735). Durante seu longo vice-reinado no Brasil, Vasco Fernandes mandou construir na cidade de Salvador um estaleiro que servisse às naus da carreira da Índia e centralizasse o comércio da África e da Ásia naquela que era a cabeça do Estado do Brasil. Entre outras iniciativas, fundou a Academia Brasílica dos Esquecidos, cuja divisa era



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Sol oriens in Occiduo, em cuja oposição dos termos enfatizava-se a alternância dos lugares de saber e poder no império. Nossa comunicação diz respeito a um discurso anônimo redigido na Bahia para os acadêmicos brasílicos, destinado a esclarecê-los acerca de polêmicas eclesiásticas então ocorridas no Estado da Índia e demonstrativo de um estreito contato intercolonial entre as porções atlântica e índica do império português.

Da teoria à prática. A Arte Simbólica no tratado de Rafael Bluteau

Antônio Celso Mangucci

Universidade de Évora / Universidade de São Paulo – Portugal / Brasil

Inserto na tradição das retóricas poéticas e no efervescente ambiente acadêmico da transição do século XVII para o XVIII, o Tratado Compendioso da Arte Simbolica de Rafael Bluteau é um esquecido ensaio publicado em 1728, no qual o autor do Vocabulario Portuguez e Latino discute em termos abrangentes a produção de enigmas, aduzindo numerosos exemplos de conceitos metafóricos, na forma de alegorias e emblemas sem figuras. Além de constituir um repertório para consulta de literatos e artistas plásticos, o Tratado da Arte Simbólica inclui a justificação para a escolha formal e a explicação de um programa de pinturas criadas pelo próprio Rafael Bluteau para a igreja das freiras de Santa Marta, em Lisboa, em um conjunto que, infelizmente, não sobreviveu até os dias de hoje. Além de apresentar o programa de figuras semi enigmáticas associadas ao Santíssimo Sacramento, pretendemos demonstrar a íntima relação entre a teoria da imagem simbólica, a retórica poética e a concepção de programas iconográficos que caracterizou a atividade dos literatos nesse período, em um modelo replicado no Brasil, por exemplo, no teto da Capela do Cristo Morto da Igreja de Nossa Senhora da Conceição Sabará, ou no teto da sacristia da igreja do Colégio de Santo Alexandre, em Belém do Pará.



Entre o Natural e o Simbólico – Os animais voláteis nas Dissertações nas quais se trata da Historia natural das couzas do Brazil do Chanceler do Tribunal da Relação da Bahia, Caetano de Brito e Figueiredo

XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Bruno Martins Boto Leite

Universidade Federal Rural de Pernambuco – Brasil

A Academia Brasílica dos Esquecidos (1724) não era, absolutamente, uma academia científica nos moldes da Accademia dei Lincei, de Roma, da Académie Royale des Sciences, de Paris e da Royal Society, de Londres. Ao contrário, sua finalidade fazia dela uma academia literária, versada no avanço da poesia entre os letrados coloniais, e, sobretudo, histórica. Tendia-se à escrita de uma nova narrativa histórica da América portuguesa que incrementasse aquelas narrativas que vinham sendo feitas no âmbito da Academia Real de História Portuguesa (1720) e, com isso, destacasse o lugar e a importância da parte americana no interior do projeto político da Coroa portuguesa, então sob a direção de D. João V. Contudo, no interior da proposta desta academia baiana, o Desembargador e Chanceler do Tribunal da Relação da Bahia, Caetano de Brito e Figueiredo, elaborou uma dissertação em que tratava exatamente do aspecto natural do território estudado. Para isso, mobilizou muitas culturas científicas e as empregou no sentido de produzir parte da narrativa histórica do mundo luso-americano. Pretendemos nesta comunicação discutir o modo como o Chanceler em questão lançou mão de uma compreensão científica, natural, dos animais voláteis, em especial das aves e dos insetos brasileiros, visando elaborar instrumentos simbólicos, poéticos, que pudessem ser de uso na urdidura da nova história – natural, política, eclesiástica e militar – da América portuguesa.

MESA-REDONDA 28 - Populações e Território na Amazônia colonial: perspectivas arqueológicas e históricas sobre as dinâmicas populacionais indígenas

Coordenadora: Camila Loureiro Dias (Universidade Estadual de Campinas - Brasil)

Esta proposta de mesa redonda investiga as dinâmicas de reorganização territorial e populacional das sociedades indígenas amazônicas durante o período colonial (séculos XVI-XVIII), com foco nos processos de ocupação, deslocamento e reconfiguração espacial. A pesquisa articula evidências arqueológicas e históricas para analisar tanto os impactos da colonização sobre os padrões de ocupação indígena quanto as estratégias nativas de resistência, adaptação e reorganização territorial. Ela está sendo desenvolvida no âmbito do projeto coletivo “Entre um passado profundo e um futuro iminente: ação humana e impacto ambiental do colonialismo moderno na Amazônia (séculos XVI a XVIII)”.

Partindo da compreensão de que a Amazônia permaneceu majoritariamente indígena durante grande parte do período colonial, as apresentações da mesa buscam mapear e compreender os fluxos populacionais (deslocamentos forçados, descimentos, resgates, guerras), os processos de fixação territorial (aldeamentos missionários, vilas, fortificações) e as transformações demográficas resultantes da colonização, das epidemias e da exploração do trabalho indígena. A mesa integra duas dimensões complementares: a análise arqueológica de longa duração, que permite identificar continuidades e rupturas nos padrões de ocupação entre o período pré-contato e o contexto colonial; e a análise histórica dos mecanismos coloniais de controle territorial e das respostas indígenas documentadas em fontes escritas. Essa articulação possibilita uma leitura espacializada dos processos de mudança, na qual o registro material e documental se complementam na reconstrução das dinâmicas territoriais e populacionais ao longo da conquista e colonização da Amazônia. O objetivo é contribuir para a compreensão dos impactos socioambientais da colonização na região amazônica, analisando as transformações territoriais e demográficas que reconfiguraram as sociedades indígenas, ao mesmo tempo em que revelam o protagonismo nativo nos processos de reorganização espacial e social.

Ocupação indígena e organização territorial no período pré-contato e de contato inicial

Laura Pereira Furquim
Museu da Amazônia – Brasil

Esta apresentação analisa os padrões de ocupação e organização territorial das populações indígenas amazônicas no período imediatamente anterior à chegada dos europeus e durante o contato inicial (séculos XV-XVI). A partir de dados arqueológicos – incluindo sítios de habitação, estruturas de terra, cerâmica e evidências de manejo ambiental – discute-se a complexidade sociopolítica dessas sociedades e suas estratégias de uso do território. O objetivo é compreender as bases materiais e espaciais que sustentaram as primeiras respostas indígenas à invasão europeia, mapeando os fluxos populacionais e os sistemas de ocupação pré-coloniais. A análise de longa duração permite identificar continuidades e transformações nos modos de vida frente às novas pressões coloniais, evidenciando como os padrões de assentamento, as redes de intercâmbio e as práticas de manejo da paisagem foram impactados pelos primeiros contatos. A pesquisa contribui para a reconstrução das dinâmicas territoriais e demográficas que antecederam a colonização sistemática, fornecendo elementos



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

fundamentais para compreender os processos subsequentes de reorganização espacial e populacional das sociedades indígenas amazônicas durante o período colonial.

Transformações no registro arqueológico e reconfigurações indígenas no contexto colonial

Rafael de Almeida Lopes
Universidade de São Paulo – Brasil

Esta comunicação examina as reconfigurações étnicas e territoriais indígenas a partir das transformações observadas no registro arqueológico durante o período colonial (séculos XVI-XVIII). Mudanças na cultura material, nos padrões de assentamento e nas práticas produtivas são analisadas como indicadores de deslocamentos populacionais, fusões interétnicas e estratégias de adaptação ou resistência à dominação europeia. Ao adotar uma perspectiva de longa duração, o estudo busca demonstrar como os povos indígenas redefiniram suas identidades e territórios em meio à violência colonial e à reorganização forçada do espaço amazônico. A análise arqueológica permite identificar rupturas e continuidades nos processos de ocupação territorial, revelando as dinâmicas de fixação espacial impostas pelos aldeamentos missionários, vilas e fortificações, bem como as respostas nativas a esses mecanismos de controle. Para a apresentação, essa análise será empregada para compreender transformações demográficas e novas dinâmicas de trabalho e produção, com o intuito de evidenciar evidência o protagonismo nativo nos processos de reorganização social, territorial e cultural.

Violência colonial e políticas de dominação territorial na Amazônia

Camila Loureiro Dias
Universidade Estadual de Campinas - Brasil

Esta apresentação investiga os mecanismos de dominação e exploração implementados pelos europeus na Amazônia durante o período colonial (séculos XVI-XVIII), com ênfase nas práticas de guerra, escravização, catequese e controle territorial. A partir da análise de fontes documentais — crônicas, correspondências e relatórios missionários — discute-se o impacto dessas políticas nas transformações demográficas indígenas e na desestruturação das sociedades locais. O estudo problematiza as representações coloniais sobre os povos indígenas e suas implicações na formulação de estratégias de ocupação e exploração da região, analisando os processos de fixação territorial através de aldeamentos missionários, vilas e fortificações. A pesquisa examina os fluxos populacionais desencadeados pela colonização — deslocamentos forçados, descimentos, resgates e guerras — e seus efeitos sobre os padrões de ocupação indígena, se atentando a como esses processos influem em novas formas de uso e exploração da terra. Ao mapear os mecanismos coloniais de controle espacial e populacional e no uso da terra a apresentação contribui para a compreensão dos impactos socioambientais da colonização na região amazônica, revelando efeitos da produção de espaços de exploração voltados para as chamadas drogas do sertão.

Protagonismo indígena: resistência, negociação e reorganização territorial no período colonial

Fernanda Aires Bombardi
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Brasil



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Esta comunicação destaca o protagonismo indígena nos processos coloniais amazônicos, analisando estratégias de resistência, negociação e reorganização social e territorial diante da invasão europeia (séculos XVI-XVIII). Com base em fontes históricas e etno-históricas, o estudo examina alianças interétnicas, migrações, reconfigurações identitárias e a incorporação seletiva de elementos coloniais, revelando as respostas nativas aos mecanismos de controle territorial impostos pela colonização. A pesquisa mapeia os processos de reorganização espacial que permitiram a continuidade das sociedades amazônicas em contexto colonial, ressaltando a criação de espaços compartilhados de resistência indígena e negra. Ao enfatizar a agência indígena, a comunicação busca contribuir para uma compreensão mais complexa e integrada das transformações ocorridas na Amazônia durante o período colonial. A análise articula evidências documentais sobre as dinâmicas de ocupação, fixação e reconfiguração espacial, demonstrando que, apesar da violência colonial, as populações indígenas mantiveram protagonismo nos processos de garantindo a permanência majoritariamente indígena da região amazônica durante grande parte do período colonial.

MESA-REDONDA 29 - Arquivos e acervos públicos e privados da Bahia Colonial: Governança Administrativa e o Trabalho Cotidiano de mulheres nas Fazendas de Gado nos sertões

Coordenadora: Maria de Fátima Novaes Pires (Universidade Federal da Bahia - Bahia)

A presente mesa aborda a importância do trabalho do historiador com acervos de instituições públicas e privadas, a exemplo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivos Públicos Municipais das cidades de Rio de Contas, Cachoeira e Caetité. Além desses arquivos de ordem pública, trataremos brevemente do acervo particular da professora e historiadora Kátia Mattoso, atualmente em processo de catalogação na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. A documentação, ora apresentada, recebeu minuciosa leitura para evidenciar o papel de mulheres nas fazendas de gado do sertão da Bahia setecentista, bem como para tratar a governança na Bahia colonial, tendo em vista a correspondência político administrativa de governadores-gerais/vice-reis e capitães generais, após 1763.

O Arquivo Público da Bahia (APEB) e as fontes para o estudo da governança na Bahia Colonial (séculos XVI-XIX)

Ana Paula Medicci
Universidade Federal da Bahia - Brasil

O Arquivo Público da Bahia (APEB) é uma das principais instituições de guarda de documentação relativa à História da Bahia e do Brasil, cujo acervo foi sendo configurado a partir de documentação produzida no âmbito da administração da então colônia portuguesa, desde a criação da capitania e da fundação de sua capital, a cidade do São Salvador, no século XVI. Estratégias de conquista e ocupação do território e de suas gentes originárias, no Recôncavo e nos Sertões, fixação de donatários e de colonos, desenvolvimento de propostas e incentivos relacionados à produção de gêneros de exportação e de abastecimento, configuração e defesa do território colonial, entre inúmeros outros movimentos relacionados a conformação do que viria a ser o Brasil e sua inserção no Império Português Moderno



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

podem ser melhor compreendidos a partir desse acervo, que, embora amplamente conhecido, ainda é capaz de abarcar inúmeros itinerários de pesquisa histórica.

Destarte, a comunicação propõe explanar acerca dos conjuntos documentais relativos à governança na Bahia colonial, com enfoque na correspondência político administrativa dos governadores-gerais/vice-reis e capitães gerais (após 1763) em sua relação com autoridades locais e com agentes administrativos das diversas capitanias luso-americanas e demais regiões do Império Português. Pretende-se ainda averiguar o histórico de formação e guarda desse amplo e diversificado acervo, analisando as múltiplas possibilidades de pesquisa a ele relacionados.

O Ofício de Historiador e as Mulheres Sertanistas: Patrimônio Documental e a Estruturação das Fazendas de Gado na Bahia Colonial (século XVIII)

Marcos Profeta Ribeiro

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil

Esta palestra analisa o ofício do historiador no desvelamento da atuação de "mulheres sertanistas" nos sertões baianos do século XVIII. A partir do cruzamento de fontes do Tribunal do Santo Ofício, inventários post-mortem e registros paroquiais, investiga-se como essas mulheres estruturaram a vida agropastoril tornando a vida possível nas primeiras fazendas de gado. O percurso metodológico destaca a importância da preservação documental em arquivos como a Torre do Tombo, em Portugal, o Arquivo Público do Estado da Bahia e os Arquivo Municipais de Rio de Contas, Cachoeira e Caetité para a história dos sertões baianos. Ao tensionar o silêncio dos arquivos e de parte da historiografia brasileira, a apresentação demonstra que o patrimônio histórico sertanejo foi sedimentado também por uma rede de transmissão de saberes geracionais entre mulheres, administração de bens e territórios, essencial para compreender a colonização luso-brasileira.

Os acervos acadêmicos (pessoais) da historiadora Kátia Q. Mattoso – pesquisa e historiografia brasileira

Maria de Fátima Novaes Pires

Universidade Federal da Bahia - Bahia

A presente palestra objetiva apresentar resultados parciais do trabalho de organização e sistematização dos acervos acadêmicos (pessoais) da professora e historiadora, Kátia Mattoso. Após um primeiro tratamento, esses acervos devem incorporar o Núcleo de Estudos Coloniais (UFBA), com a possibilidade de traçar a trajetória da professora durante a sua permanência na Bahia, entre os anos 1963-1988, quando retornou a Paris, na condição de professora emérita na Universidade Paris 4 – Sorbonne, assumindo a cadeira de História do Brasil. Todo esse acervo encontra-se inédito e a sua organização permitirá pesquisas de natureza variada sobre a produção historiográfica brasileira na Colônia e no Império.

MESA-REDONDA 30 - Clero mestiço e indígena no mundo português moderno



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Coordenador: Massimo Carlo Gianninni (Università degli Studi di Teramo - Itália)

A admissão ao clero de pessoas não brancas apresentava-se como um paradoxo intrigante: de um lado, a mensagem universalista do catolicismo, segundo a qual todos eram iguais aos olhos de Deus; de outro, a recusa em permitir que novos convertidos de cor de pele diferente se tornassem mediadores do sagrado. Para tentar encontrar uma resposta, nossa mesa-redonda busca conectar diferentes lugares, experiências e instituições no mundo português moderno. As hierarquias implícitas na exclusão de certas categorias de indivíduos no acesso ao sacramento da ordem não eram regidas por normas fixas e invariáveis, mas sim por uma teia complexa de fatores, relações e interpretações – elementos igualmente diversos, flexíveis e sujeitos a mudanças conforme as circunstâncias. Da mesma forma, as proibições de acesso ao sacerdócio eram aplicadas de maneira intermitente e, por vezes, ignoradas parcial ou totalmente, em função de dinâmicas, contextos e cronologias ainda pouco estudados. Foi precisamente essa complexidade de cenários, somada à multiplicidade de atores e interesses envolvidos, que possibilitou uma variedade de soluções para uma questão de tamanha relevância religiosa, social e política. Em outras palavras, apesar dos muitos preconceitos que pesavam sobre eles, indivíduos de ascendência ameríndia e africana, mestiços e mulatos nem sempre – nem em todos os contextos – foram excluídos e admitidos à ordenação sacerdotal.

Acreditamos que somente integrando diferentes realidades locais, estudos de caso e fontes será possível analisar com maior precisão a ampla gama de normas e práticas de exclusão e inclusão.

Main bibliographical references:

M.C. Giannini, “Il problema dell’esclusione dei non bianchi dal sacerdozio e dagli ordini religiosi nei cattolicesimi dell’età moderna (XVI-XVII secolo)”, *Cristianesimo nella storia*, 42, 2021, p. 751-792Id., “Scandale aux tropiques Ordination sacerdotale et identité raciale entre Caracas, Rome et Madrid à la fin du XVII e siècle”, *Rives méditerranéennes*, n. 66, 2024, p. 91-122.

A.J. Machado de Oliveira, “Dispensamos o suplicante in defectu coloris”: em torno da cor nos processos de habilitação sacerdotal no bispado do Rio de Janeiro (1702-1745)”, *Topoi*, n. 45, 2020 p. 775-796.

Id., “The Native Clergy in Portuguese America: The Presence of Descendants of Indians and Africans in the Secular Clergy (c. 1670–c. 1820)”, *Religions*, 15, 2024, <https://doi.org/10.3390/rel15030353>

J.P. Paiva, “Clero secular e cor da pele no império português (séculos XVI-XVIII): uma via controversa”, *Revista Portuguesa de História*, LIV (2023), p. 9-45.

I. Pina, *Jesuítas Chineses e Mestiços da Missão da China (1589-1689) (Chinese and Mestizo Jesuits from the China Mission, 1589-1689)* (Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2011).

Jesuíta japoneses e chineses no início do mundo moderno português. Os casos de Wan Qiyuan e Liu Yude

Isabel Pina

Centro Científico e Cultural de Macau / Lisboa – Portugal

Nos séculos XVI e XVII, a atividade missionária dos jesuítas do Padroado português em suas duas principais missões no Leste Asiático – Japão e China – destacou-se pela admissão na Companhia de um número significativo de indivíduos nascidos naquelas localidades. Tal não ocorreu em outras



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

regiões onde os jesuítas atuavam no mesmo período, como o Brasil e a Índia. No Japão e na China, esse fenômeno decorreu principalmente da convergência de dois fatores-chave: essas missões situavam-se fora do domínio político da Coroa portuguesa, e as culturas japonesa e chinesa eram tidas em alta estima, como atestam diversos textos jesuíticos da época.

Nesta comunicação, realizarei uma análise comparativa das missões japonesa e chinesa no que tange à integração de jesuítas nascidos localmente. Nesse contexto, abordarei a influência da experiência japonesa na estratégia posteriormente adotada na China, o número de jesuítas nativos e mestiços admitidos na Companhia e as diferentes posições defendidas por seus confrades europeus. Em seguida, concentrar-me-ei exclusivamente na missão da China e nas trajetórias individuais de dois jesuítas chineses que ingressaram na Companhia na segunda metade do século XVII: Wan Qiyuan (萬其淵) e Liu Yunde (劉蘊德).

Por meio desses dois estudos de caso, pretendo explorar o perfil geral dos jesuítas chineses e suas contribuições.

Será dada atenção tanto às vantagens que eles podiam oferecer aos desafios representados pela missão. Tomando Wan e Liu como exemplos, defendo a agência dos jesuítas chineses e mestiços. Com isso, busco descentralizar o foco nos missionários ocidentais e destacar um processo dialógico no qual esses indivíduos – frequentemente menos visíveis na historiografia – emergem como atores históricos de pleno direito.

A ordenação de pretos, pardos e mulatos: clero secular, episcopado e sociedade escravista no bispado do Rio Janeiro (1702-1805)

Anderson José Machado de Oliveira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

A proposta do trabalho é apresentar uma síntese sobre os significados sociais e políticos da ordenação de descendentes de africanos no antigo bispado do Rio de Janeiro. Ao longo de praticamente um século, pretende-se explicar as transformações nesse processo, considerando continuidades e descontinuidades, articulando uma análise que procura correlacionar aspectos relativos à mobilidade social dos segmentos em destaque e o papel das políticas episcopais na construção de discursos de classificação social. A ênfase será sobre a construção de um vocabulário social e sua interrelação com a escravidão tanto enquanto sistema político e social quanto em sua acepção ideológica compreendida à luz da teologia católica moderna. Sob este aspecto ideológico, a preocupação fundamental é compreender como a Igreja atuou na construção de hierarquias fundamentadas na naturalização das diferenças, mesclando a cultura política do antigo regime com as explicações sobre a escravidão entendida enquanto fator que imputava falta de qualidade aos africanos e seus descendentes – marca do trabalho manual – e enquanto marca do gentilismo e do pecado associados às origens religiosas desses grupos. O discurso em questão veio a fundamentar, no trâmite dos processos de habilitação ao clero secular, as chamadas dispensas de impedimentos, notadamente a do “defeito da cor” que facultou a alguns descendentes de escravos, libertos e livres com ascendência africana a entrada no corpo sacerdotal.

Estigma ou diversidade? O acesso de não-brancos ao clero no mundo português da perspectiva da Santa Sé (séculos XVII e XVIII)

Massimo Carlo Gianninni



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Università degli Studi di Teramo - Itália

Minha abordagem buscará integrar as diferentes realidades locais do mundo português. Especialmente na esfera eclesiástica, é necessário considerar não apenas as estruturas locais (dioceses e missões), mas também o papel da Santa Sé em suas diversas articulações. A relação entre o sacramento da ordem e o pertencimento a populações não brancas foi objeto de debate, de maneira semelhante aos debates sobre a humanidade dos povos indígenas nas primeiras décadas após o descobrimento da América.

A irregularidade (irregularitas), no direito canônico medieval e da Idade Moderna, refere-se à incapacidade de uma pessoa receber as ordens menores e maiores e de exercê-las. Desde os primórdios da Igreja, as causas de irregularidade foram objeto de inúmeras definições, tanto jurídicas quanto teológicas, que se consolidaram ao longo da Idade Média. Um ponto inicial foi a proibição de ordenar “neófitos” (recém-convertidos), devido ao seu conhecimento limitado da fé e ao risco de que, ao ascenderem às fileiras do clero, pudessem comportar-se de maneira inadequada. Além disso, havia condições como a escravidão e “defeitos” corporais (deficiências físicas) ou deficiências mentais (como a loucura). Em relação aos “defeitos” corporais, teólogos e canonistas católicos incluíam a cor negra da pele. Apenas o Papa podia conceder dispensas para as diversas formas de irregularidade.

Na Idade Moderna, existiam vários tipos de proibições quanto ao acesso ao sacerdócio e às ordens religiosas para aqueles que, devido à cor de sua pele e/ou às suas origens, eram considerados inaptos, marcados por algum estigma de infâmia ou por supostos defeitos morais e intelectuais. Esse julgamento abrangia tanto povos não europeus quanto muitos indivíduos descendentes de uniões mistas. Ademais, como diversos estudos demonstraram, as normas da época também incluíam entre os “maculados” os “ilegítimos”, principalmente aqueles nascidos fora do casamento e, portanto, considerados irregulares. De fato, muitos mestiços, mulatos e, de modo geral, filhos de uniões mistas entre ameríndios, africanos e portugueses eram classificados como ilegítimos.

Isso explica por que, como veremos, numerosos pedidos de dispensa para a ordenação sacerdotal chegaram a Roma provenientes do mundo luso durante a Idade Moderna. Naturalmente, os Papas contavam com o auxílio de diversos tribunais (como a Penitenciária Apostólica) e Congregações de cardeais (como o Santo Ofício, fundado em 1542, e o Concílio, fundado em 1564), responsáveis por avaliar petições segundo critérios nem sempre claros ou consistentes. Além disso, não se deve esquecer que, em vários casos, as solicitações podiam chegar diretamente às mãos do Papa. Isso explica por que Roma não pode ser considerada um bloco monolítico, mas sim uma realidade complexa, caracterizada por visões e abordagens diversas.

MESA-REDONDA 31 - Por uma outra história das conexões entre a África e a Europa: os cristãos da Etiópia e do Congo face a Roma (séculos XV a XVIII)

Coordenador: Nuno de Pinho Falcão (IHLM-UNILAB; CITCEM-UP, CEHPC-OCD – Brasil / Portugal)

Pensar os mundos em reconstrução, como o faz esta XI edição do EIHC, pensar a questão das conexões e os tensionamentos de identidades entre distintos territórios no contexto da implantação dos projetos imperiais, implica necessariamente pensar novas geografias e novos sujeitos históricos, sobretudo em



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

diálogo com uma historiografia renovada que alarga o seu campo de análise, a partir de uma visão que desconstrói e reconstrói.

Nesse sentido, a nossa proposta de mesa redonda, associada ao projeto internacional de pesquisa ETHIOKONGROME: Les chrétiens d'Éthiopie et de Kongo face à Rome: écrire une autre histoire des connexions entre l'Afrique et l'Europe (XV^e– XVI^e s.), vem propor uma abordagem comparativa dos poderes cristãos da Etiópia e do Congo através do estudo das suas ligações políticas, religiosas e culturais à cidade de Roma e ao papado durante a época moderna.

As comunicações, seguindo um fio condutor comum, propõem análises que privilegiam uma releitura historiográfica dos reinos da Etiópia e do Congo, entendidos como as duas unidades políticas independentes formalmente reconhecidas como cristãs no contexto da África Moderna, sublinhando a sua dimensão mediterrânica, nomeadamente para um reino do Congo tradicionalmente situado apenas no âmbito atlântico. Pretender-se-á destacar a complexidade das transformações do cristianismo etíope e congolês em contacto com o catolicismo romano. Propõe-se assim contribuir para uma mudança de perspetivas de análise, no contexto de uma nova história das relações entre a África e a Europa, colocando a Etiópia e o Congo no centro das reflexões e não mais à margem.

Entre Cúria e Coletoria – a política diplomática da Santa Sé para o Congo (1594-1623)

Nuno de Pinho Falcão

IHLM-UNILAB; CITCEM-UP, CEHPC-OCD – Brasil / Portugal

A partir do reinado de Afonso I Mvemba-a-Nzinga, Muene do Congo entre 1506 e 1543, e da sua afirmação como monarca de um reino cristão, que o Congo e a Santa Sé tornam-se parte de um triângulo institucional mediado pela Coroa portuguesa e pelo seu Padroado. Propostas de uma embaixada do Congo a Roma, com o objetivo de prestar pública obediência ao Papa (prevista para todos os reinos cristãos), surgem logo na segunda década do século XVI, mas apenas terá uma concretização formal nos inícios do século XVII, com a embaixada de D. António Manuel (1604-1608). A mediação do Padroado português manter-se-á, no ínterim, como o modo de relação mediada entre o Congo e o Papado, processo que apenas conhecerá alterações significativas a partir da embaixada que Álvaro II Nimi-a-Nkanga envia a Lisboa e Madrid em 1594, e que será desempenhada pelo seu parente D. António Vieira.

Em Lisboa e Madrid o embaixador do Congo contará com o acolhimento da diplomacia pontifícia, sobretudo personificada no Coletor e Vice-Legado em Portugal Fabio Biondo da Montalto, Patriarca de Jerusalém, numa relação que a documentação demonstra ter no prelado um agente envolvido com o Congo para lá do que seria a simples função de inquiridor no processo consistorial de criação da sua Diocese, como tradicionalmente referido. Com estes dois diplomatas inicia-se um período de relações tendencialmente diretas entre os dois estados, um trinténio inacabado situado entre a embaixada de D. António Vieira (1594) e o fim da missão diplomática do seu sucessor em Roma, Juan Baptista Vives, agente e/ou embaixador do Congo até 1622, período sobre o qual se deterá a análise desta comunicação.

A Política Romana dos Reis do Kongo durante o Reinado de Alvaro II Nimi-A-Nkanga (1587-1614)

José Rivair Macedo



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Este trabalho reunirá informações provenientes de fontes históricas, publicadas ou inéditas, relativas ao período de governo do rei Álvaro II do Kongo, com o objetivo de descrever medidas de caráter administrativo, político e diplomático visando à afirmação da autoridade dos governantes a partir de São Salvador/Mbanza Kongo e ao fortalecimento do modelo de monarquia cristã no Reino do Kongo. A partir da análise de alvarás, despachos e cartas dirigidas aos papas Clemente VIII e Paulo V e aos reis Filipe II e Filipe III da Espanha, pretende-se evidenciar a existência de iniciativas coordenadas destinadas a garantir a manutenção da soberania do reino, impor a autoridade real sobre dignitários locais, afirmar o poder político perante os bispos de São Salvador e os governadores de Angola e de São Tomé, bem como consolidar uma nação moderna, em relação direta com a Sé Apostólica Romana. Além de documentação preservada em arquivos de Portugal e da Espanha, dois conjuntos de fontes dos acervos do Vaticano terão particular importância para o estudo da correspondência do governante: o Ms. Vat. Lat. 12.516, ff. 001–124, da Biblioteca Vaticana, e o arquivo pessoal do embaixador António Manuel ne Vunda, conservado no Archivio Apostolico Vaticano – setor Miscellanea, Armadi I, livro 91, ff. 124–254.

O reino do Kongo e a Propaganda Fide: conexões políticas e religiosas (século XVII)

Thiago C. Sapede

Universidade Federal da Bahia – Brasil

Desde o início do século XVI, o Papado desempenhou um papel ativo nos processos políticos, religiosos e ideológicos no antigo reino do Kongo. Esses atores foram ainda mais presentes após 1645, quando a Santa Sé, por meio da Sagrada Congregação da Propaganda Fide em Roma, passou a enviar grande número de missionários capuchinhos ao Kongo. Esses processos complexos e globais ocorridos nos séculos XVI ao XIX levaram a conflitos e à instauração de uma rivalidade permanente entre Portugal e Roma pelas missões e à influência política na África Centro-Occidental. Embora também houvesse colaborações, esses conflitos estavam intrinsecamente ligados ao interesse das elites do Kongo pelo catolicismo (a partir do século XVI) e pelo acesso ao clero cristão. Esta situação complexa, envolvendo o triângulo Kongo-Roma-Império Português, será o tema da nossa apresentação. Começaremos por examinar estas questões do ponto de vista do Kongo, analisando como a aristocracia católica local mobilizou o papado e a Propaganda Fide para resistir às intenções expansionistas portuguesas ao longo do século XVIII. Veremos como a presença dos capuchinhos italianos permitiu ao Kongo dispor de um clero católico que não estava (necessariamente) alinhado aos projetos expansionistas comerciais e religiosos portugueses, o que, assim, permitiu ligações diretas entre a aristocracia do Kongo e Roma.

MESA-REDONDA 32 - Protagonismo indígena, poder local e política indigenista na América Portuguesa

Coordenador: Fabrício Liryo Santos (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Brasil)

A mesa-redonda “Protagonismo indígena, poder local e política indigenista na América Portuguesa” tem como objetivo analisar criticamente as formas de inserção, participação e ação política dos povos



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

indígenas no contexto das reformas pombalinas do século XVIII, com especial atenção ao chamado Tempo do Diretório. A partir de estudos situados em diferentes capitanias – como Bahia, Pernambuco e o Continente do Rio Grande de São Pedro –, a mesa propõe uma abordagem comparativa que evidencia tanto as diretrizes gerais da política indigenista quanto suas múltiplas apropriações, adaptações e disputas nos âmbitos locais.

Do ponto de vista conceitual, o debate dialoga com noções como protagonismo indígena, culturas políticas, poder local e agência histórica, afastando-se de interpretações que veem os indígenas apenas como objetos passivos da dominação colonial. Historicamente, a mesa se insere no campo renovado da História Indígena e da História Colonial, contribuindo para a revisão crítica do Diretório dos Índios, compreendido não apenas como instrumento de tutela e assimilação, mas também como espaço de negociação, conflito e redefinição de direitos, deveres e hierarquias.

Metodologicamente, as exposições articulam a análise de legislações indigenistas, documentação administrativa, práticas institucionais (diretorias, câmaras municipais e vilas de índios) e experiências concretas de participação indígena nas estruturas políticas coloniais. Ao enfatizar escalas diversas – do império às localidades –, a mesa busca demonstrar como os povos indígenas atuaram de modo ativo na conformação do poder local e na dinâmica da administração colonial, contribuindo para superar sua invisibilidade na historiografia e para aprofundar o entendimento das relações entre Estado, território e populações indígenas na América Portuguesa.

Direção na capitania de Pernambuco e o Diretório no Continente do Rio Grande de São Pedro: perspectivas conectadas

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo
Universidade de Pernambuco – Brasil

Uma das mais importantes mudanças das reformas pombalina foi a legislação indigenista. Pensada a princípio para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, e ampliada para outras regiões do Brasil posteriormente. No corpo da lei, o Diretório reorganizou populações indígenas procurando eliminar definitivamente as diferenças através dos aldeamentos. Em 1758, os 95 artigos da nova legislação foram estendidos para as demais capitanias. Para a parte meridional do Estado do Brasil, na década de 1770, autoridades consideraram que era preciso tirar os indígenas da “brutalidade em que foram criados pelos jesuítas”. Na parte setentrional do Brasil, todavia, considerando as particularidades da estrutura da lei em relação ao contexto da Capitania de Pernambuco, desde 1759, o Governador Luiz Diogo Lobo da Silva apresentou a El Rei a Direção em Pernambuco, contendo algumas modificações e um acréscimo de 22 artigos em relação ao Diretório dos Índios. Nossa pesquisa sobre os impactos do Diretório dos Índios nos sertões da Capitania de Pernambuco e no Continente do Rio Grande de São Pedro emerge da necessidade de explorar o potencial da análise comparativa de legislações aplicadas à distintas capitanias do Estado do Brasil, considerando a recusa, aceitação, negociações e transformações que conduziram as relações agenciadas pelos povos indígenas com outros atores sociais da época.

Direitos políticos indígenas no Diretório dos Índios: Bahia e capitanias subalternas

Vânia Maria Losada Moreira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

As reformas na política indigenista promovidas por Sebastião José de Carvalho e Melo redefiniram profundamente a organização política e administrativa das populações indígenas na América portuguesa. Por meio do Diretório dos Índios, aldeamentos missionários foram convertidos em vilas e lugares, submetendo os indígenas a novas normas jurídicas, linguísticas e trabalhistas, ao mesmo tempo em que lhes eram atribuídos direitos políticos formais e reconhecimento territorial. Contudo, tais direitos coexistiram com mecanismos de tutela, trabalho compulsório e com a abertura das terras indígenas ao aforamento. Na Bahia e em suas capitanias subalternas, o reformismo pombalino apresentou especificidades importantes, destacando-se a elevação das novas povoações indígenas à condição de vilas e a significativa participação indígena nas estruturas políticas locais. Diferentemente do Estado do Grão-Pará e Maranhão, por exemplo, apenas os aldeamentos sob administração jesuítica foram diretamente afetados, permanecendo outros sob o controle de diferentes ordens religiosas. Nesse contexto, foram criadas diversas vilas de índios nas capitanias da Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e Sergipe. Nesta comunicação, propõe-se analisar o ponto de vista indígena acerca dos novos direitos políticos, problematizando suas ações e formas de participação política no interior das tensões entre essa nova condição jurídica e política, a permanência da tutela e as práticas coloniais de dominação.

As câmaras das vilas de índios: poder local, administração colonial e protagonismo indígena

Francisco Cancela
Universidade do Estado da Bahia – Brasil

Na segunda metade do século XVIII, a política indigenista pombalina intensificou a inserção das populações indígenas da colônia americana nas malhas do poder da sociedade portuguesa do Antigo Regime. Os indígenas passaram a conviver com as diretorias dos índios instituídas para cuidar da “direção e economia” das populações nativas, com as paróquias criadas para substituir o modelo jesuítico de catequização e com as câmaras municipais instaladas nas povoações para assegurar uma certa “cidadania indígena”. Estas mudanças contribuíram para garantir não somente a sustentação dos vínculos entre os novos súditos indígenas e o monarca português, como também para assegurar a própria soberania da coroa portuguesa, especialmente nas áreas de fronteira e nas zonas periféricas da colônia. Com a instalação desses órgãos e a consequente reprodução de práticas e valores políticos típicos daquela sociedade, os índios acabaram por participar de modo mais destacado do universo político português, imprimindo nele seus interesses, experiências de vida e estratégias políticas. Nesta exposição, busca-se analisar o funcionamento das câmaras municipais nas vilas de índios, levantando os principais estudos já realizados e refletindo alguns dados da atuação da câmara de São José de Porto Alegre, na comarca de Porto Seguro. O interesse central é refletir sobre duas questões: de um lado, busca-se indagar se a política indigenista pombalina, com seu programa assimilacionista pautado na ideia de civilização, repercutiu na organização das instituições camarárias, especialmente nos seus regimentos e posturas; do outro, problematizar se a presença das lideranças indígenas nas instituições camarárias possibilitou alguma mudança na dinâmica institucional e política das câmaras. Mais do que respostas, a proposta aqui é destacar possíveis campos de pesquisa no futuro que colaborem para superar a invisibilidade dos indígenas camarários e destaquem o protagonismo dos povos indígenas na história.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

MESA-REDONDA 33 - As formas de ser cristão: devoções e instituições no atlântico moderno

Coordenadora: Edilece Souza Couto (Universidade Federal da Bahia - Brasil)

A adesão plena da Coroa portuguesa aos decretos do Concílio Tridentino marcou a identidade do catolicismo lusófono atlântico, ao mesmo tempo que mantém vínculos com as raízes da espiritualidade e religiosidade ibérica medieval, sobretudo na organização da vivência religiosa dos leigos. O cumprimento dos deveres do clero, nomeadamente a ministração dos sacramentos e catequização de uma massa crescente de fiéis, foi uma das linhas de construção deste catolicismo lusófono atlântico, num universo em que clero secular e regular se misturava na construção de um sonhado “reino de Deus”, marcado, no entanto, pela onipresença do modelo institucional, e pelo padrão pastoral, do catolicismo português.

O desenvolvimento das devoções populares foi, em grande medida, responsabilidade dos leigos, reunidos em associações (irmandades, confrarias e ordens terceiras) que se dedicavam ao culto dos seus santos patronos e às práticas de ajuda mútua e caridade. Nessas instituições se formaram laços de solidariedade e sociabilidade fundamentais para o desenvolvimento da sua administração das irmandades, para o seu crescimento e visibilidade social, e para a sua longevidade institucional. Essas relações, porém, revelam as tensões e os conflitos das sociedades coloniais.

Traçando uma linha comum que une devoções e instituições no catolicismo do mundo lusófono colonial, esta mesa propõe uma discussão sobre as diferentes dimensões do ser cristão no sul atlântico moderno.

Devoções católicas nas freguesias da Bahia colonial

Edilece Souza Couto
Universidade Federal da Bahia - Brasil

A Igreja Católica no Brasil colonial se expandiu a partir da administração do primeiro bispado, em Salvador, Bahia. Na capital, foram estabelecidas dez freguesias, unidades administrativas e religiosas. No vasto território, dividido em recôncavo, litoral e sertão, a expansão da fé exigiu a criação de inúmeras freguesias entre os séculos XVI e XVIII. E os ritos e as práticas do catolicismo foram desempenhados com fervor, vigilância e tensões por intermédio dos párocos e grupos leigos organizados. Em 1757, os padres das diversas freguesias da Bahia enviaram ao Conselho Ultramarino descrições detalhadas sobre a população, a vivência religiosa, a administração e a natureza das terras nas quais evangelizavam. Por meio dessa documentação foi possível identificar as devoções impostas pelo clero, mas também aquelas negociadas e implementadas pelas relações de poder estabelecidas pelas autoridades locais. Essa proposta de comunicação visa a identificação e análise das devoções estabelecidas pelo clero nas freguesias, mas também organizadas e desenvolvidas pelos leigos. As fontes utilizadas são as correspondências entre os párocos e o Conselho Ultramarino, entre as associações leigas e o clero, legislação eclesiástica, portarias e compromissos das associações leigas.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Entre a Regra e a Vida Cotidiana: perfil socioeconômico e padrões morais dos irmãos priores da Ordem Terceira do Carmo da Vila da Cachoeira, 1742-1791

Igor Roberto de Almeida Moreira
Universidade Federal da Bahia – Brasil

A presente proposta de comunicação tem como objetivo analisar o perfil socioeconômico e os padrões morais dos irmãos priores da Ordem Terceira do Carmo da Vila da Cachoeira, buscando compreender as tensões existentes entre as normas institucionais que regulavam a vida confrarial e as práticas efetivamente vivenciadas por esses sujeitos. Inserida no contexto do Antigo Regime português e de sua projeção no espaço colonial, a Ordem Terceira do Carmo constituiu-se como um importante espaço de sociabilidade, distinção social e afirmação de valores morais e religiosos, especialmente entre as elites locais.

Os irmãos priores, enquanto ocupantes dos cargos mais elevados da hierarquia da Ordem, desempenhavam funções administrativas, espirituais e simbólicas de grande relevância. A análise de seus perfis permite observar de que maneira critérios como origem social, posição econômica, redes de parentesco e prestígio local influenciavam o acesso aos postos de comando da instituição. Nesse sentido, a comunicação propõe discutir até que ponto a eleição desses indivíduos refletia ideais normativos de virtude cristã, honra e bom comportamento, ou se articulava sobretudo a dinâmicas de poder, status e negociação social.

Ao mesmo tempo, o estudo dos padrões morais atribuídos – e praticados – pelos irmãos priores revela um campo marcado por ambiguidades. As regras da Ordem Terceira prescreviam comportamentos exemplares, baseados na disciplina religiosa, na caridade, na moderação dos costumes e na observância dos sacramentos. Contudo, a documentação indica que tais normas nem sempre eram plenamente observadas, abrindo espaço para conflitos, advertências, tolerâncias e acomodações. A distância entre o ideal normativo e a prática cotidiana permite problematizar a moralidade não como um conjunto rígido de princípios, mas como um repertório flexível, constantemente negociado no interior da instituição.

A comunicação dialoga com a historiografia que aborda as confrarias e ordens terceiras como espaços privilegiados para o estudo das relações entre religião, sociedade e poder no Império português. Ao focar nos irmãos priores da Vila da Cachoeira, busca-se evidenciar as especificidades locais dessas dinâmicas, considerando o papel da vila como centro econômico e político regional. A análise contribui para compreender como a moral cristã era apropriada, reinterpretada e, por vezes, relativizada por aqueles que ocupavam posições de liderança religiosa e social.

***Fide, Spes et Caritas* – Devoções, instituições eclesiásticas e confraternais em São Salvador/M'Banza Congo (século XVI)**

Nuno de Pinho Falcão
IHLM-UNILAB; CITCEM-UP, CEHPC-OCD – Brasil / Portugal

Com início tradicionalmente situado em 1491, o cristianismo torna-se uma presença significativa no Congo na primeira década do século XVI, em particular na sua capital e entre as elites de poder, tendo por principal sustento a figura de Afonso I Mvemba-a-Nzinga, Muene do Congo entre 1506 e 1543. Processo quinhentista por excelência, a cristianização da sociedade congoleza (com um alcance e



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

profundidade até hoje não apreensível e aberto ao debate historiográfico fundamentado) contará com ação de missionários das ordens e congregações religiosas e de clérigos seculares, sob o amplo manto do Padroado, mas nem sempre inteiramente alinhado aos seus interesses.

Resultado deste processo será, ao longo deste século, a formação de um clero congolês, a criação de instituições eclesiásticas e confraternais, a construção de igrejas e capelas públicas e privadas, o desenvolvimento de uma vida espiritual e devocional entre os cristãos do Congo. Será sobre este processo que a comunicação se debruçará, tendo por pano de fundo a capital do reino, São Salvador (M'banza) do Congo, pela análise de um conjunto esparso e reduzido de evidências históricas que nos permitem abordar esta realidade a partir dos três eixos propostos pelo seu título.

MESA-REDONDA 34 - Os estudos coloniais no acervo do Instituto Flávia Abubakir

Coordenadora: Ângela Ferreira (Diretora executiva do Instituto Flávia Abubakir)

Patrimônio cultural no mundo colonial: o acervo do Instituto Flávia Abubakir

Ângela Ferreira
Diretora executiva do Instituto Flávia Abubakir

A comunicação pretende apresentar uma visão panorâmica do Instituto Flávia Abubakir, destacando sua atuação no apoio a projetos socioculturais e sua contribuição para a promoção da cultura e da pesquisa. Serão abordadas as principais iniciativas desenvolvidas pela instituição, com ênfase nas ações de fomento cultural e no impacto social de seus programas. No âmbito cultural, destacamos a Coleção Flávia e Frank Abubakir, sob salvaguarda do Instituto Flávia Abubakir, enfatizando seus núcleos estruturantes e sua relevância e potencial como fonte para investigações acadêmicas sobre o império colonial português, buscando ampliar a reflexão sobre a coleção enquanto patrimônio cultural, ressaltando sua importância para a preservação, documentação e interpretação de obras que testemunham processos e dinâmicas históricos, sociais, culturais e estéticos ao longo do tempo. Ao evidenciar o valor científico e patrimonial do acervo, busca-se contribuir para o fortalecimento de estudos sobre coleções privadas e institucionais, bem como para o debate acerca das estratégias contemporâneas de salvaguarda, pesquisa e difusão do patrimônio cultural.

O rascunho de uma sociedade: o borrador dos Viscondes de Asseca (1672-1680)

Alicia Duha Lose
Universidade Federal da Bahia

Esta comunicação pretende fazer um exercício de compreensão do funcionamento do Império Português na Época Moderna através das práticas administrativas cotidianas e das estruturas de poder que conectavam metrópole e ultramar com base no Borrador de cartas para Índia e rol de matalotagens (1672-1680), códice pertencente ao fundo documental Casa dos Viscondes de Asseca, item precioso do acervo do Instituto Flávia Abubakir (Núcleo Suíça), que representa a dimensão material da escrita como ferramenta de controle, memória e autoridade. Este documento, particular e provisório, constituído de um caderno destinado ao registro preliminar de correspondências, anotações contábeis, informações administrativas, etc., era recorrente no período colonial. Do ponto de vista historiográfico, o borrador, produzido por diversos membros da família Correia de Sá, revela práticas econômicas,



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

redes de prestígio e estratégias de gestão e poder; do ponto de vista linguístico, apresenta um rico léxico referente aos campos alimentar, indumentárias e utensílios, pesos, medidas e valores etc.; do ponto de vista paleográfico, apresenta a escrita de diversas mãos, com modelos caligráficos standardizados e uso de materialidades de escrita peculiares.

Um caderno de uma Salvador atlântica: iconografia, representações imperiais e tensões sociais na Coleção Flávia e Frank Abubakir (Bahia, 1780-1822)

Daniel Rebouças
Instituto Flávia Abubakir

Esta comunicação tem o objetivo de analisar um raro e notável álbum de aquarelas e desenhos a lápis, de autoria não identificada, retratando a cidade de Salvador entre o final do século 18 e início do século seguinte. O principal argumento é que esse conjunto iconográfico dialogava estreitamente com uma produção iconográfica portuguesa mais ampla sobre a colônia brasileira após as reformas pombalinas, que destacavam a presença imperial portuguesa através da urbanização ou das potencialidades econômicas. Além disso, quero argumentar como esse conjunto iconográfico dá a ver os desafios enfrentados pela coroa lusa a partir do final do século 18 em relação ao Brasil, como o fim do tráfico negreiro, as revoltas escravas ou os movimentos contestatórios ligados aos setores médios e forças militares. Por fim, pretendo mostrar o papel da iconografia na construção simbólica da capital da Bahia como centro político e econômico, ou seja, “cabeça de todo o Estado”, e das representações do poder imperial português no além-mar.

A Baía dos Rastros (In)visíveis: documentação histórica e materialidades da paisagem cultural marítima de Salvador (BA)

Luis Felipe Santos
Universidade Federal da Bahia

A comunicação apresenta o desenho inicial da linha de pesquisa “Arqueologia da Imagem da Paisagem Marítima de Salvador: Transformações e Materialidades”, desenvolvida a partir do acervo iconográfico do Instituto Flávia Abubakir e em diálogo com o projeto de pesquisa e extensão Marés do Tempo (UFBA). A proposta articula registros iconográficos, documentação histórica, sítios arqueológicos, etnografia e memória social para compreender, em longa duração, como a paisagem marítima de Salvador – com ênfase na zona portuária – foi construída, apropriada e transformada. O problema teórico central envolve tratar imagens (pinturas, gravuras, fotografias e mapas) não apenas como ilustrações/representações, mas como cultura material ativa, atravessada por regimes de representação, suportes, circulação e disputas de sentido. No recorte apresentado, o cruzamento entre iconografias do século XIX e materiais provenientes de pesquisas arqueológicas subaquáticas no Porto de Salvador (2008-2025) evidência como visualidades e objetos se iluminam mutuamente: a organização do fundeio, o trabalho portuário e as redes de circulação atlântica aparecem tanto nas cenas quanto nos descartes e artefatos recuperados. A presença negra emerge como eixo estruturante da paisagem, articulando trabalho, sociabilidades e ressignificações simbólicas do cais. Assim, mais do que produzir cruzamentos entre fontes para sustentar uma narrativa arqueológica e histórica da paisagem em longa duração, a proposta projeta-se como um processo público e compartilhável. Ao longo do desenvolvimento do projeto, pretende-se consolidar uma plataforma multimodal, permitindo que a população de Salvador, que vive no interior desse sítio arqueológico, acesse, reconheça e dispute sentidos sobre a própria paisagem. Por isso, a publicização, a extensão e a difusão do conhecimento



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

tornam-se dimensões estruturantes: não como etapa posterior, mas como parte constitutiva de uma arqueologia orientada ao presente.

Intercâmbios ultramarinos: Conceito e destaques da coleção de livros raros do Instituto Flávia Abubakir (séculos XVI- XIX)

Pablo Iglesias Magalhães
Universidade Federal do Oeste da Bahia

A presente exposição reúne uma criteriosa seleção de livros e manuscritos raros pertencentes ao Núcleo Conexões Ultramarinas do Instituto Sociocultural Flávia Abubakir, acervo de reconhecida relevância bibliográfica e documental. São exemplares de circulação restrita que testemunham as intensas relações estabelecidas entre Europa, África, Ásia e América ao longo dos períodos moderno e contemporâneo. Entre crônicas coloniais, relatos de viajantes, textos missionários e registros das redes mercantis, o conjunto revela a complexa tessitura das conexões ultramarinas que moldaram a formação histórica global. Muitos desses volumes conservam gravuras e mapas originais, ampliando não apenas seu valor informativo, mas também sua dimensão artística e material. Mais do que raridades bibliográficas, essas obras evidenciam a circulação de ideias, produtos, saberes e agentes entre continentes, permitindo compreender os fluxos que estruturaram economias, culturas e sistemas de poder em escala transoceânica. Submetido a rigorosos processos de conservação e catalogação especializada, o acervo é também disponibilizado em formato digital, ampliando o acesso a fontes primárias indispensáveis à pesquisa acadêmica. Desse modo, a coleção afirma-se como uma verdadeira ponte intelectual entre mundos, tempos e culturas, reafirmando o papel da memória documental na construção do conhecimento histórico.